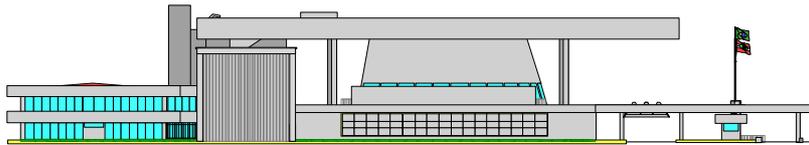


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVIII

FLORIANÓPOLIS, 09 DE MARÇO DE 1999

NÚMERO 4.605

14ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa

## DEPUTADOS ESTADUAIS

### MESA DIRETORA

Gilmar Knaesel  
**PRESIDENTE**

Heitor Sché  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pedro Uczai  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Lício Silveira  
**1º SECRETÁRIO**

Romildo Titon  
**2º SECRETÁRIO**

Afonso Spaniol  
**3º SECRETÁRIO**

Adelmir Vieira  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Paulo Bornhausen

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA  
BRASILEIRO**

Líder: Ivan Ranzolin

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Herneus de Nadal

**PARTIDO DA FRENTE LIBERAL**

Líder: Wilson Wan-Dall

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Francisco de Assis

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**

Líder: Jaime Mantelli

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**

Líder: Sandro Tarzan

GILMAR KNAESEL (PPB)

IVAN RANZOLIN (PPB)

JOARES PONTICELLI (PPB)

LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (PPB)

MILTON SANDER(PPB)

ALTAIR GUIDI (PPB)

ODETE DO NASCIMENTO (PPB)

RENO CARAMORI (PPB)

NELSON GOETTEN DE LIMA (PPB)

VALMIR COMIN (PPB)

ADELOR VIEIRA (PFL)

CESAR SOUZA (PFL)

CIRO ROZA (PFL)

HEITOR SCHÉ (PFL)

CLÉSIO SALVARO (PFL)

NILSON GONÇALVES (PFL)

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PFL)

PAULO BORNHAUSEN (PFL)

WILSON WAN-DALL (PFL)

FRANCISCO DE ASSIS NUNES (PT)

IDELI SALVATTI (PT)

NEODI SARETTA (PT)

PEDRO UCZAI (PT)

VOLNEI MORASTONI (PT)

GELSON SORGATO (PMDB)

HERNEUS DE NADAL (PMDB)

IVO KONELL (PMDB)

LUIZ ROBERTO HERBST (PMDB)

MANOEL MOTA (PMDB)

MOACIR SOPELSA (PMDB)

NARCISO PARISOTTO (PMDB)

ROGÉRIO MENDONÇA (PMDB)

ROMILDO TITON (PMDB)

RONALDO BENEDET (PMDB)

JOÃO ITAMAR DA SILVEIRA (PSDB)

JOÃO DE OLIVEIRA ROSA (PSDB)

JORGINHO MELLO (PSDB)

AFONSO SPANIOL (PDT)

JAIME MANTELLI (PDT)

SANDRO TARZAN (PTB)

**DEPARTAMENTO  
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração eletrônica, montagem e  
distribuição.

Diretor: Eder de Quadra Salgado

**Divisão de Taquigrafia:**

responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.

Diretora: Denise Videira Silva

**Divisão de Divulgação e****Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

IMPRESSÃO PRÓPRIA  
ANO VIII - **NÚMERO 999**  
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES  
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 006ª Sessão Ordinária  
realizada em 01/03/1999..... 2  
Ata da 007ª Sessão Ordinária  
realizada em 02/03/1999..... 9  
Ata da 008ª Sessão Ordinária  
realizada em 03/03/1999..... 18

**Publicações Diversas**

Ata da Procuradoria..... 19  
Atas das Comissões  
Permanentes ..... 20  
Ofício ..... 23  
Projetos de Emenda  
Constitucional ..... 23  
Projetos de Lei ..... 24

**PLENÁRIO**

# ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

### EM 01 DE MARÇO DE 1999

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO HEITOR SCHÉ

As quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Cesar Souza - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Rosa - João Itamar - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Milton Sander - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odacir Zonta - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO (Deputado Romildo Titon) - O expediente

consta do seguinte, Sr. Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Jaime Mantelli, que dispõe sobre o transporte de policiais militares e bombeiros militares nos veículos coletivos intermunicipais de passageiros, e adota outras providências.

OFÍCIO:

- do Sr. Diretor-Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Santa Catarina, solicitando apoio no sentido da retirada da PEC/623/98 do Congresso.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET (Passa a ler) -

"Sr. Presidente e Srs. Deputados, recebi da Professora Derlei de Lucca, do Grupo Tortura Nunca Mais, a informação de que no dia 1º de março os sinos irão tocar em todo o mundo celebrando o dia histórico, quando as minas terrestres serão colocadas fora da lei, e gostaria de lamentar as vítimas

do passado, do presente e do futuro.

Neste dia estará entrando em vigor o Tratado de Otawa, que proíbe o uso, a produção, o estoque e o comércio de minas terrestres anti-pessoais. As minas terrestres matam e ferem pessoas inocentes no mundo em cada hora, em cada dia. Cerca de 110 milhões de minas repousam nos campos e ao longo das estradas e caminhos em mais de 70 países.

Responsáveis por 24 mil mortes e ferimentos por ano, as minas terrestres são armamentos de destruição de massa. Em cada 20 minutos um homem, uma mulher ou uma criança é atingida.

No dia 1º de março, dia em que o Tratado de Otawa entra em vigência, os sinos do mundo inteiro tocarão, chamando a atenção para os esforços de livrarmos o mundo das minas terrestres.

O primeiro repicar dos sinos, ao meio-dia, sinalizará a alegria pelo histórico compromisso da total eliminação das minas terrestres, obrigando legalmente os países a parar com o uso, produção e comércio das minas terrestres, bem como destruir seus estoques e limpar áreas minadas.

O segundo repicar dos sinos mostrará que o grave problema das minas não

está acabado. Embora muito progresso tenha sido feito, muito resta a fazer.

A entrada em vigor do tratado não significa o fim do sofrimento para as vítimas. O perigo das minas que ainda não explodiram é real.

Até o ano de 1996, o Brasil constava na lista dos produtores de minas terrestres. Calcula-se que 60 a 80% das 15 milhões de minas utilizadas na longa guerra civil de Angola sejam de fabricação brasileira, o que nos envergonha muito.

Atualmente, o Brasil não fabrica mais, entretanto, não se tem nenhuma informação sobre os seus estoques.

Ainda há dúvida. Quem garante que não tenha e que não fornece?!

O Brasil assinou o Tratado de Otawa, mas ainda não o ratificou, o que pode significar a falta de um posicionamento mais firme do Governo brasileiro.

A campanha de combate às minas terrestres no Brasil pretende obter a ratificação do Tratado de Otawa por parte do nosso País, monitorar a aplicação do tratado no Brasil e promover a conscientização sobre a responsabilidade ética e financeira do Governo e da sociedade brasileira com as vítimas dos países para os quais o Brasil as exportou.

Para isso está sendo realizado um abaixo-assinado ao Governo brasileiro, pedindo a ratificação do Tratado de Otawa. Este encaminhamento foi feito por Parlamentares, através de pedido de informação, que contém quesitos sobre a comercialização de minas pelo Brasil nos últimos anos, a situação atual do estoque e a criação de um fundo de apoio às vítimas das minas terrestres dos países para os quais o Brasil as exportou.

Encaminho requerimento à Mesa desta Casa para que a Assembléia Legislativa torne o ato de 1º de março um ato oficial do Estado de Santa Catarina, reafirmando a índole pacífica e solidária da gente catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Adelor Vieira, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu quero registrar com muita satisfação a presença neste Plenário do Sr. Linézio Rocha, contrerrâneo, que vem a esta Casa trazer uma reclamação muito justa, cujo assunto já foi debatido aqui em várias oportunidades e que eu chamaria a atenção dos nobres Deputados para novamente abordá-lo.

Já estamos vivendo os dias que antecedem à Semana Santa. E geralmente neste período, dizem uns por ser tradição açoriana, outros por quaisquer outras razões, pratica-se a Farra do Boi no Estado de Santa Catarina.

Lamentavelmente ainda se pratica esta barbárie em plena virada de milênio. E o que mais me deixa preocupado é o fato de autoridades nossas, em desrespeito a uma ação julgada no Supremo Tribunal Federal, que, por quatro votos contra um, decidiu que é proibido em Santa Catarina a realização da Farra do Boi. E isto foi tomado por base de que a Farra do Boi não é uma tradição cultural protegida pela nossa Constituição.

Todos os anos este Deputado faz uso desta tribuna por esse motivo, e aqui vem um cidadão residente na cidade de Tijucas trazer novamente essa preocupação da barbaridade que acontece ali, da perturbação para aqueles moradores, do

risco que correm aqueles que ali residem, principalmente senhoras, idosos e crianças.

O que mais me chama a atenção, meu caro Presidente, é o expediente que me traz. Trata-se de uma orientação para a Farra do Boi, vinda de uma autoridade, um Tenente-Comandante da Polícia Militar da cidade de Tijucas.

O Tenente-Comandante da Polícia Militar orienta da seguinte forma, em papel timbrado do Governo do Estado de Santa Catarina, numa afronta a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que proíbe a realização da Farra do Boi em Santa Catarina: "A Farra do Boi pode ser realizada desde que não haja tratamento cruel com o animal e não perturbe a ordem pública".

Agora, eu pergunto: uma Farra do Boi, nos moldes que se pratica aqui na nossa região, em todo o nosso litoral, nas vias públicas, em logradouros públicos, como isso não perturba a ordem pública? Como não se faz crueldade com os animais, quando temos estampado pela imprensa, em várias oportunidades, comprovadamente? E a persistir nisso, essa autoridade diz que a Farra do Boi pode ser realizada.

"Conforme a Lei nº 9.605, expor animal a tratamento cruel agora é crime. Quem maltratar animal durante a Farra do Boi será preso em flagrante, podendo ser penalizado com um ano de detenção e multa."

Ele cita aqui, inclusive, essa autoridade, Srs. Deputados, a Lei nº 9.605, que fala dos crimes contra a fauna (desmatar, perseguir e assim por diante).

O inciso VII da nossa Constituição, no seu art. 225, diz que é vedado submeter os animais à crueldade.

Por isso V.Exa. tem muita razão em vir a esta Casa, que sempre estará em defesa da nossa gente!

Esse cidadão está se sentindo prejudicado! A sua propriedade tem sido violada! E ele nem pode sair de casa, porque os animais são soltos em ruas e praças públicas e não há respeito e por parte das autoridades nenhuma ação.

Eu estou gostando de ver a orientação do Sr. Tenente-Comandante da Polícia Militar. Ele diz que os animais não podem ser soltos em áreas urbanas, pois podem ferir pessoas e causar danos à propriedade.

E por que, então, ele permite? Se não pode ser solto em áreas urbanas, por que isso está acontecendo em áreas urbanas naquele mesmo Município e em tantos outros do Estado de Santa Catarina?!

Aqui diz, no item V - "A Polícia Militar fiscalizará o transporte de animais, devendo o condutor possuir guia de trânsito..."

Durante a Farra do Boi o organizador do evento deverá ser responsabilizado pelos danos materiais e pessoais causados em decorrência das brincadeiras.

Não é aconselhável que crianças, pessoas idosas e gestantes participem das brincadeiras com o boi, pois poderão ser feridas.

Ora, Srs. Deputados, isto tudo está acontecendo impunemente, e o que fazer?!

E, Sr. Presidente, vários outros Srs. Deputados que comigo conviveram aqui nas Legislativas anteriores são testemunhas de que nós apresentamos a esta Casa o Projeto de Lei nº 058, em 1995, que pedia que a Farra do Boi, quando realizada, recebesse uma autorização policial e fosse realizada em mangueirões e não em locais abertos e em logradouros públicos.

Deveria também a Farra do Boi ser realizada somente de dia e não à noite, porque quase sempre ela é realizada à noite, colocando em risco, principalmente, como já disse, crianças, idosos, senhoras e gestantes que são atropeladas pelos animais que são utilizados na Farra do Boi e pelos outros animais que se utilizam dos irracionais para as suas barbáries.

O meu tempo está esgotando e eu teria muito ainda a falar sobre este assunto, mas tenho intenção de voltar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque nós pretendemos amanhã ou mais tarde na próxima sessão trazer aqui o requerimento a esta Casa, a fim de que o Sr. Secretário de Segurança Pública, respeitando a decisão do Supremo Tribunal Federal, não permita a realização da chamada Farra do Boi como tradicionalmente vem ocorrendo em Santa Catarina. É um desrespeito a uma autoridade federal numa sentença cuja decisão ocorreu em última instância e não admite mais recurso.

Portanto, desrespeitaram a decisão do Supremo Tribunal Federal, ainda dando orientação por escrito, como tem ocorrido aqui. Acho que isso é o fim!

Por isso, Srs. Deputados, eu estou aqui na tribuna, mais uma vez, em respeito a este cidadão, o Sr. Linézio Rocha, que traz a sua preocupação, e para dizer que quem deseja fazer a Farra do Boi, a faça pelo menos dentro de critérios mais justos e com menos riscos à população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Continua aberto o espaço às Breves Comunicações.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, vou apenas fazer um registro lamentável.

É com muita tristeza, não só para seus amigos como para Santa Catarina e, principalmente, para a classe política, que recebemos a notícia do falecimento, ontem, do nosso prezado e querido amigo Tio Pruda, ex-Prefeito de São Joaquim, um dos Diretores do Ciasc.

Tomamos conhecimento, através da imprensa, do falecimento desse extraordinário catarinense, amigo nosso de São Joaquim, que além da sua competência como administrador, era uma pessoa que transmitia alegria, satisfação quando qualquer pessoa o procurava no Palácio, quando assessor do Governador Wilson Kleinübing.

Então, nós queremos fazer o registro, com muita tristeza, de falecimento do Tio Pruda, ex-Prefeito de São Joaquim.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência registra também com pesar o falecimento do Tio Pruda e solicita à assessoria, em nome da Assembléia Legislativa, que encaminhe um telegrama à família.

Continua livre a palavra a todos os Srs. Deputados em Breves Comunicações.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros 17 minutos

estão destinados ao PPB.

Com a palavra a Sra. Deputada Odete do Nascimento, por 17 minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero saudar o nosso querido Presidente, a Mesa Diretora, os nossos ilustres colegas Deputados que se fazem presentes e as pessoas que nos ouvem.

Hoje, Srs. Deputados, gostaria de falar de uma pessoa muito nobre, muito ilustre, muito especial; uma pessoa amiga minha particular. É uma pessoa que está do meu lado, que me dá apoio e sempre fala de palavras de vitória.

Eu tenho que saudar essa pessoa e falar sobre ela; não posso ficar calada. Essa pessoa é que deu apoio para a minha campanha. Eu nunca imaginava que um dia poderia estar aqui; nunca sonhei estar aqui.

Essa pessoa é um Homem muito importante, um grande Legislador, uma pessoa muito especial. Essa pessoa é o Autor da vida, o Consumador da vida.

Então, aproveito esta oportunidade para falar sobre ela. Essa pessoa está do nosso lado querendo um minuto da nossa atenção, mas nós corremos, ficamos preocupados com os nossos afazeres, em receber uma boa remuneração, em nos alimentar, em comprar, em viajar; ficamos preocupados em trazer para a nossa família o bem-estar, ou seja, ficamos preocupados com tantas outras coisas e não tiramos uns minutinhos para dar a devida atenção a ela.

Os Srs. Deputados devem estar pensando: o que esta Deputada está falando? Eu estou falando do Senhor Jesus! Eu estou falando de um homem que muitos esquecem!

Muitas pessoas esquecem, mas Ele nasceu numa simples manjedoura, no meio dos animais, onde os animais dormiam. Num lugar muito simples nasceu o Rei dos Reis, o Senhor dos Senhores, o Mestre dos Mestres.

E hoje Ele está procurando um lugar para repousar. Ele está procurando corações. Ele procura corações aquebrantados, que dêem uma chance para Ele.

Nós sabemos que a mãe e o pai do Senhor Jesus, antes de Ele nascer, tiveram que fugir de um lugar para outro porque estavam sendo perseguidos de morte, e até hoje Ele é perseguido.

Por isso, há muita discriminação religiosa e perseguições. E alguém vai dizer: esta Deputada assumiu à tribuna para falar de um assunto que eu ainda não tinha parado para pensar.

Agora, vou lançar pontinhos de interrogação antes da pergunta. Depois, o porquê dos conflitos, o porquê das guerras, o porquê de tanta fome, de tanta miséria no nosso Brasil, o porquê de tantas crianças abandonadas, pedindo um prato de comida, o porquê de tantas pessoas morrendo nos hospitais.

Neste instante, deve ter uma pessoa no hospital chorando, sabendo que está com os dias contados, que está desenganada pela própria medicina, que tenta salvá-la mas não consegue.

Tudo isso, Srs. Deputados, porque não conhece esse Homem, que é importante. Ele mesmo falou, deixou escrito

em cartas para cada um de nós o seguinte: "Conheci a verdade e a verdade vos libertará". Muitos estão correndo de um lado para o outro preocupados, ficam com o coração aflito, angustiados, sem rumo na vida, sem destino. Por quê? Porque está faltando a presença do Poderoso de Israel no coração.

E aí vem a aflição, as dúvidas, as ansiedades, a angústia, até mesmo a vontade de se suicidar, de morrer. Tudo isso por não conhecer esse Homem maravilhoso, esse Homem magnífico.

Nós pegamos os jornais para ler no dia-a-dia e só vemos tristezas. Dificilmente lemos nos jornais ou nas revistas algo que nos deixe felizes e contentes. Só encontramos tragédias, incêndios, assaltos, destruições, catástrofes. É só problemas!

Nós ligamos a televisão para ver um noticiário e acabamos chorando, porque é só tristeza. E o porquê

disso tudo? Porque o nome Jesus para muitos causa medo e para outros causa dúvida.

Algumas pessoas têm medo do Senhor Jesus. Eu não tenho medo de falar este nome, eu falo com a cabeça erguida, com os olhos abertos, porque foi Ele quem me animou, foi Ele quem disse: "Vá minha filha, eu vou com você, eu vou contigo. Vá nessa sua força e sede corajosa, porque eu vou contigo".

Eu viajei por todos os Municípios do Estado dirigindo com apenas um Menino do meu lado, quando soube que havia sido escolhida para ser candidata a Deputada Estadual. Então, quem me deu forças nessa viagem foi esse meu grande amigo, que está aí do lado dos nobres Colegas, das minhas queridas colegas aqui da Casa.

Este Poderoso de Israel, este Deus maravilhoso está do lado de cada pessoa, está agora na sua casa, cuidando da sua família, está na minha casa, cuidando da minha família, que está longe. Ele é onipresente, Ele se faz presente em todos os lugares, no exterior e dentro de cada coração. Ele pode todas as coisas, é o Deus dos impossíveis.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - V.Exa. em concede um aparte?

O SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Pois não!

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Eu queria comunicar que o Deputado Milton Sander encontra-se no recinto, e queremos lhe conceder um tempinho do Partido, cara Deputada.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. em concede um aparte, cara Deputada?

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Pois não!

O SR. Deputado Nilson Gonçalves - Quero parabenizar V.Exa., que traz para esta Casa o espírito de Deus. Ficamos felizes em saber que a Deputada vem com bastante vontade e bastante fé. Isso é muito importante.

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Eu agradeço as palavras sinceras que vem do íntimo, do fundo do coração. Isso é muito bom!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Nós também queremos cumprimentar

V.Exa., porque até agora só viemos à tribuna para falar de coisas tristes. Eu mesmo anunciei a morte de um grande amigo, de um grande catarinense. Mas vejo o otimismo da ilustre Parlamentar, professora e pastora, que veio trazer um alento através do Redentor da Humanidade.

Por isso, cumprimento V.Exa. Bom seria se todos os dias tivéssemos uma palavra de conforto, de ânimo e de fé da ilustre Parlamentar.

Agradeço a oportunidade do aparte e a forma tão carinhosa, tão amável com que tenta e consegue fazer isso a todos os Parlamentares e, de modo especial, a este Parlamento.

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Muito obrigada!

Para encerrar, quero dizer que estou muito tranqüila, muito feliz, pois fui muito bem recebida por todos nesta Casa. Só tenho que agradecer e parabenizar a todos pelo cavalheirismo, são muito educados.

O Sr. Deputado João Rosa - V.Exa. em concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Pois não!

O Sr. Deputado João Rosa - Nobre Deputada, a participação espiritual de V.Exa. é muito importante. O seu trabalho é reconhecido em todo o Estado, prova disso é que os seus irmãos lhe deram uma nova missão: vir a esta Casa defender o povo catarinense e transmitir a palavra de Deus.

Assomarei à tribuna logo mais não para falar de coisas amenas, de coisas boas mas, sim, de coisas ruins. Confesso que gostaria muito de fazer uso da tribuna para fazer o que V.Exa. está fazendo neste momento, ou seja, falar em coisas boas, falar em esperança e falar em Deus. Ao longo da minha carreira profissional, da minha vida pessoal e da minha carreira política, tenho sempre pedido a proteção de Deus.

Neste momento, quero parabenizar V.Exa. pelo seu pronunciamento, que trouxe mais luz a esta Casa de Leis.

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Muito obrigada, nobre Deputado!

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Nobre Deputada, quero parabenizar V.Exa., que teve a coragem e a determinação de aceitar ser candidata à Deputada Estadual.

Nós tínhamos a certeza de que V.Exa. viria a esta Casa para trazer também uma palavra amena, responsável. Tenho certeza absoluta que na cabeça de cada Parlamentar fica uma interrogação para uma reflexão mais profunda.

Neste mundo conturbado, muitos povos ainda não querem se entender. Há ganância, muitas vezes, pelo poder, em aparecer, em ser tornar visível, em se tornar visto por outras pessoas, até praticando coisas ruins, mas V.Exa. vem a esta Casa trazer um alento. A sua fala deverá deixar muita expectativa e muita reflexão na mente e no coração de cada um.

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Muito obrigada, querido Colega!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Pois não!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Deputada-Pastora, para nós é uma honra, como evangélicos que somos, contar com a sua presença nesta Casa. Creio que é mais

uma luz que temos aqui para irradiar as coisas boas para a nossa sociedade.

Tenho certeza de que a cobrança não será pequena, porque geralmente é assim. E a Bíblia diz: "A quem muito é dado também muito será pedido". Que Deus lhe dê muita graça, muita saúde e muita disposição para dar esta grande contribuição, que virá não só para esta Casa mas para Santa Catarina e para o Brasil.

Que Deus possa abençoar a sua vida! Que V.Exa. tenha muito sucesso no seu mandato nesta Casa.

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Agradeço o aparte de V.Exa., nobre Deputado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Gostaria também de cumprimentar V.Exa., nobre Deputada, que teve a coragem de abordar este tema.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 17 minutos são destinados ao PMDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos 13 minutos são destinados ao PFL.

Consulto quem fará uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, estava escalado para fazer uso da palavra o Deputado Ciro Roza, mas como S.Exa. está ausente, cedemos o tempo ao Deputado João Rosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Sr. Deputado João Rosa, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero agradecer a gentileza do PFL, através do Deputado Onofre Santo Agostini, por me permitir usar o seu tempo.

Eu venho a esta tribuna, Deputada Odete do Nascimento, depois do seu iluminado pronunciamento, de forma muito tranqüila, com a alma aberta para fazer referências acerca de denúncias que ocorreram nesta semana, envolvendo o nome do Secretário da Justiça e Cidadania, Jaime Duarte, que acabou, numa tentativa de defesa, atacando o meu nome, a minha pessoa, com denúncias, com acusações.

Eu quero dizer, de forma muito tranqüila, de forma serena, de forma convicta, que eu sempre fiz e sempre farei o discurso e a política da construção. Jamais fiz e jamais farei o discurso e a prática política da destruição, do ataque vil, do ataque covarde para me defender de qualquer denúncia, de qualquer ataque.

O Deputado Jaime Duarte está sendo acusado não por mim, mas por um cidadão de Joinville, um operário pobre, que registrou em juízo uma petição requerendo o pagamento que lhe era devido pelo escritório do Sr. Jaime Duarte.

A imprensa levantou a questão. Eu não tive participação alguma a respeito do levantamento destas questões em Joinville.

Recebi, nos corredores da Assembléia, a duas ou três semanas atrás, uma cópia de alguns documentos que já levavam a questão do não-repasse de verbas do

escritório do Sr. Jaime Duarte a seus clientes.

Peguei aquela matéria, dobrei, coloquei no porta-luvas do meu carro e disse a mim mesmo: não entro nessa, não é meu estilo, nunca foi, e não será neste momento que farei isso. Eu me eximi de qualquer participação.

Para minha surpresa, no Diário Catarinense de domingo, o Deputado Jaime Duarte, de forma desconexa, sem sentido, tentava responder a uma pergunta da repórter envolvendo o meu nome.

Em determinado momento, foi colocado ao Deputado o seguinte:

(Passa a ler)

"DC - A representação cita cerca de 50 casos semelhantes a esses envolvendo o seu escritório.

JD - Eu nunca analisei, por exemplo, a atuação do delegado João Rosa no distrito policial."

Ninguém estava mencionando o meu nome, mas o Deputado Jaime Duarte, hoje Secretário da Justiça e Cidadania, acabou ligando o meu nome aos problemas divulgados pelo Diário Catarinense de domingo envolvendo o seu escritório em Joinville.

E continua a entrevista.

"DC - Essa diferença sua com o Deputado João Rosa já vem de antes da eleição?

JD - É. Ele tem uma atuação política que mistura com a atividade policial, no mau sentido."

Mau sentido, Srs. Deputados, é tomar dinheiro de operário pobre, operário doente, tomar dinheiro de paraplégico, isso é usar política no mau sentido!

De mais a mais, lá na minha casa quem manda sou eu e minha mulher, nós dividimos o comando da casa. A minha mulher não manda sozinha, a minha mulher não manda em mim. Nós nos respeitamos e comandamos a nossa família em harmonia, com conversa e discussão interna. Aliás, nunca apanhei da minha mulher!

Perdoem-me, Deputadas Ideli Salvatti e Odete do Nascimento, mas tenho o orgulho, sem ataque a ninguém, de até hoje não saber que alguém tenha duvidado ou colocado em dúvida a minha masculinidade. Até hoje não sou sabedor de alguém que tenha usado o apelido de Bambi para se referir ao Deputado, ao vereador, ao delegado ou ao cidadão João Rosa. Jamais alguém me chamou de Bambi!

Para concluir esta parte do meu raciocínio, eu não sou chagal com pele de cordeiro, sou autêntico, tanto na minha vida social quanto na minha vida profissional.

Respeito, sou respeitoso e respeitador, sempre defendendo princípios, como o da lealdade, da legalidade, da decência e da moralidade.

Hoje sou obrigado a admitir que me envergonho de ter sido um daqueles que apoiou o nome do Deputado Jaime Duarte para Secretário da Justiça e Cidadania.

Quero, também, explicar (e não vou polemizar mais) que a partir deste momento estou constituindo um advogado para que entre na Justiça, numa das Varas da Comarca de Florianópolis, com um requerimento, com uma representação, pedindo que o atual Secretário da Justiça, Deputado Jaime Duarte, confirme as denúncias que fez a meu respeito no jornal Diário Catarinense de domingo, sendo que voltou a repeti-las hoje. Estou, portanto, requerendo em juízo que ele confirme as suas declarações.

Eu tenho razões múltiplas para acreditar no DC, um jornal sério e criterioso, e para

acreditar na repórter que fez esta matéria, mas tenho mil razões também para acreditar que o Sr. Jaime Duarte - porque o conheço - é dado a negar, a descompromissar e a desdizer.

Por isso eu quero, judicialmente, a confirmação das suas denúncias, porque aí, sim, eu tomarei as medidas cabíveis.

Para concluir, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, gostaria de dizer que ir ao jornal e atacar um companheiro de Partido de forma vil, de forma traiçoeira, sem nexos algum, não combina com o perfil de um cidadão que deva ocupar o cargo de Secretário da Justiça, um cargo honroso, sério e de altíssima responsabilidade.

O Secretário da Justiça tem que apresentar, na sua essência e na sua plenitude, os princípios da democracia, da legalidade e da moralidade.

O Sr. Deputado João Itamar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Pois não!

O Sr. Deputado João Itamar - Deputado, lamento esses acontecimentos que estão por aí e que só dizem respeito a um Partido Político, o PSDB.

O PSDB é um Partido que está crescendo, tem hoje três Deputados na Assembléia Legislativa, é o Partido do atual Presidente da República, também responsável...

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Deputado, eu lhe concedi um aparte esperando que V.Exa. se manifestasse em relação ao meu pronunciamento, não em relação às questões em torno de um Partido!

O Sr. Deputado João Itamar - Mas eu vou chegar lá, Deputado!

Eu estou aqui em defesa de um Partido; agora, se V.Exa. quiser me ouvir, eu vou ter que lhe dizer que, infelizmente, sou obrigado a acreditar em algumas das declarações do jornal, porque V.Exa., Deputado, falou para mim em tom alto e firme o seguinte: "Você não vai assumir como Deputado porque eu não vou deixar o Deputado Jaime Duarte ser Secretário da Justiça, porque tenho várias denúncias para fazer contra ele."

O Deputado Jorginho Mello também pode comprovar isso, porque V.Exa. falou isso em voz alta no gabinete dele.

(Falas paralelas)

E vim em defesa, sim, da sigla a que pertencço, que merece respeito por parte das pessoas que fazem parte dela.

Por favor, eu acho que V.Exa. também...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché)(Faz soar a campainha) - V.Exa. tem mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu não tenho nada a ver com as denúncias que ocorreram e que acabaram culminando com a matéria no Diário Catarinense, em que pese o espremeio do Deputado João Itamar.

Mas a partir deste momento, usarei de todas as forças legais e morais, sem exorbitar ou ultrapassar esses princípios, para provar ou não se o Sr. Jaime Duarte, hoje Secretário da Justiça, é culpado ou inocente das acusações que lhe são feitas. Usarei de todas as formas legais e morais para esclarecer esta questão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário

reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o Deputado Neodi Saretta, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, tivemos a oportunidade de participar, de 24 a 26 de fevereiro, do III Encontro da Agricultura Familiar da Região Sul e do II Encontro da Juventude Rural, organizados pelo Fórum Sul dos Rurais, na cidade de Francisco Beltrão, no Paraná.

Na verdade, isso foi o início dos debates para discutir o Grito da Terra, que neste ano tem como objetivo analisar a situação da agricultura familiar brasileira, principalmente o encaminhamento das reivindicações deste setor. Foi apresentado neste encontro o quadro da agricultura familiar, que resultou num documento, o qual servirá como subsídio para um debate por todos aqueles que se interessam pelo seu desenvolvimento.

No momento em que este País vive uma crise enorme de emprego, nada melhor do que voltarmos os nossos olhos e as nossas ações para a agricultura familiar, fonte de geração de emprego desde que receba a atenção que merece por parte dos governantes.

Esse III Encontro da Agricultura Familiar serve como marco inicial das lutas, neste ano, deste segmento, e creio que esta Casa, especialmente através da Comissão de Agricultura, tem o importante papel de debater as questões ligadas a este setor, de buscar alternativas que venham amenizar os problemas dos agricultores.

Ainda na semana passada trouxe a esta tribuna mais um caso que considero um ataque aos agricultores, e tive a oportunidade de levar a este encontro acontecido no Estado do Paraná esses calotes que os agricultores têm sofrido, como, por exemplo, no caso da criação de minhocas, de *escargot*, de vacas uruguaias, de rãs, etc., pois promete-se a comercialização dessas criações e raramente esse fato se concretiza.

O caso das vacas uruguaias é *sui generis*. Os recursos do Pronaf para a compra de vacas uruguaias foram repassados pelo banco diretamente a uma empresa que até hoje não entregou, pelo menos para grande parte de agricultores, as novilhas da raça holandesa que deveriam vir do Uruguai.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Deputado Neodi Saretta, a respeito das vacas uruguaias, quero dizer que quando estive na Secretaria da Agricultura demos uma paralisação nesse programa, não porque não fosse bom ou porque não houvesse necessidade, mas para fazer uma análise mais profunda da procedência desses animais e dos valores cobrados ao agricultor e ao produtor no campo, eis que através dos recursos do Banco do Brasil e do Pronaf havia pessoas distribuindo, vendendo vacas a um custo muito elevado.

Por isso que esta Casa, através da Comissão de Agricultura, vai acompanhar em nível de Santa Catarina e através de uma integração com outros Estados, para a proteção do pequeno produtor.

A respeito da criação de minhocas, de *escargot*, queria dizer que financiamos muitos produtores em grupos com muito cuidado. Mas, na verdade, os Secretários Municipais e essas pessoas põem na cabeça que é um bom programa e depois

não têm onde comercializar e vender. Então, este cuidado nós temos que ter.

Mas, Deputado Neodi Saretta, a Comissão de Agricultura, através de seu novo Presidente e dos demais membros, deverá, juntamente com os demais Deputados desta Casa, tomar posições.

Inclusive, nas plantações de soja, de milho e de outros produtos nós temos a questão da uréia. Não tenho informações concretas, mas quem quiser comprar uréia terá que pagar 25% de aumento.

Então, eu acho que a Comissão de Agricultura vai ter um papel fundamental para levantar essas questões e discutir na base, fazendo reuniões e usando, quem sabe, o Procon, que é uma força maior, para proteger o nosso pequeno agricultor.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Agradeço o seu aparte, Deputado Gelson Sorgato.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Na ausência de oradores do PDT, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, não haverá o rateio do tempo? Ou já houve?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - O tempo será distribuído, e cada Partido terá três minutos.

Inicialmente, os primeiros três minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Milton Sander.

O SR. DEPUTADO MILTON SANDER - Sr. Presidente e Srs. Deputados, fui incumbido pela Mesa Diretora para, no último dia 23, representar na inauguração do Fórum da Comarca de Campo Eré.

Faço o registro da importância dessa obra para uma das regiões mais esquecidas, em quase todos os sentidos, do nosso Estado, especialmente para o Oeste, já que é uma região tradicionalmente conturbada por diversos fatores, inclusive de ordem fundiária.

Impressionou-me (e por isso quero fazer o registro) a forma como o Tribunal vem trabalhando na região Oeste. Acompanhei o Desembargador João Martins e recebi dele o relato do custo da obra, o qual farei chegar às suas mãos, Sr. Presidente, pois retrata o trabalho que o Tribunal de Justiça está fazendo na região.

Está sendo executado também o novo Fórum de Chapecó, a maior obra civil hoje em construção naquela cidade, num investimento superior a cinco milhões de reais. Também está sendo iniciado o Fórum da Comarca de Descanso, está sendo feito o reaparelhamento de vários outros Fóruns, tendo sido o de Fraiburgo inaugurado recentemente.

Por isso, entendo que a parte do Judiciário deve, pelo que testemunhei, merecer o registro e os cumprimentos desta Casa, pelo trabalho que o Tribunal vem fazendo no Estado de Santa Catarina.

Nós teremos, em breve, um embate da maior envergadura nesta Casa, que é a re-

formulação do quadro do Judiciário, com a criação de novas Comarcas, de novos cargos e assim por diante. E dentro da contensão geral a que se propõem os três Poderes, com certeza haverá de existir muita sensibilidade dos Srs. Deputados, do Tribunal e do próprio Executivo para que não haja um conflito logo adiante.

Estou, como advogado de carreira, seriamente preocupado, e já antecipo a minha opinião. Os juizes estão com uma carga superior a dois mil e quinhentos processos/mês, o que torna humanamente impossível dar atendimento à Justiça, à população. E um dos projetos do Governador é dar qualidade no atendimento à população...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ciro Roza - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ciro Roza.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Sr. Presidente, o PFL cede os três minutos do seu tempo para o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do rateio, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Herneus de Nadal, por seis minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PMDB, que teve um papel importante, fundamental na redemocratização do nosso País, tem agora no seu programa e na sua proposta o compromisso da democracia econômica, ou seja, reduzir as diferenças sociais entre os cidadãos. E para isso, na manhã de hoje, a Bancada Estadual e a Executiva do nosso Partido tiveram uma reunião para debater assuntos que nos permitam o encaminhamento desta questão em nível partidário.

Estabelecemos um roteiro em todas as nossas coordenadorias regionais em Santa Catarina, e a nossa Bancada, com o maior número possível de integrantes, a Executiva do nosso Partido e os líderes de destaque estarão presentes nos encontros para discutir as propostas da pauta, que será previamente elaborada.

É consenso na nossa agremiação, na nossa grei partidária, que o PMDB precisa voltar-se para as questões populares, pois foi o povo que nos permitiu a ocupação de mandatos, quer no Poder Executivo, em nível municipal, estadual e até nacional, quer nos Poderes Legislativos respectivos.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o item primeiro da nossa pauta será tratar de propostas partidárias; o entendimento será de andarmos juntos com os demais segmentos com uma proposta homogênea, para que possamos, nas eleições para Prefeito, no ano vindouro, oferecer uma proposta uniforme às populações dos Municípios onde iremos disputar o pleito.

Então, Deputado Ronaldo Benedet, o objetivo da nossa reunião é, sobretudo, a organização, a rearticulação, a reestruturação em todos os Municípios de Santa Catarina dos nossos diretórios. Certamente isso será a condição primeira para que tenhamos a condição de alcançar os nossos objetivos: realizar e fazer administrações populares que venham de fato diminuir as dificuldades da nossa população.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet -

V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Nobre Deputado, sou egresso do MDB - Movimento Democrático Brasileiro. Quando jovem, filiei-me ao MDB porque era um Partido que discutia ao lado do povo, com os sindicatos, com os agricultores, com as pessoas que precisavam e eram esquecidas pelos governantes, ou seja, a grande maioria da população, que tanto sofre neste País.

Por isso, queremos dizer a V.Exa. que renovamos a nossa vontade de continuar cada vez mais firmes neste Partido, com a Liderança de V.Exa. e a condução que agora o nosso Partido quer reafirmar aos seus postulados, aos postulados que ajudaram a construir este País e que tanto fizeram para o engrandecimento da democracia e do povo brasileiro.

Muito obrigado, Deputado!

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Nós agradecemos e incorporamos a sua manifestação, Deputado, e queremos dizer, na esteira, no caminho em que estávamos manifestando o desejo de que o nosso Partido siga trilhando, caminhando, que estaremos reunindo nesses nossos encontros para o diálogo, para a conversa, a J-PMDB, que é a juventude do nosso Partido, o PMDB Mulher, o PMDB Trabalhista, enfim, todos os segmentos, para que possamos desta forma, com a nossa proposta, com o nosso projeto, atender aos anseios da sociedade.

Nós, como instituição, como Partido Político, temos o nosso compromisso de, constitucionalmente, exercer aqui o nosso papel de Oposição e também de, junto com a sociedade, construir uma vida melhor para o cidadão catarinense.

Esta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vai ser a proposta, a tônica que vai guiar de uma forma positiva os passos do PMDB em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - De acordo com o rateio de tempo, os próximos três minutos do horário reservado aos Partidos Políticos estão destinados ao PT.

Com a palavra a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, eu queria socializar com os Colegas no dia de hoje um trabalho que está sendo divulgado na sala de imprensa pelo nosso Deputado Federal e nosso ex-Colega de Assembléia Legislativa, Carlito Merss.

Nesse trabalho ele apresenta um comparativo do Orçamento de 1998, o que foi orçado, o que foi realizado e o que está previsto para o Orçamento de 1999 para Santa Catarina, ou seja, o que está previsto no Orçamento Geral da União para o nosso Estado, na forma de comparativo, para que todos nós saibamos quanto é que Santa Catarina está perdendo e onde os catarinenses estão perdendo no Orçamento da União.

Então, têm alguns números aqui que eu entendo que são de fundamental importância dar realce. No Orçamento Geral, o dinheiro

que está previsto no Orçamento de 1999 para Santa Catarina está na ordem de 821 milhões de reais. Isso é o que está orçado em 99 para o nosso Estado.

Só que se fizermos um comparativo com o que foi realizado em 1998, já teremos um prejuízo de imediato, porque no ano de 1998 para Santa Catarina foi realizado em termos de Orçamento 906 milhões de reais.

Portanto, só aí já perdemos quase 100 milhões de reais entre o que foi realizado no ano passado, do Orçamento da União, e o que está previsto.

Se fizermos a comparação entre o que foi orçado para 98 e o que está orçado para 99, o prejuízo ultrapassa a casa dos 29% a menos para o Orçamento deste ano para Santa Catarina.

Se formos tratar dos assuntos pelos temas (e este é um assunto que obteve, inclusive, debate na Presidência com a presença do representante do DNR na última quinta-feira), só para se ter uma idéia, em construção e pavimentação de rodovias vamos ter 73% a menos; em conservação de rodovias, 88% a menos; em restauração de rodovias, 46% a menos.

Se formos pegar outras áreas de importância relativa, teremos no abastecimento de água, 25% a menos; no saneamento geral, 48% a menos; no sistema de esgoto, 36% a menos.

Quanto à questão das habitações urbanas, teremos 89% a menos. Teremos diminuição na área da educação, também, com redução em diversos itens; na questão da reforma agrária, menos 61%; na pesquisa aplicada, menos 49%; na questão da irrigação do nosso Estado, menos 97%.

Eu entendo que esse trabalho precioso que o Deputado Carlito Merss está apresentando hoje e está colocando à disposição de todos os Parlamentares catarinenses, exige uma tomada de posição e uma reação...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência gostaria de lembrar ao Sr. Deputado Líder do PT que hoje se encerra o prazo para a entrega dos nomes dos integrantes das Comissões.

Caso o Partido não apresente a nominata, a Presidência designará Deputados de acordo com a sua vontade, para que as Comissões sejam compostas.

Sobre a mesa justificativa dos Srs. Deputados Sandro Tarzan e Wilson Wan-Dall sobre a ausência de S.Exas. nesta sessão.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Legislativa de Xanxerê, parabenizando a comunidade pelo transcurso do 45º aniversário de emancipação político-administrativa daquele Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica à família de Arnaldo Quaresma, externando pesar pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Legislativa de Joinville,

parabenizando a comunidade joinvilense pelo transcurso do 148º aniversário de emancipação político-administrativa daquele Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Legislativa de Taió, parabenizando a comunidade pelo transcurso do aniversário de emancipação política.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Legislativa de Ituporanga, parabenizando a comunidade pelo transcurso do seu cinquentenário.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Francisco de Assis, solicitando uma sessão especial alusiva à campanha da fraternidade de 1999, que tem como tema "Fraternidade e os Desempregados" e como lema "Sem Trabalho... por quê?".

Em discussão.

Com a palavra o Deputado Francisco de Assis, Autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, na verdade este requerimento deu entrada na semana passada nesta Casa. E no dia em que veio a Plenário para discussão este Deputado estava em compromisso no Norte do Estado e não pôde discuti-lo.

O requerimento que apresentamos solicita uma sessão especial para discutirmos, nesta Casa, a questão do desemprego no Estado. Inclusive, solicitamos que também seja convidada a participar a CNBB, regional Sul-4.

Então, eu queria, na verdade, Sr. Presidente, solicitar o apoio dos colegas Deputados para que aprovássemos no dia de hoje este requerimento, viabilizando esta discussão.

Gostaria de lembrar, como fiz na vez anterior, que a questão do desemprego no nosso País é uma discussão atual, importante para nós, Parlamentares, e que foi objeto de muita discussão, inclusive durante a campanha passada. O momento é oportuno para essa discussão diante da situação de desemprego que se agrava cada vez mais no nosso País.

Eu queria solicitar a compreensão dos demais Colegas para que aprovássemos hoje este requerimento.

Algumas propostas e alguns questionamentos com certeza alguns dos Srs. Deputados vão fazer, e com certeza a CNBB vai nos responder e colocar-nos a par da situação pela qual está passando a nossa Nação e o nosso Estado.

Então, eu queria ponderar, solicitar à Mesa que encaminhasse a votação deste requerimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Luiz Herbst, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Diretor da Viação Elo Ltda., de Mafra-SC, apelando no

sentido de que seja verificada a possibilidade de colocar em operação a linha de ônibus que atende à comunidade de Butiá do Lageado, Município de Mafra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado João Rosa, a ser enviada Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, sugerindo medidas para a caracterização do Hospital Regional Hans Dieter Schimidt, de Joinville, em Hospital Escola.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Heitor Sché, a ser enviada ao Sr. Victor Fontana, Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina - Besc, sugerindo a criação de linha de crédito, tipo crédito pessoal com amortização do principal e pagamento de juros mensalmente, destinada aos servidores do Estado de Santa Catarina, com taxas de juros e encargos menores que os normalmente praticados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada à Secretaria dos Transportes e Obras e ao DER, solicitando a locação dos meios para a reconstrução da ponte que liga a sede do Município de Nova Trento com a localidade de Vígolo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a viabilização de lombadas eletrônicas nos pontos críticos da SC-411, com o intuito de proporcionar melhores condições de tráfego aos visitantes eromeiros que se dirigem ao santuário de Madre Paulina, em Nova Trento.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Secretário dos Transportes e Obras e ao DER, solicitando apoio técnico e financeiro para a construção de pontes e equipamentos para a recuperação de estradas face a enxurradas ocorridas no Vale do Itajaí, nas localidades de Rodeio,

Benedito Novo, Salete, Rio do Campo, Dona Emma, Chapadão do Lageado e Ituporanga.

Em discussão.

Com a palavra o Autor.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma referência em especial à presença neste Plenário do Sr. Ivo Vanderlinde, ex-Secretário da Agricultura, com grandes trabalhos já prestados a Santa Catarina, com também à do ex-Deputado Noemi Cruz.

Em relação à minha indicação, referente às enxurradas que ocorreram no Vale do Itajaí no último final de semana, gostaria de dizer que estive, Sr. Presidente e Srs. Deputados, no último sábado, visitando *in loco* a localidade de Rio Novo, onde vinte e quatro pontes foram destruídas - isso só em Rio Novo, só no Município de Ituporanga.

Nos Municípios de Dona Emma, Salete, Rio do Campo, Benedito Novo, Rodeio também os estragos foram de grande monta, com prejuízos materiais, com prejuízos em pontes, com prejuízos nas lavouras e na produção agrícola.

Por isso, Sr. Presidente, importante se faz que o Governo do Estado, através da Defesa Civil, através da Secretaria dos Transportes e Obras, se faça presente urgentemente nesses Municípios, sob pena dos prejuízos serem cada vez maiores.

Presenciei, inclusive, galpões de depósito de cebolas ilhados, sem condições de transporte para os consumidores. Essas localidades estão em uma dificuldade muito grande, em face da situação econômica dos Municípios. Mais ainda, na região do Vale do Itajaí, e o Sr. Presidente conhece muito bem, pois é daquela região, no Município de Rio do Sul é frequente neste período chuvas e enxurradas com prejuízos.

Por isso, peço a todos os Deputados que subscrevam esse documento para que tenhamos o mais breve possível a presença da Defesa Civil, do DER e do Governo do Estado para auxiliar esses Municípios a resolver o problema dessas localidades e desses produtores rurais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Sr. Governador Esperidião Amin, sugerindo medidas para a consolidação das divisas intermunicipais do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviado ao Sr. Governador do Estado, acerca de quesitos sobre a Casan.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Terminada a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o Sr. Deputado João Rosa, a quem concedemos a palavra.

(O Sr. Deputado João Rosa desiste.)

Com a desistência do Sr. Deputado João Rosa, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para solicitar a V.Exa. que fosse enviado um telegrama de condolências à família Klein, de Joinville.

No sábado passado, o garoto Rodrigo, de 20 anos apenas, estava com este Deputado, no Município de Piçarras, quando ocorria um encontro de motos. Após conversarmos durante várias horas, despedimo-nos. Eu viria para Florianópolis, e ele, com amigos, iria em direção de Joinville. Mas na tentativa de socorrer um companheiro que havia caído da sua moto, quando atravessava o asfalto foi atropelado por um caminhão, vindo a falecer imediatamente.

Nós conhecemos a família e sabemos da tragédia que se abateu sobre ela há alguns anos. Portanto, queremos neste momento difícil transmitir-lhe as nossas condolências, dizendo que sentimos de uma maneira muito pessoal essa morte, sendo que a amizade dele era muito forte com a minha família.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Sr. Deputado, esta Presidência fará o telegrama, e pede ao nobre Deputado que faça por escrito à Mesa, dando o endereço e o nome das pessoas a quem se destina o telegrama, como também o fará, conforme já foi deferido, com referência ao Tio Pruda, por solicitação do Deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu gostaria de comunicar e registrar a minha ausência no dia de amanhã na sessão, devido a compromissos já assumidos em Curitiba.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - V.Exa. comunicou agora a minha mensagem de condolências do nosso companheiro Tio Pruda, de São Joaquim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Sim, foi por solicitação do Deputado Onofre Santo Agostini, que seria expedido em nome da Casa.

Continua livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência anuncia a pauta para o dia de amanhã: requerimentos dos Srs. Deputados Valmir Comin e Joares Ponticelli.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, para o horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

### EM 02 DE MARÇO DE 1999

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL

As quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Cesar Souza - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Rosa - João Itamar - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Milton Sander - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Neodi Saretta - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczaí - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO (Deputado Romildo Titon) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente: MENSAGENS DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO NºS:

025, encaminhando projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Fundo Estadual de Defesa Civil;

026, encaminhando projeto de lei que retifica o art. 1º da Lei nº 10.070, de 30 de janeiro de 1996.

OFÍCIOS NºS:

1.975/99, do Sr. Governador do Estado, encaminhando cópia do expediente dirigido ao Sr. Presidente da República, a respeito da continuidade dos serviços de duplicação da BR-101; 2.549/99, do Sr. Governador do Estado, indicando para exercer a Liderança do Governo o excelentíssimo Sr. Deputado Paulo Barreto Bornhausen, da Bancada da Frente Liberal;

032/98, do Sr. Relator do Tribunal de Justiça, solicitando informações a fim de instruir a Apelação Criminal nº 98.012515.4;

061/98, do Sr. Presidente da APP do Colégio Estadual Jorge Lacerda, solicitando empenho na aprovação do Projeto de Lei nº 357/98.

OFÍCIO:

- Do Sr. Argemiro Deschamps, referente a integração das cooperativas de ensino com alunos e pais de alunos.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczaí) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, gostaríamos de fazer o registro da presença de Wilson José Mestre, Secretário Municipal de Administração de Taió, do Dr. Gilberto Beti, Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Taió, e das demais lide-

ranças que estão presentes na Casa. Sintam-se, todos, bem-vindos.

Com a palavra o Sr. Deputado Ronaldo Benedet, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - (Passa a ler)

"Sr. Presidente e Srs. Deputados, há menos de uma semana assomei a esta tribuna para manifestar a minha inquietação com o desemprego que avassala o País e infelicita milhões de famílias de brasileiros.

Propus aqui a realização de um seminário para engajar o Parlamento estadual na busca de saídas para salvar nossas empresas da insolvência e de alternativas para a geração de mais trabalho e renda para a nossa gente.

Volto ao tema, porque nesta semana os brasileiros ficaram mais pobres, a variação cambial causada pela especulação selvagem, em poucas horas, tem sido capaz de aviltar a moeda, quebrar empresas, aumentar o desemprego.

Somos um Estado de gente empreendedora, um Estado de homens trabalhadores, um Estado de gente obstinada. Não esmoreceremos diante das adversidades. Já sobrevivemos a muitas calamidades e a Governos descomprometidos com as necessidades da população.

Apesar da globalização, apesar do neoliberalismo selvagem, apesar dos que lançaram o produto do nosso trabalho no grande cassino que o mundo capitalista se transformou, nós, os catarinenses, seguiremos o nosso destino, se preciso, fazendo o nosso próprio caminho.

Há poucos anos exportávamos muito mais: calçados, mobiliário, cerâmica, produtos têxteis, madeira, papel, eletroeletrônicos. Com a crescente desvalorização do real, nossos produtos voltam a ser competitivos no mercado internacional. Parece-me que pode estar aí a retomada imediata do desenvolvimento em nosso Estado. Mas para as nossas empresas saírem da insolvência e buscarem mercados externos para seus produtos, precisamos de um grande esforço. É preciso que o Governo Estadual e suas agências de crédito e fomento comecem a trabalhar já.

É preciso que o Governo do Estado exija recursos do BNDES, que hoje só serve às multinacionais, na compra de empresas estatais privatizadas, a preços aviltados e juros de "mãe".

Empresários, trabalhadores, enfim, a sociedade, tenho certeza, mais uma vez, fará a sua parte. O que é preciso é que nós, os representantes desta sociedade, saíamos da inércia, da alienação, das lutas internas em nossas agremiações, das disputas dos projetos pessoais e de pequenos grupos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o momento é sério, e aqueles que nos elegeram para este mandato esperam respostas, os eleitores esperam que tratemos dos problemas que afligem a sociedade.

Austeridade, economia dos recursos,

redução das despesas no Legislativo são necessárias, são meios pressupostos. O que esperamos de nós é muito mais do que cuidados com a economia interna desta Casa.

Os catarinenses, tenho certeza, orgulhar-se-ão de seus representantes, se formos rápidos, ágeis na mobilização dos poderes públicos e organizações da sociedade, para juntos criarmos as condições para que as empresas, ao invés de autofalência, aumentem a produção, para que se ofereçam mais oportunidades de trabalho e renda, para que Santa Catarina, mais uma vez, seja pioneira e exemplo de competência para o nosso País.

Para isto, hoje, mais otimista, proponho que o seminário contra o desemprego, que promoveremos, seja denominado de Seminário para a Retomada do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina."

Por isso, Srs. Deputados, tenho ocupado esta tribuna voltando a reiterar a minha preocupação, preocupação esta não só como Parlamentar de uma sigla, o PMDB, mas como alguém que se preocupa com a credibilidade do Parlamento, uma vez que, convictamente, sou um parlamentarista que acha que nós, Deputados, temos que, cada vez mais, valorizar esta Casa, valorizar a Casa do Povo catarinense com ações efetivas para a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczaí) - Com a palavra O Sr. Deputado Sandro Tarzan, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczaí) - Pela ordem, o Sr. Deputado Wilson Wan-Dall.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Eu só gostaria de fazer o registro de algumas pessoas que nos visitam na tarde de hoje: uma comissão da cidade de Presidente Nereu, comandada pelo Vereador José de Souza, que é o Presidente do PPB, o Sr. Vanderli Voltolini e o Sr. Adelar Andrade. Como também se fazem presentes aqui empresários que visitam nossa Casa, o Sr. Luciano de Lima, o Sr. Márcio Clemente, o Sr. Valter Bongiorno e o Sr. César Floriani, Vice-Prefeito do Município de Ilhota.

Era este o meu registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczaí) - Está feito o seu registro.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, São Joaquim ontem, minha terra natal, viveu um momento de muita tristeza, pois perdeu um ilustre joaquinhense, um homem de um caráter ilibado, um amigo de todos os catarinenses, que faleceu anteontem, aqui, em Florianópolis. E o Deputado Milton Sander conheceu muito bem esse grande amigo Prudente Cândido da Silva Filho, que era conhecido no meio político e também pelos familiares e amigos como Tio Pruda.

O Tio Pruda foi enterrado ontem,

em São Joaquim, em um momento de muita emoção de todos os joaquineses e também de autoridades que lá se fizeram presentes, como a Prefeita Municipal de Florianópolis, Ângela Amin, o Deputado Ivan Ranzolin, o Deputado Leodegar Tiscoski.

Tio Pruda, assim era chamado, como já disse, com muito carinho por aqueles que tiveram o prazer de conhecê-lo. O Tio Pruda já muito jovem se formou em Direito, em Curitiba, e foi para São Joaquim advogar; logo em seguida ocupou a Secretaria de Turismo do Município de São Joaquim e depois elegeu-se Vereador. Em 1983, elegeu-se Prefeito Municipal de São Joaquim, sucedendo o meu pai Rogério Tarzan.

Ficou na Prefeitura de São Joaquim por seis anos. Nesse meio tempo levou a São Joaquim dois Presidentes da República, que visitaram a nossa terra na Festa Nacional da Maça, o então Presidente José Sarney e João Figueiredo. O Tio Pruda, depois disso, foi assessor particular do saudoso ex-Governador Wilson Kleinübing. Ultimamente fazia parte do segundo escalão do nosso Governo do Estado, sendo Diretor Financeiro do Ciasc.

Por isso, venho fazer este registro na Assembléia Legislativa, a respeito desse grande homem que me orgulha como político, que foi da minha terra e que deixa, sem dúvida nenhuma, Deputado Ivan Ranzolin, um exemplo a todos nós, principalmente àqueles mais jovens, um exemplo a ser seguido, como um homem de caráter ilibado, como um grande político que foi, tenho a certeza, o que é um orgulho para toda a sua família, os seus filhos, a sua esposa, que ontem estavam muito emocionados.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Deputado Sandro Tarzan, V.Exa. faz este registro na Assembléia Legislativa, e quero pedir vênias para a ele me associar, porque convivi com o Tio Pruda desde a infância. Estudamos juntos quando jovens, onde também estudava seu pai, eis que fomos colegas no tempo de ginásio, quando se tinha que fazer vestibular para entrar no curso ginásial - o exame de admissão.

Convivi com o Tio Pruda em São Joaquim, na nossa época de adolescência, quando eu frequentava muito a cidade de São Joaquim pelas amizades que lá tinha; depois, cursamos Direito juntos e praticamente moramos juntos, em Curitiba.

Ele voltou para São Joaquim, foi Prefeito, convivi muito com a administração dele e do seu vice, o Pirata. Depois, veio para Florianópolis, e continuamos a convivência.

Então, tive com o Tio Pruda um tempo muito grande de convivência e pude constatar durante todo esse tempo, desde jovem, a seriedade, o seu caráter e acima de tudo a sua amizade.

Ontem foi um dia muito triste em São Joaquim, e posso dizer a V.Exa. que deixei isso registrado na minha vida como um desaparecimento que muito entristeceu todos nós. O povo de São Joaquim ontem chorou nas ruas pelo desaparecimento do Tio Pruda.

Quero me associar ao seu registro e dizer que já dirigi a toda a família o meu profundo pesar; sou muito amigo da sua esposa, dos seus filhos e de todos os seus irmãos.

A família joaquinesa ontem perdeu

um grande homem que podemos considerar um patrimônio de São Joaquim e de Santa Catarina.

Cumprimento V.Exa. e peço vênias mais uma vez para me associar a este pronunciamento e a este registro saudando o Tio Pruda.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sem dúvida nenhuma, Deputado Ivan Ranzolin, eu que conheço V.Exa. de longo tempo tenho a certeza de que V.Exa., que estava lá conosco, ontem também sentiu muito a perda desse ilustre catarinense, desse ilustre joaquinesa, que deixa quatro filhos, o Ciro, o Cláudio, o Carlos, o Prudinha e a D. Liliam, sua esposa.

Tenho certeza absoluta, Deputado Ivan Ranzolin, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de que o Tio Pruda deixa um grande exemplo a todos nós, pela sua amizade, pelo seu companheirismo, pela sua solidariedade, pelo seu dinamismo como político, como o ser humano que era. Em São Joaquim, independentemente de Partido Político, o Tio Pruda era bem querido por todo mundo que o conhecia.

Foi para mim um prazer muito grande todos esses anos que o conheci, inclusive, freqüentava a casa dele quase que diariamente, ele freqüentava a nossa casa, portanto, conhecemo-lo de perto.

Realmente, ontem, ficamos muito emocionados com a partida desse companheiro, mas eu tenho certeza absoluta de que ele está do lado de Deus, sempre nos iluminando, para que possamos levar cada vez mais aqueles benefícios que São Joaquim tanto merece e pelos quais ele tanto lutou.

Então, fica este registro na Assembléia Legislativa, sobre esse grande homem público que ontem nos deixou, mas que, temos certeza, acima de tudo deixou um grande exemplo a toda a comunidade catarinense, principalmente, à comunidade política de Santa Catarina.

Portanto, quero que fique registrado isto aqui, na Assembléia Legislativa: haverei de estar sempre com ele na minha memória, seguindo os passos que ele trilhou em São Joaquim.

Ele foi um grande companheiro de São Joaquim, um grande amigo de São Joaquim e de Santa Catarina.

Então fica aqui esse registro: que Deus o tenha, e que nós possamos, cada vez mais, através do seu exemplo, ter uma grande caminhada política aqui, no Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Inscrito para falar o Sr. Deputado Luiz Herbst, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Sr. Presidente, Srs. Deputados, catarinenses presentes na Assembléia, temos uma preocupação com a nossa região, o Planalto Norte, especificamente o Município de Canoinhas, e acredito que esse seja também um problema de várias regiões do Estado, ou seja, a parte do meio ambiente relacionada com a fiscalização da Fatma.

Entendemos que a Fatma tem que ter uma fiscalização rígida e uma conscientização para que as empresas, as prestadoras de serviço e a parte da agricultura, principalmente na região de Canoinhas, no Planalto Norte, que está

sendo este problema, venham a fazer com a Fatma um trabalho para que possamos resolver esse problema do meio ambiente.

Sr. Presidente, entramos, hoje, com uma indicação no sentido de que a Fatma faça esse trabalho com rigidez, mas que não feche as empresas no tempo que ela determina para essas empresas se adaptarem, ou seja, que trabalhem de acordo com as normas legais para a defesa do meio ambiente.

Por isso, estamos pedindo que a Fatma permita que as empresas trabalhem, dando um prazo (o que a Fatma achar melhor) de trinta, sessenta ou noventa dias para que a empresa possa fazer essa adaptação.

Conhecemos muito bem o Município de Canoinhas, pois somos de Mafra. Canoinhas está com uma dificuldade econômica muito grande, que está se agravando com a recessão econômica e com esta parte da banda do dólar. Se a Fatma fechar essas empresas, não dando o prazo de trinta, sessenta ou noventa dias, pedindo em primeiro lugar que a empresa se adapte, para depois funcionar, teremos muito mais recessão na região e por consequência um maior número de desemprego.

Vou aproveitar a oportunidade para falar sobre a segunda indicação: no ano de 98 fizemos uma indicação ao Governo do Estado, e foi liberada para Mafra uma ambulância especial para atuar em resgate, salvamento, principalmente de acidentados. E esta ambulância não só atende o Município de Mafra como, também, a BR-116 e a BR-280.

Quando acontecem acidentes no Estado do Paraná, no Município de Rio Negro, enfim, naquela região, e que a ambulância de Rio Negro não pode atender, a ambulância de Mafra, que é uma ambulância especial para resgate, faz esse atendimento. Por outro lado, muitas vezes a ambulância do Município de Rio Negro faz o atendimento em Santa Catarina, quando os acidentes são muito graves.

Nós verificamos que o Município de Mafra possui algumas ambulâncias, e a população dos Municípios vizinhos, Itaipópolis, Papanduva, Monte Castelo e outros, dirigem-se, principalmente, aos hospitais de Mafra e para a maternidade de Mafra. Os casos mais graves geralmente são deslocados para Curitiba, que é a região mais próxima de Mafra, menos de 100 quilômetros, e tem hospitais especializados em vários setores.

Portanto, 90% das pessoas que precisam de urgência não vão para Joinville, nem para Florianópolis, vão para Curitiba. Alguns casos vêm para Florianópolis ou vão para Joinville. Por isso, a Prefeitura de Mafra necessita de ambulâncias para poder fazer o atendimento nos casos mais graves.

Portanto, requeremos a dotação orçamentária para adequar o aeródromo do Município de Mafra aos parâmetros previstos na legislação vigente.

Temos em Mafra um aeroporto que há mais de vinte anos era um aeroporto comercial, com alguns vôos, mas que hoje praticamente está desativado, porque não temos, da parte do Ministério da Aeronáutica ou também da Secretaria dos Transportes e Obras, um atendimento que seria essencial para que aquele aeroporto viesse a funcionar.

Na região de Mafra temos várias cidades de médio porte - Canoinhas, São Bento do Sul, Rio Negrinho e também Rio Negro, no

Paraná - que poderiam, principalmente a parte industrial, utilizar esse aeroporto.

Então, é uma reivindicação dos empresários. E com a ativação desse aeroporto, com o recurso de pavimentação e também com as adaptações necessárias, poderíamos levar várias empresas para aquela região.

Nós tivemos há dois anos inaugurada uma empresa multinacional, a Bandag, em Mafra, que gerou alguns empregos e que também gera uma grande receita para Santa Catarina e para o referido Município.

Com a pavimentação do aeroporto de Mafra, temos certeza - inclusive, já entramos em contato com vários empresários não só do Brasil como também dos Estados Unidos -, muitos empresários terão interesse de fazer ali as suas empresas, os seus investimentos. Mas para isso precisamos do aeroporto.

Por isso, também pedimos aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente a aprovação dessa indicação.

Também no Município de Mafra temos uma comunidade muito grande, com mais de quinhentas famílias, que fez um abaixo-assinado com oitenta e quatro nomes interessados em adquirir uma linha telefônica.

Por isso, essa nossa indicação à Telesc, ao Diretor-Presidente das Telecomunicações de Santa Catarina, é no sentido de que se possa fazer um estudo e a introdução de uma rede telefônica, já que naquela região de Mafra só temos um telefone público. E como são mais de quinhentas propriedades e oitenta e quatro nomes já interessados, acho que está viabilizada economicamente a instalação de uma rede telefônica para aquela localidade. Inclusive, também pedimos o apoio de V.Exas. para a aprovação dessa indicação.

Finalmente, temos aqui um projeto de resolução que talvez venha a ter muita discussão nesta Casa.

Por isso, vamos pedir que os Srs. Deputados atentem bem para o que diz o projeto: dispõe sobre a utilização de veículos de propriedade do Poder Legislativo e dá outras providências.

Nós entendemos que o Parlamentar deva fazer a representação da Assembléia Legislativa, do Poder Legislativo, e estar também com mais condições de atendimento. A Assembléia tem alguns veículos, mas muitos dizem que o Deputado não pode se deslocar com esses veículos. Na realidade, o certo seria até a extinção desses veículos, e que cada Deputado usasse o seu.

O nosso trabalho, V.Exas. sabem, geralmente é nos finais de semana, nas sextas-feiras, nos sábados, ou nos domingos. E geralmente nesses dias é que os motoristas da Assembléia têm os seus compromissos, o seu dia de descanso, ou algum compromisso familiar, e não podemos tirar esses senhores da Assembléia para que possam trabalhar com os Deputados.

Então, entramos com esse projeto de lei, no sentido de fazer com que o Deputado, desde que habilitado, e comprovada essa habilitação, possa dirigir o veículo da Assembléia e assim viajar nos finais de semana. É claro que o Deputado que não tiver a habilitação terá que ter um motorista.

Normalizamos esse projeto com vários artigos, determinando como deverá

ser a utilização dos veículos pelos Deputados aqui, na Assembléia Legislativa.

Novamente, pedimos aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente o apoio, principalmente à Mesa, porque é um projeto de resolução que passa pela Mesa, ele não vai a nenhuma Comissão.

Então, pedimos que a Mesa aprove esse projeto e também pedimos aos Srs. Deputados, se quiserem, para entrar com alguma emenda no sentido de melhorar o projeto.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, muito obrigado pela atenção.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Não havendo mais oradores inscritos em Breves Comunicações, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros quatorze minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje ocupo a tribuna para apresentar no horário do meu Partido, o PMDB, um projeto de lei para que o Governo do Estado de Santa Catarina tenha as condições de poder amenizar o sofrimento dos pequenos produtores rurais de Santa Catarina referente ao crédito de emergência.

O projeto de lei autoriza o Governo do Estado a saldar o total das dívidas provenientes do crédito de emergência e dá outras providências.

(Passa a ler)

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos ao integral cumprimento das obrigações assumidas através da Lei nº 10.080, de 15 de abril de 1996, que concedeu o crédito rural de emergência.

Art. 2º - Para o cumprimento do disposto nesta lei, o Poder Executivo poderá adotar as formalidades de suplementações necessárias no Orçamento do Estado."

Inclusive, tenho alguns retoques a este projeto de lei que darei entrada no final da tarde de hoje. Ele tem também um parágrafo único que oferece condições no remanejamento do Orçamento do Estado, inclusive, no excesso de arrecadação.

A justificativa deste projeto de lei é porque fizemos emendas ao Orçamento Descentralizado - inclusive, o Deputado Gilmar Knaesel comandava o Orçamento Descentralizado -, emenda deste Deputado e emenda da Bancada do PT, para que pudéssemos oferecer recursos para o pagamento da dívida do crédito de emergência.

Esses recursos iriam saldar uma dívida dos pequenos produtores, e chegariam ao pequeno produtor através do FAT - o Fundo de Amparo ao Trabalhador -, via BND, via Banco do Brasil, e depois o Besc seria o repassador.

Infelizmente, no final do ano, a partir de agosto, quando o agricultor ia buscar os recursos no banco e estava inadimplente, não podia fazer um empréstimo no Banco do Brasil ou em outro banco, porque não tinha saldado a sua dívida. Na época, eram mais de 30 mil agricultores, e o valor desse financiamento foi de 20 milhões de reais.

Vejam, Srs. Deputados, que a parte do Município já foi feita, pois o Banco do Estado já descontou os 25% dos juros do agricultor - 25% eram do Governo do Estado

e 50% do pequeno produtor.

Nós temos na proposta do novo Governo que a prioridade é a agricultura e o pequeno produtor. E aqui ele vai ter a oportunidade, Srs. Deputados, de ter em mãos uma lei que proteja e possa quitar essa dívida perante os pequenos produtores.

Deputado Luiz Herbst, o Banco do Brasil reteve recursos, através de uma lei, inclusive, da rolagem da dívida do Governo do Estado de Santa Catarina, e o Governo anterior impetrou um mandado para a liberação desse dinheiro. Em novembro foi liberado, mas foi bloqueado novamente. Depois, continuou bloqueada parte dos recursos da rolagem da dívida e do crédito de emergência. Mas só agora o Governo ganhou a ação. Então, o Governo do Estado está com os recursos da rolagem da dívida e do crédito de emergência.

Então, nós temos, e o Governo tem, os recursos que foram retidos no Governo anterior, inclusive parte para saldar essas dívidas, se não for o total.

Temos que saber aqui que alguns agricultores pagaram suas dívidas, porque tiveram condições, Deputado Luiz Herbst, mas outros, Srs. Deputados, não tiveram condições de fazê-lo. E o Governo tem, através desse projeto de lei, a autorização para poder saldar as dívidas dos pequenos agricultores catarinenses.

Se queremos fomentar o desenvolvimento agrícola, se queremos proteger o pequeno agricultor, temos que oferecer condições.

Temos que dizer neste Parlamento que muito se falou em fazer desenvolvimento na agricultura catarinense. E nós vimos há poucos dias uma ação benéfica, mas com pouco resultado oferecido aos agricultores. Inclusive, Deputado Luiz Herbst, a sua região, Mafra e Canoinhas, sabe muito bem quanto feijão foi oferecido aos agricultores - cinco mil sacos na safrinha para se distribuir em 293 Municípios.

Vejam, um troca-troca que é benéfico, mas é um por um. E às vezes o agricultor para pegar cinco sacos tem que ter dois avaliadas.

O Governo anterior, Deputado Ivan Ranzolin, doou a semente de milho, doou a semente de feijão para os pequenos agricultores.

Nós temos que aprovar um programa que se possa implementar todos os anos. Agora, este Governo terá oportunidade de saldar as dívidas do pequeno produtor, até porque se fala em prioridade na agricultura, porque se fala que se faz tanto pela agricultura.

Esta Casa aprovou 10% no Orçamento para a agricultura. E nós vamos fazer um pedido de informação para ver quanto de dinheiro foi para a Secretaria da Agricultura, quanto de dinheiro foi para o pagamento de pessoal e quanto para atender o pequeno produtor, para a sua manutenção.

Então, queremos que o Governo do Estado, que teve a oportunidade e tem essa oportunidade de saldar as dívidas com os pequenos agricultores, tenha, através desse projeto de lei, como pagar o crédito de emergência.

Nós, os quarenta Deputados, temos essa responsabilidade. Por quê? Porque, inclusive, em uma negociação, Deputado Pedro Uczai, que tivemos com o Governo anterior, o Governo pediu autorização para vender as ações da Celesc ou da Casan, para poder pagar as dívidas dos pequenos agricultores. E não lhe foi dada essa chance. Inclusive, foram retidos os recursos. Mas agora temos a oportunidade para saldar essas dívidas com os pequenos agricultores.

O Sr. Deputado Luiz Herbst - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Herbst - Nobre Deputado, na realidade, quanto ao crédito de emergência, a própria palavra já vem explicando o que é.

V.Exa. falou em torno de 20 milhões de reais e 30 mil agricultores. Então, são menos de mil reais por agricultor - algo em torno de setecentos e cinquenta reais.

Alguns dos Srs. Deputados podem dizer: não, mas setecentos e cinquenta, oitocentos reais, por que o pequeno agricultor não paga? Ele deveria pagar e daí não ficaria inadimplente. É que V.Exas. talvez não saibam das dificuldades dos pequenos agricultores, o que eles vêm sofrendo nos últimos anos.

Conheço a minha região, o Planalto Norte, que é uma região agrícola, e o Oeste também não deve ser diferente.

Nos últimos anos vimos que os pequenos agricultores vêm tendo uma qualidade de vida diminuída ano após ano. E aqueles que puderam ter a sua propriedade, fazer a sua casa, a sua moradia, há uns dez, quinze anos, fizeram-na. Atualmente ninguém pode investir em mais nada.

No ano passado, aprovamos nesta Casa um projeto de lei de autoria do Deputado Odacir Zonta que dava uma porcentagem grande para a Secretaria da Agricultura. Então, o Deputado Odacir Zonta poderá fazer um bom trabalho e o Governo do Estado poderá verificar a possibilidade de quitar isso, dando possibilidade ao pequeno agricultor de não ser inadimplente e ir à agência bancária contrair novos empréstimos e aumentar a produção.

Nós sabemos que no caso do feijão ocorre o retorno em quatro meses de investimento; outros produtos precisam de cinco a seis meses para ocorrer o retorno. Nenhuma empresa, nenhuma indústria vai fazer com que haja um retorno tão rápido.

Eu quero parabenizar V.Exa. pela explanação.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Eu agradeço o seu aparte, nobre Deputado.

Gostaria ainda de dizer que os pequenos agricultores buscaram recursos através do crédito de emergência devido à estiagem, e mesmo assim não foi apenas para recuperar a sua plantação, foi também para a manutenção da sua família. E hoje estão à deriva, sem recursos e tendo que saldar essa dívida.

O Estado está aí para fomentar e poder cumprir também esse compromisso, tirando essa dívida, quem sabe, de mais de vinte mil agricultores, para eles poderem contrair seus empréstimos novamente no banco.

Srs. Deputados, gostaria de dizer que quando assumi a Secretaria da Agricultura também não era um mar de rosas. Temos os nossos defeitos, mas também temos as nossas virtudes. Fomos

em todas as regionais saldar contas do Governo anterior, e foram saldadas mais de cinco milhões que o então Governador Wilson Kleinübing devia para os agricultores que haviam feito os programas de calcário, de sementes e não pagaram. E foi pago através de certificados, porque não havia dinheiro.

Então, deve-se achar um meio de poder saldar essas dívidas, e o Governo deve fazer a sua parte.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Nobre Deputado, eu concordo com V.Exa. quando fala sobre a questão do pequeno agricultor. Tanto é que R\$750,00, que parece pouco para muitos, é mais do que a safra que muitos dos nossos pequenos agricultores estão conseguindo tirar como resultado final.

Então, essa nossa preocupação é válida.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Agradecemos o seu aparte, nobre Deputado, e contamos com V.Exa. na Comissão de Agricultura, bem como com os demais Parlamentares que comporão aquela Comissão.

Esperamos que os quarenta Deputados se engajem nessa causa e venham em defesa daquele agricultor anônimo, que está lá no interior, na sua comunidade, produzindo alimentos para todo o Estado de Santa Catarina e para todo o Brasil.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Nobre Deputado, não poderia deixar de cumprimentá-lo, uma vez que esse crédito de emergência...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai)(Faz soar a campainha) - V.Exa. dispõe de mais trinta segundos para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Eu deixo os trinta segundos para que o orador conclua o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Agradeço, Sr. Deputado.

Posteriormente, após as manifestações dos Partidos, nós voltaremos a falar do assunto, porque precisamos que todos participem. Todos os Deputados têm interesse pela agricultura, tanto os que fazem parte da Comissão de Agricultura quanto aqueles que não fazem, porque todos têm na sua comunidade o trabalhador rural que precisa ser protegido.

O Deputado Jorginho Mello sabe sobre o Besc, sabe que esse banco possui tantas ações que poderá saldar essa dívida dos pequenos agricultores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Heitor Sché, por três minutos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, na última

eleição tomei, como candidato, a decisão de apoiar o Governador Esperidião Amin para o Governo do Estado e Jorge Bornhausen para o Senado da República.

Assim procedi, primeiro, porque foi uma coligação realizada pelo meu Partido; segundo, porque tenho uma história política ao lado de Esperidião Amin, cuja capacidade, dinamismo e inteligência conheço. Acho que ele e o Senador Jorge Bornhausen serão a solução para salvar Santa Catarina do estado em que se encontra.

Posteriormente, o meu nome foi aliado pelo Governador Esperidião Amin da Secretaria da Segurança Pública. Nada modificou o meu posicionamento em relação ao Sr. Governador, mas a Segurança Pública, que vinha atravessando momentos difíceis no Governo passado, continua muito pior.

Eu só espero que o Governador Esperidião Amin não tenha que usar da humildade que lhe é peculiar para voltar à imprensa e justificar o meu afastamento, dizendo que errou, assim como fez quando tentou interferir na eleição deste Legislativo, no que foi derrotado pelo seu próprio Partido, criando um precedente muito grave para a Coligação.

Eu venho à tribuna, portanto, para reiterar o meu apoio ao Governo de Esperidião Amin e ao Secretário Luiz Carlos de Carvalho, mas faço questão de registrar um tópico da declaração do Secretário.

Disse ele que sua meta principal é a despolíticação da polícia. Despolitizar a polícia, Srs. Deputados, é dar dez mil e quatrocentos dias de suspensão aos seus funcionários; é demitir a bem do serviço público 76 funcionários corruptos, como fiz quando era Secretário; é proibir que os funcionários andem com os carros roubados ou apreendidos nas ruas; é proibir que os funcionários sejam indicados politicamente quando não têm idoneidade para ocupar cargos de chefia. É, acima de tudo, controlar exclusivamente a criminalidade no Estado.

Não vejo outra maneira de despolitizar a polícia. Dependendo da interpretação da despolitização, nós podemos até tomar uma medida de arbitrariedade, de autoritarismo e de ditadura. Despolitizar a polícia da maneira que se está comentando é impedir que seus funcionários votem e escolham aqueles que eles acharem o melhor candidato. E eu não acredito que o Governador Esperidião Amin, que sempre teve votos da polícia...

Na primeira vez em que ele foi candidato ao Governo do Estado, eu lhe dei vinte e cinco mil votos, e ele ganhou a eleição por onze mil votos. Nesta eleição, em que praticamente correu quase sozinho, ganhou com uma grande margem de votos, mas eu concedi, tenho certeza, os quase trinta mil votos que lhe foram dados.

Será, Srs. Deputados, que essa é a meta também do Governador? Será que o Governador está rejeitando os votos que lhe foram dados? Eu não posso acreditar! Tenho a impressão que o Secretário da Segurança Pública, Dr. Luiz Carlos de Carvalho, foi infeliz quando assim se manifestou.

Eu quero, como representante neste Plenário dos policiais, ouvir propostas concretas para diminuir a criminalidade. E

há poucos dias tive a oportunidade de ler na coluna de um dos mais conceituados colunistas de Santa Catarina, o jornalista Moacir Pereira, sobre a situação calamitosa da segurança em nosso Estado. O povo está amedrontado, e a única meta que se espera da Secretaria da Segurança Pública é que reduza o índice de criminalidade.

Há poucos dias, reuni em meu gabinete os bons policiais, os excelentes policiais da nossa Polícia Civil, aqueles que, graças a Deus, ainda não foram despolitizados, e pedi-lhes que dessem o seu apoio trabalhando além do normal, para que Santa Catarina tenha dias mais tranquilos, para que o Secretário da Segurança Pública, Luiz Carlos de Carvalho, possa fazer uma boa gestão, para que o Governador Esperidião Amin possa cumprir o seu dever.

Retornarei a esta tribuna tantas vezes quantas forem necessárias para elogiar as medidas que forem tomadas em favor da polícia e da Segurança em nosso Estado, mas também aqui estarei como fiscal daquela Pasta, para cobrar que os policiais civis e militares possam desenvolver o seu trabalho e possam fazer com que Santa Catarina tenha dias mais tranquilos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Francisco de Assis, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, profissionais da imprensa e demais presentes, vou abordar um problema que aflige a nossa cidade, Joinville, e de certa forma toda a população do Estado de Santa Catarina.

Durante os dois anos que fui Vereador em Joinville participei, nos dois períodos, da Comissão de Saúde, não como profissional da área, mas como atuante da Pastoral da Saúde da nossa diocese, e sempre procurei fazer um trabalho na área popular, com a medicina popular e alternativa.

Como já falei em outra oportunidade, apresentei um projeto criando em Joinville os Conselhos Locais de Saúde, fazendo com que fosse o primeiro Município de Santa Catarina a ter através de uma lei esses conselhos locais. E estou ocupando a tribuna no dia de hoje não para falar propriamente desta questão, mas da falta de saúde no Município de Joinville.

Joinville está doente! O Hospital Regional e a Maternidade Darci Vargas, que a partir do dia 1º de abril retornam ao controle do Estado, à administração do Estado, estão hoje vivendo uma certa paralisação no atendimento, principalmente o Hospital Regional. São longas as filas, o pronto-socorro não tem as mínimas condições de atender a população, faltam medicamentos nos hospitais e nos postos de saúde da rede pública. Enfim, é o caos instalado em Joinville, como em todo o Brasil.

A questão da saúde em Santa Catarina vem muito mal, embora a CPMF tenha sido criada, na época, para dar condições ao SUS de pleno funcionamento, e não foi possível fazer isso acontecer.

Portanto, estarei apresentando um

requerimento à Mesa amanhã, através do qual solicito ao Secretário do Estado da Saúde, Eni Voltolini, que tão logo assumo o controle administrativo do Hospital Regional e da Maternidade Darci Vargas modifique essa forma de atuação, mude aquilo que a administração de Joinville não teve capacidade, (temos que reconhecer) de mudar.

A Prefeitura Municipal de Joinville hoje deve aos fornecedores de medicamentos, aos prestadores de serviço. O atraso é de mais de seis meses, e ainda compram, muitas vezes, medicamentos e outros produtos por um preço acima do valor praticado no mercado.

A população vive num dilema constante, porque quem depende do SUS, tem muitas vezes que levantar às três ou quatro horas da manhã para ir para uma fila, seja no posto de saúde, seja no hospital.

É este o quadro crítico que Joinville atravessa, e esperamos que o Governo do Estado, através do seu Secretário da Saúde, modifique esta forma de administrar a saúde pública em Santa Catarina, principalmente em Joinville. No dia 9 de março Joinville estará completando 148 anos, e com certeza não merece como presente a continuidade dessa situação.

Sei que é difícil solicitar essa providência num momento em que o Estado ainda não assumiu aquelas entidades, mas se o Governador coloca o Deputado Eni Voltolini, eleito com todos os méritos, numa Pasta de tamanha responsabilidade como a da Saúde, é obrigação minha, que venho lutando durante tanto tempo em Joinville pela saúde, fazer esta solicitação ao Secretário, ou seja, intervir na saúde pública daquele Município.

É com este objetivo que me inscrevi hoje para falar sobre este tema, porque a população sofre mais a cada dia que passa. E angustiado com esta situação, acho que, como cidadão e como Deputado, não posso me furtar de trazer para esta Casa aquilo que acontece nos Municípios de Santa Catarina.

E se estou falando de Joinville é porque é de lá que eu venho, foi lá que durante dois anos participei ativamente na política como Vereador, e foi nessa área que procurei me dedicar nesses dois anos de mandato.

Inclusive, houve um fato que eu gostaria de relatar aqui, até para que os nobres Deputados entendam o agravamento da situação. Certa feita, um dos fornecedores apareceu na Secretaria de Saúde com uma arma em punho e colocou-a na cabeça de um funcionário, fazendo com que ele pagasse a fatura, senão ele atirava nesse funcionário. Até isso aconteceu no Município de Joinville!

Vejam V.Exas. em que estado se encontra a situação da Secretaria da Saúde em Joinville, a ponto de um funcionário daquela Secretaria ser ameaçado com um revólver por um fornecedor, que tomou essa atitude em relação ao não-pagamento da dívida pela Secretaria da Saúde, pela Prefeitura de Joinville. E cada dia que passa isso se agrava; o montante já é bastante elevado.

Há uma declaração hoje nos jornais do Secretário da Saúde, que diz não estar comprando medicamento, mas que se

precisa, compra o mínimo necessário, para não deixar saldo, para não deixar medicamento em estoque, porque a partir de 1º de abril o Governo do Estado toma a administração do Hospital Regional.

Na verdade, no meu ponto de vista, não compra porque não tem mais como pagar, não tem nem fornecedor querendo mais vender para a Prefeitura, porque já sabe de antemão que não vai receber. E se recebe, é depois de muito tempo, como é o caso da maioria dos fornecedores. Alguns, inclusive, estão tendo que fechar suas empresas, porque não recebem, principalmente os pequenos fornecedores.

Então, eu queria colocar isso para os demais Colegas, para que tomem conhecimento da realidade do nosso Município nessa questão específica da saúde pública e do SUS.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos seis minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado João Itamar, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO ITAMAR - Sr. Presidente e Srs. Deputados, iniciando nesta tribuna, quero cumprimentar a todos e dizer que estou aqui como primeiro suplente, no lugar do Deputado titular Jaime Duarte, que hoje ocupa a Secretaria da Justiça e Cidadania.

Estou aqui para, com muito prazer, somar-me aos demais Companheiros em prol do engrandecimento deste Parlamento e para contribuir com o meu Estado, principalmente com aqueles Municípios que eu mais me identifiquei. Também quero me colocar à disposição daqueles Municípios que pouco conheço, mas que, como catarinense, também vou aqui defendê-los e atendê-los naquilo que for preciso.

Mas venho à tribuna hoje em função do aparte que fiz ontem ao meu Companheiro de Partido, o Deputado João Rosa, e também por haver citado o nome do Companheiro Jorginho Mello. Gostaria de dizer a V.Exas. e àqueles Companheiros que, na verdade, há necessidade de se apagar esses incêndios, porque o nosso Partido hoje está levando de fora para dentro.

Já dizia um ditado muito antigo que roupa suja se lava em casa; e não na rua, trazendo-a para secar em casa. Aí se torna difícil.

Quero tornar público nesta Casa que o Sr. Luiz Carlos Sobrosa Rocha entrou com uma ação na OAB. Eu conheço esse cidadão, ele é filiado ao PSDB, é proprietário de um bar na Avenida Beira-Mar Norte, e não sei por que cargas d'água (ou o porquê dessa maldade) é contra o Deputado Jaime Duarte, hoje Secretário da Justiça.

Mas com prazer registro que, felizmente, o Partido adquiriu hoje um pouco mais de personalidade. Trago aqui, perante V.Exas., a absolvição do Deputado Jaime Duarte pela OAB, e gostaria de entregar uma cópia à Mesa Diretora desta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Está sendo entregue o documento para a Mesa, o qual passo às mãos do Primeiro

Secretário, Deputado Lício Silveira, que é o responsável, como Primeiro Corregedor desta Casa Legislativa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, restam dois minutos ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo mais Deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PTB.

Com a palavra o Deputado Sandro Tarzan, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho mais uma vez falar do meu Partido, o PTB, que foi extinto em 1965, através do Ato Institucional nº 02, mas que retornou em Santa Catarina no dia 22 de fevereiro de 1988.

Este Partido tem história, e tem como bandeira o saudoso ex-Presidente da República Getúlio Vargas. Em 1946, o Partido Trabalhista Brasileiro organizou-se aqui em Santa Catarina, registrando-se no TRE em 11 de maio de 1951, e em 1947 apoiou o peessedista Dr. Aderbal Ramos da Silva.

Tivemos a oportunidade de ter dois Vice-Governadores em Santa Catarina: Doutel de Andrade, que foi Vice do Governador Celso Ramos, e Francisco Dall'igna, que foi Vice de Ivo Silveira.

Tivemos, também, um grande tribuno, o Dr. Evilásio Caon, que foi Deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro e que, sem dúvida nenhuma, foi uma das bandeiras deste Partido em Santa Catarina.

Srs. Deputados, domingo passado, tivemos a nossa convenção estadual, que teve chapa única, denominada de Consenso pela Unidade Partidária, e gostaria, neste momento, de dar conhecimento ao Plenário desta Casa de como ficou composta a comissão executiva eleita naquela oportunidade.

(Passa a ler)

Presidente, Sr. Roberto Zimmermann; 1º Vice-Presidente, Sr. Rogério A. Tarzan da Silva, que depois de dez anos militando no PRN vem ingressar, agora, nas fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro; 2º Vice-Presidente, Isaac Matos Pereira; 3º Vice-Presidente, Flandes Schlindwein; Secretário-Geral, Madelaine M. Zimmermann; 1º Secretário, Gerhard Jaeger; 2º Secretário, Mona Uba Dequech Denk; Tesoureiro-Geral, Antônio Avelino Honorato Filho; 1º Tesoureiro, Enio Gerber; 2º Tesoureiro, Alcemar Weirich, e como Líder da Bancada, este Deputado.

Este é um momento importante para o Partido Trabalhista Brasileiro, visto que ficou por 34 anos sem participação no Parlamento catarinense.

Nós vimos que o Partido Trabalhista Brasileiro elegeu mais uma vez, em 1998, um Deputado Estadual, e tenho certeza de que o Partido vai cada vez mais crescer em Santa Catarina.

Hoje nós estamos com 54 Vereadores, seis Prefeitos, um Vice-Prefeito - que é o Andreone Cordeiro, segundo suplente, que assumiu a Prefeitura do Município de Gaspar - e um Deputado Estadual.

Os Municípios onde temos Prefeitos são: Porto Belo, Luiz Alves, Major Gercino, Vidal Ramos, Pomerode, Bandeirantes e, mais recentemente, Gaspar.

Então, o nosso Partido teve, na sua convenção, a característica da unidade partidária, pela qual todos vão trabalhar juntos em benefício da comunidade catarinense.

Tenho certeza, Srs. Deputados, que haveremos de levar o trabalhismo a todos os Municípios de Santa Catarina, fazendo com que o Partido Trabalhista Brasileiro tenha a

sua representatividade em todos os Municípios e possa contribuir defendendo o trabalho junto com o capital, a fim de que possamos, cada vez mais, gerar empregos nas nossas comunidades.

Nós haveremos de estar aqui levando a voz firme do PTB, com o intuito de beneficiar a comunidade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Ucai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 14 minutos são destinados ao PPB.

Consultamos o Líder da Bancada para saber quem fará uso da palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Fará uso da palavra o Deputado Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Ucai) - Com a palavra o Deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, faço uso pela vez primeira desta tribuna e sinto-me honrado em poder estar aqui, integrando os 40 Deputados, pessoas ilustres, grandes personalidades, que enaltecem este Parlamento.

Iniciamos a nossa trajetória política a partir de 1984, quando nos filiamos ao PDS, e posteriormente, em 1989, pleiteávamos uma vaga no Legislativo sideropolitano. Logramos êxito e, em seguida, partimos para uma reeleição, novamente sendo vitorioso.

Em 1996, disputamos a Prefeitura do Município de Siderópolis, mas, infelizmente, o povo não soube interpretar as nossas idéias, as nossas propostas, e não conseguimos a vitória. Mas continuamos firme, forte e sempre perseverante.

Posteriormente, desencadeou-se na região o Movimento dos Municípios Unidos, ou seja, dos nove pequenos Municípios da região carbonífera. Passamos, então, a percorrer toda a região, num processo livre, transparente e democrático, dando oportunidade para que cada Município tivesse o seu representante, tanto para apoiar quanto para ser apoiado. E numa convenção no Município de Içara, em 7 de junho, tivemos a oportunidade de ser o candidato escolhido.

Venho de uma família de doze filhos, dentre os quais dez homens e duas mulheres, e sempre me orgulho muito de dizer que já fui agricultor, leiteiro e vendedor de laranjas, que já peguei no cabo da enxada, que na minha adolescência passei tirando moinha nos cochos de carvão. Penso que o político, que o cidadão que tem vergonha de expressar o seu passado não tem identidade própria. Graças a Deus, meus pais, com personalidade e perseverança, conseguiram criar os doze filhos, dar estudo a todos eles. E hoje aí estamos. Na eleição passada, disputamos o processo político entre três irmãos, em três Municípios diferentes, pelas siglas do PDS e do PPB. E sinto-me muito honrado em fazer parte deste Partido.

Temos na região Sul hoje talvez uma oportunidade ímpar no contexto político do cenário catarinense, eis que o Sul tem seis Deputados no Parlamento catarinense: Manoel Mota, com sua grande experiência; Ronaldo Benedit, principiante; Clésio Salvaro; Joares Ponticelli; Altair Guidi, que por sua índole e sua trajetória política muito haverá de contribuir para o Parlamento catarinense; e Valmir Comin.

Temos algumas causas em comum em nossa região, alguns macroprojetos para serem desenvolvidos. Por isso, precisamos aqui deixar de lado a vaidade pessoal, as rixas

políticas, e traçar uma meta para a nossa região, tão carente e com uma demanda tão grande pelos desempregados.

Um dos projetos é a barragem do Rio São Bento, pois mais de quatro mil e quinhentos lotes no perímetro urbano da nossa região estão travados, não podem ter edificações por falta de água. Outros projetos dizem respeito a incentivar a rizicultura, a piscicultura, o turismo como fonte de renda e de trabalho.

Temos um potencial grande de energia no nosso subsolo com as jazidas de minério de carvão. Segundo dados do DNPM, teremos condições de implantar duas usinas com 100 megawatts de potência, que teriam vida útil por mais de um século.

Isso é energia, isso é trabalho, isso é economia para a nossa região. E hoje, com o setor elétrico interligado, teremos condições de jogar energia até o Sudeste de São Paulo.

Vejam bem, Srs. Deputados, a responsabilidade que nós, Parlamentares, temos com as causas do nosso Estado. Somos Deputados, é bem verdade, do Parlamento catarinense, temos um compromisso com todo este Estado, mas em especial falo aqui da nossa região, e conclamo cada um dos Srs. Deputados do Extremo Sul para que nos unamos com uma única bandeira: a bandeira pela causa comum, a bandeira pelo bem-estar social da nossa população, com mais oportunidades de emprego, de trabalho e de renda.

Quero aqui pedir a contribuição e a paciência dos Deputados mais experientes, porque somos principiante.

É certo que isso é uma virada de 360° na minha vida, porque jamais imaginaria que um dia haveria de ocupar uma cadeira neste Parlamento, o que hoje faço com muito orgulho.

E aos que chegam, cautela! É isso que nós pedimos! Mas que sejam perseverantes em busca das causas comuns.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar V.Exa., Deputado Valmir Comin, e dizer da nossa alegria e da nossa honra pela sua participação neste Parlamento.

O Sul de Santa Catarina é considerado a segunda região mais pobre do Estado, e nós não podemos aceitar isso de braços cruzados. Por isso haveremos de fazer aqui um bloco do Sul do nosso Estado, uma representação de Parlamentares em defesa da nossa região.

O nosso objetivo é o mesmo, e a população confiou em V.Exa. e nos outros Parlamentares para representar o Sul neste Parlamento. Sendo assim, quero cumprimentar V.Exa. e dizer que neste instante o pensamento é um só: lutar pela retomada do desenvolvimento da nossa região, pois o Sul do Estado não pode parar.

A nossa obrigação é cumprir a missão de criar um bloco em defesa da região, para que obras fundamentais sejam feitas, como a barragem de São Bento do Sul; o trecho da BR-285 que liga Araranguá a Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim e Carazinho, transformando-o num corredor do Mercosul; a Interpraias, que é uma luta permanente.

Com a situação da BR-101, a Interpraias, se tivesse sido feita, seria uma solução para apresentarmos o potencial turístico que temos no Sul do nosso Estado. Por isso é fundamental o nosso bloco em defesa do Sul do Estado de Santa Catarina.

Quero cumprimentar mais uma vez

V.Exa. e desejar-lhe muito êxito e sucesso neste Parlamento. Nós, os seis Parlamentares da região Sul, temos uma obrigação só: cumprir a missão de bem representar e honrar o Sul do nosso Estado.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço pelo seu aparte, nobre Deputado. Conheço a sua índole e a sua performance política, e sei que haverá de ser um grande Companheiro neste Parlamento.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Deputado Valmir Comin, somos vizinhos, eu de Siderópolis e V.Exa. de Criciúma, e é uma satisfação estarmos aqui hoje para lutar pela mesma causa, embora em Partidos opostos: eu na Oposição e V.Exa. na Situação.

Fiquei satisfeito em ouvir suas palavras de unidade para a nossa região, o Sul do Estado de Santa Catarina. Conheço o seu caráter, a sua personalidade; trabalhamos juntos nas últimas eleições, em que V.Exa. foi o nosso candidato a Prefeito. Infelizmente, não logramos êxito, e quem perdeu um grande Prefeito foi Siderópolis. Mas agora, ganha mais, pois tem V.Exa. aqui, e sou sabedor da sua capacidade, do seu caráter, da sua decência e da sua honestidade.

A região Sul do Estado de Santa Catarina está aqui representada por quatro Deputados da região carbonífera e por mais dois Deputados que eram suplentes. Então, que nos unamos e formemos um bloco em defesa dos nossos interesses. Como foi dito aqui, somos a segunda região mais pobre de Santa Catarina, e temos interesses comuns que transcendem as greis partidárias.

Estaremos juntos, Deputado Valmir Comin, e vamos aproveitar este momento para, diante do seu depoimento, que seja um momento memorável, nos juntarmos e formarmos um bloco de Parlamentares da região Sul, da região carbonífera, para defender os interesses comuns da nossa terra e da nossa gente.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Só quero lhe desejar, nesta oportunidade, muito sucesso nessa nova atribuição que V.Exa. tem. Mas também, pela ligação que tenho com o Sul do Estado, por ser vizinho, por ser da região serrana, uma ligação familiar, quero me colocar como um parceiro para lutar pelos interesses do Sul. Tenho certeza de que lá tenho grandes amigos que estarão juntos com V.Exa. lutando pelo Sul do Estado, que tanto quero bem e que mora no meu coração.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Quero dizer que, até pelo fato de pertencermos a mesma coligação, de pertencermos ao mesmo Partido Político, tive a oportunidade de conhecê-lo e de acompanhar a brilhante campanha que foi realizada em prol de seu nome, envolvendo os pequenos Municípios da região carbonífera. Quando tantos duvidavam da eleição de V.Exa., nós dizíamos que por onde passávamos, nos Municípios da região carbonífera, principalmente nos pequenos Municípios, percebíamos uma força muito forte em prol do seu nome, o que culminou com esta brilhante vitória, extremamente positiva para a região carbonífera e para o Sul do Estado.

Quero cumprimentá-lo por esta proposta de nos unirmos, os seis. Eu e o Deputado Manoel Mota, somos os que mais devemos

cumprimentá-lo, e agradecer por essa iniciativa, uma vez que a região do Vale do Araranguá tem apenas um representante, que é o Deputado Manoel Mota, assim como a região de Tubarão tem apenas o Deputado Joares Ponticelli.

Então, é importante, principalmente para nós, Deputado Manoel Mota, que nos unamos nessa força da região carbonífera e que possamos nesta Casa trabalhar por um grande projeto para o Sul do Estado.

Desejo complementar ainda as propostas lançadas pelo Deputado Manoel Mota e por V.Exa., Deputado Valmir Comin, e incluir nesse rol o grande aeroporto regional do Sul do Estado, uma obra necessária para a retomada do desenvolvimento da nossa região; o porto de Imbituba, uma obra extremamente necessária; o porto de Laguna, que teve consignado agora no Orçamento Geral da União mais de dois milhões de reais, para que possam ser retomadas as obras de ampliação dos molhes, e a duplicação da BR-101, que é a grande prioridade.

Já tivemos, na semana passada, a oportunidade de mostrar a nossa unidade. Parabéns, Deputado! Estaremos juntos em favor do grande Sul do Estado e em favor de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Clésio Salvaro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Clésio Salvaro - Gostaria de cumprimentá-lo, Deputado, que vem do Município de Siderópolis, base eleitoral que sempre disputamos. Trilhamos caminhos opostos desde 1988, quando V.Exa. disputou pela primeira vez uma vaga para Vereador, onde também disputei em 1992 e em 1996.

Mas quero aproveitar para desejar a V.Exa., que é descendente de italianos, sua nona é irmã do meu nono, moramos no mesmo bairro, na Vila São Jorge, no bairro Patrimônio, êxito e sucesso nessa caminhada que nós, juntos, da Bancada do Sul, haveremos de trilhar.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço a manifestação dos Deputados, e gostaria de dizer que o Clésio Salvaro é meu primo em segundo grau.

Quero registrar a presença no Plenário do meu coordenador de campanha, Arnaldo Lodette, gerente da Cooperativa de Eletrificação de Içara; do nosso Vice-Prefeito de Forquilha, Paulo Hoepers, que veio com sua comitiva, e do nosso amigo Paulo Jorge Machado, o popular Paulinho, Prefeito de Sangão, que veio com a bandeja na mão pedindo apoio em função da ponte que caiu às margens da BR-101.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado João Rosa - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Rosa.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Eu gostaria, de uma forma muito simpática, de uma forma muito fraternal, de registrar neste dia o aniversário da nossa Colega, a Pastora Odete do Nascimento.

Gostaria de deixar registrado nos Anais da Casa os meus cumprimentos, desejando que Deus sempre esteja ao lado de S.Exa., oferecendo a ela e aos seus familiares a oportunidade da alegria, da felicidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Registramos, então, os parabéns à Deputada Odete do Nascimento, e em nome da Mesa da Assembléia Legislativa, em nome dos funcionários desta Casa, também aproveitamos a oportunidade para dar os parabéns e desejar um bom trabalho nesta Legislatura.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro

Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Nós também queremos registrar, Sr. Presidente, a forma democrática em que está ocorrendo a eleição para os novos dirigentes do Sindicato dos Servidores deste Poder.

Podemos verificar isso, inclusive somos eleitor com muita honra, porque fomos exercer o nosso direito de votar, votamos já pela parte da manhã.

Mas fazemos esse registro devido a forma democrática, ordeira, pacífica em que se realiza a eleição para a escolha, como dissemos, da nova diretoria do Sindicato.

Queremos deixar este registro, porque realmente nos deixa muito feliz, pois nós sabemos que geralmente eleição de sindicato é encrência. E aqui os nossos servidores estão dando uma demonstração de democracia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Esta Presidência dá conhecimento a todos os Srs. Deputados da Resolução da Mesa desta Casa nº 009/99, que possibilita a constituição das Comissões Permanentes.

Passarei a ler a nominata dos Deputados que farão parte das respectivas Comissões desta Casa.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis: Deputados Jaime Mantelli, Onofre Santo Agostini, Nilson Gonçalves, Jorginho Mello, Herneus de Nadal, Rogério Mendonça, Ivan Ranzolin, Reno Caramori e Francisco de Assis;

Comissão de Finanças e Tributação: Deputados Sandro Tarzan, Wilson Wan-Dall, Paulo Bornhausen, João Rosa, Ivo Konell, Ronaldo Benedet, Joares Ponticelli, Valmir Comin e Volnei Morastoni;

Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Economia: Deputados Jaime Mantelli, Paulo Bornhausen, Moacir Sopelsa, Gelson Sorgato, Nelson Goetten, Milton Sander e Neodi Saretta;

Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor: Deputados Onofre Santo Agostini, Nilson Gonçalves, João Rosa, Narcizo Parisotto, Ronaldo Benedet, Odete do Nascimento e Neodi Saretta;

Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo: Deputados Wilson Wan-Dall, João Itamar, Manoel Mota, Moacir Sopelsa, Valmir Comin, Reno Caramori e Francisco de Assis;

Comissão de Educação, Cultura e Desporto: Deputados Onofre Santo Agostini, Cesar Souza, João Itamar, Manoel Mota, Joares Ponticelli, Milton Sander e Ideli Salvatti;

Comissão de Saúde e Meio Ambiente: Deputados Clésio Salvaro, Sandro Tarzan, Ivo Konell, Ronaldo Benedet, Odete do Nascimento, Joares Ponticelli e Volnei Morastoni;

Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos: Deputados Ciro Roza, Clésio Salvaro, Rogério Mendonça, Luiz Herbst, Ivan Ranzolin, Nelson Goetten e Ideli Salvatti;

Comissão de Fiscalização e Controle e Eficácia Legislativa: Deputados Jaime Mantelli, Clésio Salvaro, Narcizo Parisotto, Gelson Sorgato, Nelson Goetten, Ivan Ranzolin e Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Esta Presidência, depois de dar conhecimento da nominata dos Deputados que comporão as Comissões Técnicas, convida as Lideranças partidárias para, amanhã de manhã, às 10h, na Presidência, uma reunião para tentarmos evoluir sobre o quadro posto agora com a definição dos nomes e procurarmos, a partir de amanhã, então, encaminhar, porque este ato vai ter que ser publicado no dia de hoje, para aí então poderem ser convocadas as eleições de Presidentes.

Então, amanhã, às 10h, estão convocadas as Lideranças partidárias para a discussão desses encaminhamentos.

Sobre a Mesa Requerimento nº 31/99, de autoria do Deputado Valmir Comin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Governador do Estado, apelando especial

empenho e efetivas medidas para a implantação de uma guarnição do Corpo de Bombeiros, misto ou bombeiros comunitários, no Município de Forquilha, em parceria com a administração municipal, assim como o aumento do efetivo da Polícia Militar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento nº 32/99, de autoria do Deputado Valmir Comin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário dos Transportes e Obras, apelando providências cabíveis para a viabilização de recursos necessários para a continuação da rodovia SC-443, do trecho do Município de Nova Veneza ao Distrito Vila Maria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento nº 33/99, de autoria do Deputado Valmir Comin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário dos Transportes e Obras, apelando a viabilização de recursos necessários para continuar a rodovia SC-447, do trecho do Município de Treviso ao Município de Lauro Müller.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento nº 34/99, de autoria do Deputado Joares Ponticelli, solicitando ao Presidente desta Casa que no dia 11 de maio próximo seja realizada uma sessão especial em homenagem à Acafe e por extensão às entidades congregadas.

Em discussão.

Com a palavra o Autor do requerimento, Deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, no próximo dia 11 de maio o sistema Acafe estará programando extensas atividades em comemoração aos seus 25 anos. E, no nosso entendimento, a Acafe, que congrega todo o sistema fundacional de Santa Catarina e que vem realizando um trabalho exemplar no Estado, merece de nossa Casa a homenagem em nome da sociedade catarinense.

Por isso nós apresentamos esta matéria, convidando aqui todos os Reitores, todo o sistema fundacional, com a finalidade de incluir na programação oficial de comemoração do Jubileu de Prata do sistema Acafe uma homenagem desta Casa, uma homenagem do Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Deputado, a Presidência gostaria de dizer a V.Exa. que esteve visitando esta Presidência a representação da Acafe, o Presidente da Acafe, que nos solicitou não uma sessão especial e sim um horário especial na sessão do dia 11 de maio, das 14h às 16h. Tudo bem, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOAREZ PONTICELLI - Sim, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Então, este requerimento do Deputado Joares Ponticelli solicita que no dia 11 de maio nós façamos uma comemoração pelos 25 anos de fundação da Acafe.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, pedindo que determine ao Diretor-Geral do DER que proceda à terceirização e imediato início de serviço de conservação da rodovia que liga Timbó Grande à BR-116.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Diretor-Geral do Deter, pedindo que seja firmado convênio entre o Deter e a Prefeitura Municipal de Taió, para reforma e construção de abrigos de ônibus nas rodovias e ruas do Município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Secretário da Agricultura, pedindo providências da referida Secretaria na comercialização da produção de fumo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Diretor-Geral da Cidasc, solicitando empréstimo de máquinas agrícolas aos agricultores do Município de Taió.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando a terceirização dos serviços de conservação da rodovia que liga Santa Cecília a Taió, via Passo Manso.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado

Luiz Herbst, a ser enviada ao Secretário da Saúde, solicitando a doação de uma ambulância para a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Mafra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Luiz Herbst, a ser enviada ao Diretor-Presidente da Telesc, requerendo a instalação de uma rede telefônica na localidade de Bela Vista do Sul, no Município de Mafra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Luiz Herbst, a ser enviada ao Coordenador Regional da Fatma, no Município de Canoinhas, e ao Diretor-Geral do mesmo órgão, solicitando estudos para uma medida que implante um prazo mínimo para que as empresas e as prestadoras de serviço atendam as exigências constantes da legislação ambiental, sob orientação e fiscalização da Fatma, permitindo o seu funcionamento normal dentro desse período.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao Presidente da Casan, solicitando que aquele órgão assumira o compromisso de financiar caixas d'água para as famílias de baixa renda, moradores das casas que não as tenham ou estejam em construção, consignando os pagamentos em faturas mensais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, a ser enviada ao Secretário da Segurança Pública, solicitando a instalação de um distrito policial ou mesmo de um posto policial na localidade de Ratoles.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado João Itamar, a ser enviada ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando estudos a respeito da sinalização na mureta e nas defensas metálicas na rodovia SC-401.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Ivo Konell, a ser enviada ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, solicitando a transformação em Batalhão da 3ª Companhia de Polícia Militar do VIII BPM do Município de Jaraguá do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o Deputado Ronaldo Benedit, por trinta minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, há mais de quatrocentos anos os europeus, quando vinham para o Brasil, não pregavam aqui o que pregavam na Europa, ou seja, que eram contra a escravidão, etc.

Eles eram contra a escravidão, mas aqui escravizavam o povo brasileiro, os indígenas. Passados mais de quatrocentos anos, nós vemos que a prática das empresas que adquiriram as empresas estatais brasileiras nada mais é do que a repetição do que ocorreu há séculos entre a Europa e este País.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, faço essa manifestação, no dia de hoje, defendendo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica do Sul de Santa Catarina. Este apenas um exemplo do que está acontecendo com as empresas que privatizaram ou compraram as empresas estatais brasileiras.

(Passa a ler)

"A convite dos eletricitários de Capivari, visitei o Sintresc - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul de Santa Catarina - e lá fui inteirado do que está ocorrendo na Gerasul, empresa cindida da Eletrosul, privatizada em setembro de 1998 e adquirida pelo grupo belga Tractebel.

Este grupo empresarial que tem sede na Bélgica e patrimônio de 35 bilhões de dólares, recebeu recentemente financiamentos do BNDES, cujos recursos são constituídos em parte pelo FAT, Fundo de Garantia, e PIS/Pasep, pertencentes aos trabalhadores brasileiros.

Na Europa a Tractebel fez um acordo com os sindicatos reduzindo a jornada de trabalho para 35 horas semanais para propiciar a geração de novos empregos. Em seu País de origem o capital da Tractebel também tem função social.

Entretanto, aqui, depois de vencer uma concorrência em minutos, receber financiamentos oficiais e pagar valores simbólicos pelo imenso patrimônio que passou a controlar - todas as usinas hidrelétricas e térmicas da Eletrosul -, a Tractebel, ou a Gerasul, está se propondo a executar um programa de reestruturação, isto é, de redução do quadro de funcionários, em uma hora em que o maior desafio nacional é a criação de novos postos de trabalho.

A tendência é intensificar a terceirização dos serviços nas usinas. Esta terceirização vem sendo feita por empresas com os mais variados problemas de desrespeito às leis trabalhistas que vão desde a falta de contrato de trabalho ao pagamento de salários aviltados.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, são fatos como estes que nos levam a duvidar da seriedade e das boas intenções daqueles que estão promovendo as privatizações.

Entregamos o patrimônio nacional construído com o sacrifício de toda a Nação às empresas sem compromissos com o bem-estar do povo brasileiro. Usam a poupança dos nossos trabalhadores para financiar seus objetivos e em

suas primeiras medidas administrativas demitem os funcionários que nelas trabalham e terceirizam serviços para incrementar ainda mais seus lucros, numa demonstração de ganância desmedida.

A Gerasul privatizada é concessionária da exploração de um serviço público no território do nosso Estado e isto nos dá autoridade para convidarmos a direção da empresa a vir até a Assembléia Legislativa justificar suas atitudes administrativas que atingem o bem-estar dos catarinenses.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho à Mesa desta Casa requerimento para que convidemos os dirigentes da Gerasul a prestar esclarecimentos à Comissão de Direitos Humanos sobre estas atitudes administrativas que contrariam os interesses e as necessidades do nosso Estado."

É isso, Srs. Deputados, apenas um exemplo, o caso da Gerasul, do que vai ocorrer com os catarinenses, com os brasileiros, com as privatizações.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar V.Exa. pelo seu pronunciamento, pois é importante registrar neste Parlamento o que aconteceu no Rio Grande do Sul e o que está acontecendo no País.

Um companheiro privatizou as empresas públicas, praticamente todas, o resultado negativo foi mostrado nas urnas, ou seja, que o caminho não estava seguindo aquilo que a população desejava, fruto daquele patrimônio brasileiro que não existe mais, que é do povo e que nós não encontramos.

Onde estão os recursos da CSN, do Vale do Rio Doce e de tantas outras empresas, que grupos de fora, consórcios compraram com dinheiro do Governo Federal, que é do BNDES? Quer dizer, com o nosso dinheiro compraram as nossas empresas, que dentro de poucos anos estará pago e aí poderão explorar o povo brasileiro.

Mas hoje o Brasil inteiro está acordado, Santa Catarina muito mais, e não vai deixar que aconteça o que está acontecendo com a Telesc, que foi privatizada. Vão em Sombrio para saber onde está a agência da Telesc. Vão em Braço do Norte, em Orleães, em Pinheirinho, situado em Criciúma, para saber onde estão as agências da Telesc. Só vão ficar as centrais de Araranguá, de Criciúma, de Tubarão, de Blumenau, porque o resto é o interesse particular tomando conta das ações do povo de Santa Catarina.

É por isso que em momento nenhum o Governo Paulo Afonso quis encaminhar mensagem de privatização, porque o PMDB era contra, nunca aceitou e nunca vai aceitar, pois o patrimônio de Santa Catarina tem que ser respeitado, já que não respeitaram o do Brasil. Tinha limite enquanto o controle majoritário ficasse com o Estado, aí, sim, este encaminhamento tinha a aprovação da Bancada do PMDB, fora isso não tinha e não vai ter. Essa é a posição.

Po isso quero cumprimentar V.Exa. pelo pronunciamento, pela matéria que faz, que é a do momento, para dizer que se o Brasil não estava acordado, Santa Catarina está.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Ouvindo o pronunciamento de V.Exa. e o aparte do Deputado Manoel Mota, no que se refere à privatização da Telesc, eu gostaria aqui de dizer que há quinze ou vinte dias houve uma janta aqui em Florianópolis, às pressas, onde compareceram mais de trezentas pessoas que foram amigavelmente convidadas a pedir a sua aposentadoria. Algumas diziam: "Não, ainda gostaria de ficar mais um tempinho". E diziam: "O senhor faz o pedido da sua aposentadoria por tempo de serviço." E por quê? Porque é uma empresa privatizada.

E nós, do Oeste de Santa Catarina, vamos sofrer um dilema muito maior. Eu não tenho em mãos dados, mas vou solicitar à Telesc, através de um pedido de informação, sobre o custo de um telefone instalado numa residência. Passaram informações de que teria um custo de R\$77,00 a manutenção de um telefone residencial ou comercial para a Telesc - extra-oficialmente tenho esta informação - e que o faturamento na região de Chapecó, que é uma cidade pólo, seria de R\$26,00.

Então, quando tínhamos a Telesc como uma empresa governamental, uma empresa pública, a parte social era feita. Não sei por que os pequenos e médios Municípios eram os últimos a ser atendidos.

Agora, eles têm dados, levantamentos e não há interesse em instalar um telefone que não tenha um faturamento que seja maior que o custo para instalar a ampliação para as pessoas ou à sua cidade. Então, se éramos os últimos, nem os últimos seremos mais no Oeste de Santa Catarina, porque a empresa não vai faturar aquilo que ela acha que deveria faturar para a sua manutenção.

Então, nas privatizações temos que ter muita cautela e fazer uma análise profunda antes de aprovarmos qualquer privatização. Inclusive o Deputado Manoel Mota, em aparte, disse que a melhor parte já se foi e está nas mãos das empresas estrangeiras. Se continuarmos, vai ficar o resto nas mãos deles e nós aqui com empresas nacionais não vamos ter controle nenhum. Não sou contra à ampliação, ao atendimento ao público, mas que se faça a parte social também aos pequenos ou àqueles que não têm acesso a este benefício.

Parabenizo-o pelo seu pronunciamento, nobre Deputado, como um alerta para que todo este Parlamento preste atenção na aprovação, no encaminhamento das privatizações, tanto em nível municipal, estadual ou federal.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Agradeço o aparte de V.Exa., nobre Deputado.

Complementando a questão das privatizações, é de fundamental importância que estejamos atentos à questão que as empresas privadas que assumiram as empresas públicas têm com relação, neste momento, à questão do trabalho, do emprego, da geração de riquezas para a nossa região.

Todas estas empresas públicas que foram privatizadas quando foram construídas tinham fundamentalmente uma função social que agora não estão sendo obedecidas.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a nossa colocação, a nossa preocupação como Parlamentar com o bem-estar, com o emprego e com as riquezas que geravam essas empresas públicas, dentro do âmbito do País e, principalmente, do território catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Ainda dentro do horário de Explicação Pessoal, está inscrito para falar o Sr. Deputado João Rosa.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, prestei muita atenção no pronunciamento do Deputado Francisco de Assis com relação à situação da saúde do Município de Joinville.

Devo confessar que a preocupação do Deputado Francisco de Assis é a mesma deste Deputado, com certeza dos Deputados Adelor Vieira, Nilson Gonçalves e de todo o povo que habita Joinville e região, porque os hospitais de Joinville não atendem somente a comunidade local, mas toda a região.

Quero dizer, neste momento, que apresentei durante minha campanha uma proposta alternativa de no mínimo não resolver totalmente o problema da saúde em Joinville, mas ajudar com uma idéia, com uma proposta, com uma sugestão.

Eu solicitei ao Sr. Governador do

Estado e ao Sr. Secretário da Saúde, Eni Voltolini, que, por coincidência, é joinvilense, a transformação do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt para um hospital-escola.

A princípio, parece não ser nada esta minha proposta, este meu pedido, esta reivindicação, mas no momento em que ficar definida a transposição do Hospital Regional, que hoje é administrado pelo Município de Joinville, para o Estado, se esta proposta for aceita, eu acredito que nós teremos um grande ganho.

Eu explico: a Univille, Universidade de Joinville, cujo *botton* eu ostento neste momento na minha lapela, já iniciou neste ano o curso de medicina.

Existem outros cursos, em outras faculdades, como o de odontologia, fisioterapia e cursos médicos na área da Saúde. E se nós transformarmos o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt num hospital-escola, em convênio com a Univille e outros estabelecimentos, nós teremos um aumento significativo de profissionais e de semiprofissionais, acadêmicos de medicina, de enfermagem, enfim, de todos os alunos, inclusive do curso médio, da área da Saúde, prestando seus estágios, seus treinamentos, suas residências no hospital. Será um centro de atendimento e de estudo e também de treinamento.

Assim, os acadêmicos de medicina e outros cursos afins poderão ser distribuídos por toda a rede de assistência municipal, postos de saúde, PAN - vinte quatro horas, e os três hospitais que existem em Joinville receberão esse reforço e esse contingente humano de profissionais e semiprofissionais, porque aliados à crise econômica, lá em Joinville, na área da Saúde, existe a carência de elemento humano para atender a comunidade.

Assim sendo, acho que esta proposta vem ao encontro dos interesses da comunidade joinvilense e da comunidade da região Norte e Nordeste do Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Pois não!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Caro Deputado João Rosa, também quero, conforme sua manifestação, associar-me e parabenizá-lo por ter trazido, juntamente com o Deputado Francisco

de Assis, este assunto.

Quero também acrescentar que hoje funcionários da Maternidade Darci Vargas me trouxeram uma preocupação, ainda nesta esteira da atualização ou do retorno à administração estadual do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, como também da referida Maternidade. Não sei se já é do seu conhecimento, certamente sim, mas há uma determinação do Município de Joinville em demitir todos aqueles servidores contratados no sistema temporário e há uma preocupação muito grande por parte dos administradores.

Eu conversava hoje, pela manhã, com a Dra. Raquel Pereira, administradora da Maternidade Darci Vargas, e não tive a oportunidade de contatar com o administrador do Hospital Regional. Mas eu acho que no momento em que o Estado está recebendo a administração daquelas unidades de saúde, há necessidade também de uma ação imediata para conter essas demissões ou absorver os mesmos servidores, porquanto eles já têm um treinamento específico, já têm conhecimento da função que desempenham, de sorte que não poderíamos perder esses profissionais.

Gostaria, nesta oportunidade, ao mesmo tempo em que faço este registro, de dizer que estamos entrando em contato com o Secretário Eni Voltolini.

Recentemente, quando estivemos em visita à Univille, esta foi uma solicitação elaborada com muita ênfase pela Reitora, a professora Mariléia, e é também o desejo de toda a comunidade acadêmica, com respaldo da sociedade joinvilense, da sociedade do Norte catarinense.

Portanto, V.Exa. está de parabéns por abordar este assunto. Creio que, juntos - eu, V.Exa. e os Deputados do Norte e do Nordeste -, com o apoio dos demais Deputados desta Casa, poderemos apressar o desejo que, sem dúvida, será bom para o Estado, para a Univille e melhor ainda para a nossa comunidade.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Deputado Adelor Vieira, agradeço o aparte de V.Exa. e quero dizer que esta proposta fez parte do meu mote de campanha.

Conversei com a Reitora Mariléia, com o Presidente da Acj - Associação Comercial e Industrial de Joinville - e expus a minha disposição e a minha

vontade de, eleito, trabalhar neste sentido.

E quero assumir um compromisso com V.Exa., Deputado Adelor Vieira. Em retribuição ao seu apoio à nossa proposta, quero também ser solidário com a sua preocupação com relação ao destino dos profissionais que trabalham na Maternidade Darci Vargas.

Conte conosco, estaremos aliados para defender os interesses do povo joinvilense, principalmente dos profissionais que estão atuando nos hospitais e nas maternidades de Joinville, já que hoje se criou essa dúvida com relação aos seus aproveitamentos.

Dito isso, agradeço a atenção de todos e agradeço ao Sr. Presidente.

Gostaria de dizer que estarei sempre defendendo os interesses do povo catarinense, do povo do Norte e do Nordeste do Estado, também me aliando, Srs. Deputados representantes do Sul do Estado, às causas do Sul, do Leste, do Oeste, enfim, de todo o povo catarinense. Estou aqui para ajudar, para que o meu Estado seja cada vez melhor em todos os sentidos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Continua livre a palavra a todos os Srs. Deputados em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão:

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedet, à Gerasul, convidando seus dirigentes para comparecerem na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor; e requerimento de autoria da Sra. Deputada Ideli Salvatti, solicitando audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Pedido de informação de autoria da Sra. Deputada Ideli Salvatti, ao Sr. Governador do Estado, solicitando informações acerca dos servidores públicos estaduais com remuneração acima do teto salarial.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

### EM 03 DE MARÇO DE 1999

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO HEITOR SCHÉ

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Ciro Roza - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Rosa - João Itamar - Jorginho Mello - Luiz Herbst - Manoel Mota - Moacir Sopsela - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Onofre Santo Agostini - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura

do expediente.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO (Deputado Romildo Titon) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Wilson Wan-Dall, que altera o art. 2º § 3º da Lei nº 10.723, de 16.03.98, que dispõe sobre a distribuição da Quota Estadual do Salário-Educação, entre o Estado e os Municípios - art. 212, § 5º da Constituição Federal;

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

- de autoria do Sr. Deputado Luiz Herbst, que dispõe sobre a utilização dos veículos de propriedade do Poder Legislativo e dá outras providências.

OFÍCIOS Nºs:

231/99, da Câmara Municipal de Vereadores de São Borja - RS, encaminhando Moção 99.143, de autoria do Sr. Vereador Martim Castilho, aprovada por unanimidade nesta Casa;

45/99, do Sr. Relator do Tribunal de Justiça, encaminhando cópia de acórdão prolatado nos Autos da Ação de Inconstitucionalidade nº 97.008690-3, da Capital.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o Deputado Lício Silveira, mas em virtude das Bancadas se encontrarem reunidas compondo as diversas Comissões da Casa, esta Presidência suspende a presente sessão até as 16h, na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a Mesa requerimento de auto-

ria do Deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de Palmitos, Sr. Elmo Fiegenbaum, e ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vereador Leonir da Croce, cumprimentando-os pelo transcurso do 45º aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado João Rosa, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário de Segurança Pública do Estado, Dr. Luiz Schimdt de Carvalho, cumprimentando-o, bem como toda a corporação da Polícia Civil, em especial a Delegada Marilise Boehm e sua equipe, pela seriedade, dedicação e eficiência que vem conduzindo os trabalhos frente à Delegacia Regional em prol da comunidade joinvilense.

A Presidência defere de plano.

Deixam de ser votados os demais requerimentos e indicações constantes da Ordem do Dia por falta de *quorum*.

Esta Presidência quer esclarecer que diversas Bancadas estão em reunião nesta Casa decidindo a composição das Comissões.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

O Sr. Ronaldo Benedet - Peça a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Sr. Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, não poderia me furtar nem me omitir de me referir a um assunto de fundamental importância para a minha região, que é a região carbonífera do Sul do Estado de Santa Catarina, que tem sofrido muito com o desprestígio e com o desvalor dado pelo Governo brasileiro há muito tempo ao carvão nacional, que já foi fonte de energia e estratégica para este País.

A região carbonífera do Sul do Estado

tem sido desvalorizada em função da política neoliberal, da política de privatizações, que tem desprestigiado essa fonte energética que é considerada estratégica e a principal fonte de energia hoje na Europa, que é o carvão.

Queremos congratular-nos com o *workshop* que haverá aqui em Florianópolis, com início no próximo domingo.

Desejamos registrar aqui o convite sobre o evento que acontecerá no Centro de Convenções da Fiesc, de 07 a 13 de março, aqui em Florianópolis.

Nesse evento técnicos brasileiros e norte-americanos de renome trocarão experiências e discutirão alternativas sobre o aproveitamento do carvão nacional no desenvolvimento dos Estados do Sul do Brasil.

O *workshop* do carvão limpo tem o patrocínio do Departamento de Energia dos Estados Unidos e empresas privadas norte-americanas.

A adoção de novas tecnologias na atividade permitirá que nossas mineradoras, ao invés de continuarem minerando e vendendo matéria-prima, passem a vender produtos prontos como energia e subprodutos do carvão que possam ser industrializados.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenho certeza de que este evento e a data em que será realizado passarão para a história de Santa Catarina, com um marco divisor entre a decadência e a retomada do desenvolvimento da indústria carbonífera em nosso Estado.

Em nome da gente da bacia carbonífera, que tenho a honra de representar nesta Casa, desejo sucesso aos promotores do *Workshop* Brasil/Estados Unidos, sobre o carvão limpo e sistemas avançados de potência.

Aproveito para deixar registrado nesta Casa que, ao invés do que ocorreu com a nossa economia brasileira, em que o Governo Federal vendeu as nossas geradoras de energias estratégicas para outros países, sou a favor da privatização de novas empresas para a garantia do desenvolvimento e da segurança do povo brasileiro. Nós queremos apoiar este tipo de privatização, a iniciativa privada vir aqui com o objetivo

de ajudar o Governo a produzir energia tão necessária para o desenvolvimento deste País.

Então, nós queremos dizer que é este tipo de privatização que o País precisa, garantindo que a iniciativa privada ajude a produzir energia elétrica, que no passado foi exclusividade do Estado, e não vendendo o nosso patrimônio, construído com o suor e com o sofrimento do povo brasileiro.

Nesse tipo de privatização, a iniciativa privada utilizar-se-á dessa exclusividade do passado, fornecendo e produzindo energia para servir o nosso País, mas, Srs. Deputados, preservando a função social da empresa, que é garantir a geração de empregos e o consumo dos nossos produtos geradores de energia: o carvão do Sul catarinense e o carvão do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - continua livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, comunica a pauta da Ordem do Dia para o dia 04/03/99.

Além dos requerimentos e indicações que não foram votados hoje, temos os seguintes Requerimentos: nº 44, de autoria do Sr. Deputado Reno Caramori; nº 545 e 46, de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini; e nº 47, de autoria do Sr. Deputado Francisco de Assis.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Adelar Vieira, ao Governador do Estado, solicitando informações acerca da rodovia que liga Guarimirim/Joinville; Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Onofre Agostini, ao Governador do Estado, solicitando informações acerca do concurso público para Fiscal de Tributos Estaduais.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DA PROCURADORIA

#### PROCURADORIA

Michel Curi, Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária

#### ATA DA 1291ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos três (3) dias do mês de março de mil novecentos e noventa e nove (1999), às quatorze (14) horas, sob a Presidência do Procurador Chefe, Dr. Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da 1291ª sessão ordinária, com a presença dos Procuradores Paulo Rocha Faria, Harry Egon Krieger, Sérgio Carriço de Oliveira, Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida B. Ramos e José Carlos da Silveira. Havendo número legal, o Senhor Presidente colocou em votação a ata da sessão anterior, distribuída antecipadamente aos Senhores Procuradores, a qual foi aprovada por unanimidade, e, em seguida deu conhecimento dos expedientes do Gabinete da Presidência, MEMOS 045/99 e 044/99 que encaminham acordãos prolatados nos autos, respectivamente, da ADIN 97.008690-3 em que é Requerente o Ministério Público e Mandado de Segurança 97.011214-9, impetrantes Alvaceli C. Macuco e outros. O primeiro processo a ser analisado, 2783/97 de Arnaldo Nazário Pires, Relator Harry Krieger e Voto em separado da Procuradora Maria Margarida B. Ramos, após discussão e votação, teve aprovado por unanimidade o tempo de serviço não rural e por maioria pelo indeferimento o tempo de serviço rural. Da pauta do Procurador Paulo R. Faria, aprovados por unanimidade pelo deferimento os processos 192/99 de Geovani Karvat e 216/99 de Jarbas Lemos Campos. Igualmente aprovados os processos 1903 e 1912/98 de Angelo Ferreira da Silva e Ana Maria Alves, respectivamente, relatos pelo Procurador Harry E. Krieger, saiu de pauta com pedido de vista da Procuradora Maria Margarida B. Ramos, o proc. 1911/98 de Gicela de Aguiar Santana, relatado pelo Procurador Sérgio C. de Oliveira,

que deu conhecimento ainda dos pareceres emitidos: aos procs. 1693/98 de Angelo M. de Souza; 255/99 requerimento subscrito pelo magistrado Dr. Alexandre D'ivanenco; proc. S/N - MEMO 01499 - Chefe de Gabinete da Presidência, sobre "reconsideração da decisão de responsabilização e arquivamento do processo instaurado pela Portaria nº 384/94" solicitado pelo Dep. Narciso Parisotto; proc. S/N - MEMO 798/98 - Chefia de Gabinete da Presidência, sobre emancipação do Distrito de Bateias de Baixo a ser desmembrado do município de campo Alegre; após discussão e votação, os mesmos foram aprovados por unanimidade, o primeiro pelo indeferimento. Coube ao Procurador Anselmo I. Klein, relatar os processos 049/99 de Sérgio C. de Oliveira, 056/99 de Sueli L. de Deus, 057/99 de João Carlos Neves, 144/99 de Alípiá Vieira Moreira, 154/99 de Laureci Silva do Herval, 166/99 de Maria Aparecida T. Archer, 173/99 de Alexandre Pantaleão Athanásio e 219/99 de Jacqueline S. T. de C. Quaresma; depois de amplamente discutidos saíram de pauta com pedido de vista do Procurador Harry Egon Krieger, os processos 144 e 173/99, e, os demais tiveram os pareceres deferidos por unanimidade, dando-se por impedido de votar no primeiro, o Procurador interessado. A Procuradora Mª Margarida B. Ramos, relatou os processos 1309/98 de João Jeremias da Silva e 189/99 de Mª de Fátima R. Simon, cujos pareceres foram deferidos à unanimidade do Colegiado. Encerrados os trabalhos da pauta o Procurador Chefe comunicou aos presentes que iria proceder a eleição do Chefe do Colegiado. Em seguida, o Procurador-Chefe, comunicou aos presentes que iria proceder a eleição do Chefe do Colegiado. O Procurador Harry Egon Krieger, solicitou fosse dado ciência do ofício encaminhado ao Procurador-Chefe, a respeito da eleição da Chefia da Procuradoria. Ato contínuo, o Procurador-Chefe leu o referido expediente e solicitou fosse o mesmo transcrito na ata: "Of. nº 069/99/GP de 23 de fevereiro de 1999 - Senhor Procurador-Chefe, Em virtude da ausência da comunicação sobre o cumprimento da Resolução nº 272, de 08 de fevereiro de 1991, desta Assembléia Legislativa, rogo a Vossa Senhoria que a mesma seja colocada em prática, exclusivamente pelos Procuradores efetivos, a fim de que a Mesa possa concluir a flexibiliza-

ção administrativa pretendida. Aguardando providências, apresento votos de apreço. Deputado Gilmar Knaesel - Presidente". Em seguida e, em rápida consideração foi comentada a vigência desta resolução, tendo o Procurador-Chefe informado que, a citada Resolução já no seu entender não mais tinha eficácia no mundo jurídico, posto que, em várias ocasiões não foi considerada. Em aparte o Procurador Harry E. Krieger, também compartia de opinião de que, a citada Resolução já não tinha a sua eficácia plena. Do mesmo modo o Procurador-Chefe informou que os Procuradores designados integravam o Colegiado da Procuradoria, fazendo inclusive a leitura das Resoluções dos Procuradores designados que, expressamente determinam que os mesmos compunham o Colegiado da Procuradoria. O Procurador Anselmo I. Klein deu ciência que, conhecia da capacidade do Procurador Harry E. Krieger e, que este já seria o seu candidato para a próxima eleição desta Procuradoria, já que na presente eleição o seu voto é do Procurador Michel Curi. Do mesmo modo, o Procurador Sérgio C. de Oliveira, informou que o seu candidato nesta eleição é o Procurador Harry E. Krieger. Em seguida o Procurador-Chefe comunicou que a eleição seria secreta e que cada Procurador indicaria em cédula própria e rubricada o nome do procurador de sua preferência. Foi indicado os Procuradores Sérgio C. de Oliveira e Maria Margarida B. Ramos, para escrutinadores. Concluída a votação e procedida a escrutinação, foi proclamado o seguinte resultado: Michel Curi - 05 votos, Harry E. Krieger - 02 votos. Concluído o processo o Procurador-Chefe agradeceu a compreensão de todos e, encerrou comunicando que, neste mesmo dia faria a comunicação à Mesa Diretora. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária para o próximo dia dez (10), à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, em 3 de março de 1999.

#### RETIFICAÇÃO

A presente ata, na parte que relata o processo de indicação de nomes para chefiar a Procuradoria, após o período "Encerrados os trabalhos da pauta, o Procurador-Chefe comunicou aos presentes que iria proceder a eleição do Chefe do Colegiado" e até o seu encerramento, fica retificada para: "O Procurador Harry Egon Krieger indagou se a Chefia recebera expediente da Presidência determinando a eleição. Ante a resposta positiva, solicitou a leitura integral do ofício, para conhecimento do Colegiado. Após a leitura, requereu a sua transcrição em ata. O ofício tem a seguinte redação: "Of. nº 069/99/GP, de 23 de fevereiro de 1999 - Senhor Procurador-Chefe: Em virtude da ausência da comunicação sobre o cumprimento da Resolução nº 272, de 08 de fevereiro de 1991, desta Assembléia Legislativa, rogo a Vossa Senhoria que a mesma seja colocada em prática, exclusivamente pelos Procuradores efetivos, a fim de que a Mesa possa concluir a flexibilização administrativa pretendida. Aguardando providências, apresento votos de apreço. Deputado Gilmar Knaesel - Presidente". Em seguida, a Chefia teceu considerações acerca da vigência de Resolução nº 272/91, reguladora do processo de formação de lista triplice, a qual, no seu entender, não tinha mais eficácia no mundo jurídico, posto que em várias oportunidades deixou de ser considerada. O Procurador Harry Egon Krieger enfatizou que o citado ato administrativo, a partir de 1994, dependendo das circunstâncias, ora produziu efeitos plenos, ora foi aplicado em parte, como no caso da escolha da atual Chefia. O Procurador Anselmo Inácio Klein disse que conhecia da capacidade do Procurador Harry Egon Krieger e que esta já seria o seu candidato para a próxima eleição desta Procuradoria, uma vez que na presente eleição o seu voto é do Procurador Michel Curi. Do mesmo modo, o Procurador Sérgio Carrão de Oliveira informou que o seu candidato nesta eleição é o Procurador Harry Egon Krieger; no ano 2000, porém, seu voto será dado para o Procurador Michel Curi. Em seguida, o Procurador-Chefe comunicou que a eleição seria secreta e cada Procurador indicaria, em cédula própria e rubricada, o nome do procurador de sua preferência. Foram indicados escrutinadores os Procuradores Sérgio Carrão de Oliveira e Maria Margarida Bittencourt Ramos. Ao término da votação e procedido o escrutínio, foi proclamado o seguinte resultado: Michel Curi - cinco votos e Harry Egon Krieger - dois votos. Concluído o processo, o Procurador-Chefe agradeceu a compreensão de todos e comunicou que, neste mesmo dia, faria a comunicação do resultado à Mesa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia dez, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, em 3 de março de 1999".

Procuradoria, 10 de março de 1999.  
**HARRY EGON KRIEGER**  
 Procurador-Chefe

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA EM 29 DE ABRIL DE 1998

Às nove horas e dez minutos, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: **VOLNEI MORASTONI - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE**, e Deputados: **LÍCIO MAURO DA SILVEIRA, UDO WAGNER,**

**IVO KONELL e WILSON WAN-DALL como MEMBROS DA COMISSÃO.** O Senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni, agradeceu a presença de todos, e disse que a sessão realizada no dia primeiro de abril, sobre a situação da Dengue, também a partir daquela sessão especial que fizemos foi importante, pois estávamos discutindo se o mosquito era federal, estadual ou municipal e não estava tendo nenhum entrosamento nos órgãos. E a Fundação Nacional de Saúde, a Secretaria Estadual e municípios estavam tomando iniciativas. Esta reunião foi importante, por que a partir daí constituímos um Grupo de Trabalho, e na semana seguinte, na primeira reunião do Grupo de Trabalho, ficou decidido o encaminhamento para se colocar na prática, uma portaria, que já tinha sido baixada pelo governo do Estado criando uma orientação do Ministério da Saúde, onde todo o Estado tem que ter um Plano Estadual de Erradicação do Aedes, e ter uma Comissão Executiva estadual para coordenar isso. A dois, já tinha sido baixada, esta Comissão foi criada só no papel, não tinha sido complementada. E a partir de agora com esse Grupo de Trabalho, se passou o assunto para a Comissão Executiva Estadual, e aí foram criadas três subcomissões, como está previsto naquele Decreto do Governo de Estado, e as coisas estão se encaminhando, inclusive define quem deve coordenar todas essas ações é a Secretaria Estadual e o Secretário Adjunto, senhor Fernando Vianna. E está coordenando esta Comissão Executiva Estadual, com aquela participação ampla em todos os sentidos, como foi aqui na Audiência. E a informação que tenho, é que o Secretário viajou para Brasília, para participar da Reunião Tripartite e já levou a proposta do Plano Estadual de Erradicação do Aedes, com orçamento e ações da Fundação Nacional de Saúde, e elas passam a estar subordinadas ao Estado, coordenadas pela Comissão Executiva Estadual. Esse foi um entendimento, com a presença do próprio Diretor, Rogério Filomeno, que participou das reuniões subsequentes que aconteceram na própria Secretaria Estadual de Saúde. O importante é que tinha que ter uma Coordenação Estadual, entrosar as ações da fundação Nacional do Estado e dos municípios. E aí a participação da comunidade. Na terceira reunião que realizamos sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos, e a partir daí a Secretaria de Saúde, está revendo aquele projeto que havia sobre Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores, tenho conversado com a Senhora Ana, que é dos Recursos Humanos da Secretaria da Saúde, e ela me informou que estão chamando várias partes dos servidores, diferentes segmentos dos servidores, categorias do nível superior, nível médio, dos médicos. E conversei com o Dr. Remaclo, Presidente da Associação Catarinense de Medicina ontem, e os médicos tinham uma reunião com a Secretaria Estadual de Saúde para tratar do Planº Conversei também com o Jucélio que preside a Associação dos Servidores de Saúde, e eles estão negociando. A informação que tenho é que está sendo encaminhado através da Secretaria de Saúde, e o propósito seria em 30 dias, digamos chegar nesta Casa, e chegando aqui também. A partir da Comissão, quando chegar na Comissão, a gente poder abrir este debate com vários segmentos. Então está encaminhado, continuando os trabalhos, o Senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni, continuando a falar, disse que no dia quinze de abril, foi a Audiência Pública sobre o Ipsc, e daí os encaminhamentos. E os encaminhamentos principais fora dois: Um imediato, no sentido daquele quinze, dezesseis até dezessete, havia aquele indicativo de paralisação dos prestadores de serviços. Então tivemos várias tentativas junto com os servidores, prestadores de serviços e Presidente do Ipsc. Tentamos Audiência com o Secretário Estadual da Fazenda. Mas naquele dia, o Secretário tinha viajado para Brasília, e por telefone disse que nos receberia no outro dia. No dia seguinte, cheguei aqui cedo, numa sexta-feira. Fiquei de plantão o dia inteiro, e somente às dezoito horas é que fomos recebidos pelo Secretário da Fazenda, eu e o Presidente do Ipsc. Ficamos praticamente uma hora com o Secretário Dr. Marco Aurélio, e não teve absolutamente nenhuma condição da Secretaria repassar qualquer valor daqueles em torno de sete milhões, que a Secretaria estaria devendo para o Ipsc. E o que a Secretaria deve para o Ipsc são valores que anotei aqui discriminadamente desde as ações da Celesc, saldo de ações da Celesc que deve quatro milhões. E a Secretaria da Fazenda tem que reembolsar o Ipsc, desde retenções de consignações, parte dos funcionários de algum órgão, que inclusive não repassou, e aí não repassou ao Ipsc, e abonos, pensões, e de salários família. Isso faz um bônus de sete milhões de reais, que a Secretaria da Fazenda teria que repassar para o Ipsc, já vencido. Mas o Estado não tinha condições financeiras de caixa. No final negociamos o pagamento da metade, e no final deixamos para um quarto (1/4) da metade. Mas não se teve nenhum compromisso. E o Secretário não assumiu nenhum compromisso por escrito e nem verbal. Nessas condições, saímos eu e o Presidente do Ipsc e fomos para uma reunião no Ipsc, com os prestadores de serviços e com as entidades médicas. E o Presidente do Ipsc apresentou uma proposta alternativa que foi o parcelamento da dívida em quatro vezes e formar uma Comissão de entidades de prestadores de serviços, e a tabela de consulta com possibilidade de ter reajuste. E o Presidente já tinha acertado com a Federação dos Hospitais um reajuste na diária hospitalar e também na questão glosas, por que as prestadoras reclamam que tem muitas glosas indevidas, então o Ipsc se propôs a rever essas glosas. E o novo calendário de pagamento, a cada dia quinze (15) o Ipsc paga anterior os serviços que são produzidos, do dia primeiro ao dia vinte de cada mês, eles serão pagos ao dia quinze do mês seguinte: Em maio o acordo foi o seguinte: o IPESC paga uma fatura, daquelas atrasadas, havia duas faturas atrasadas que somavam em torno de sete milhões, uma dessas atrasadas venceu no mês de março, e corresponde ao mês de janeiro, vai ser pagas junto com esse serviços do dia 1º a 20 de abril, vão ser paga no dia 15 de maio, também

paga uma dessas faturas atrasadas global. E a partir daí, 15 de cada mês, que produzido no mês anterior, e o restante da dívida, dividido em 4 vezes a partir de junho, julho agosto e setembro. Na verdade será paga no mês de maio uma dessas faturas atrasadas, e o restante paga no mês de julho a setembro. Bem, dali nós fomos ou seja eu fui, já que tínhamos ido achamos por bem completar este circuito, e não sabia qual era o posicionamento, já que estas propostas em princípio estavam negociadas porque não foi bem assim a proposta inicial do Ipsc. Ai nas negociações no final com as entidades resulta nessa finalização fomos para assembleia geral lógico houveram propostas contrárias, de não aceitar, pois não acredito que o Ipsc irá pagar isto, pois se não está pagando agora, como é que vai pagar o parcelado o que foi produzido mais o parcelado. No final a assembleia geral decidem para não paralisação por acatar esta proposta, e apenas acredito que, como que vai vir esta receita, como vai entrar o dinheiro para efetuar o pagamento, esta é a grande dúvida. Então aí entra toda esta questão de todo este processo das negociações com os devedores do Ipsc. Está aqui a relação de órgãos, e desses o Tribunal de Justiça que já está fazendo um processo de negociações, a Assembleia Legislativa tem uma dívida de seis milhões de reais. E não reconhece esta dívida. Mas a maioria desses órgãos, estão reconhecendo estas dívidas, e estão parcelando. São vários órgãos e mais ou menos (60) sessenta prefeituras e câmaras de vereadores que continuam inadimplentes. O Ipsc já negociou com a Prefeitura de Florianópolis, de Laguna, Tubarão. A idéia é intensificar o processo de negociação com esses municípios e estes órgãos, para que possam ter um fluxo de caixa excedente, que possa dar folga a estes pagamentos. E inclusive o Deputado Lício Mauro da Silveira, se colocou a disposição para participar e auxiliar o Ipsc nestas mediações com estes órgãos, principalmente as Prefeituras. E contactamos com os nossos Deputados, para que na sua região, conversassem com os prefeitos, para que se tenha esta colaboração. E vislumbro que pelo presente, que se tiver algum problema de caixa para garantir este pagamento dos prestadores de serviços, poderá voltar algum tipo de posicionamento em relação à questão das pensões acima de um determinado valor. e hoje na verdade, em torno (500) quinhentas pensionista consomem 47% (quarenta e sete por cento) do orçamento do Ipsc, é um problema que tem que ser resolvido num determinado momento, por que é um poço sem fundo. A nossa Comissão a partir da semana que vem, juntamente com representantes dos servidores públicos, dos prestadores de serviços, veremos no que resultou o Relatório daquele CPI do Ipsc, que tivemos aqui na Casa, mais as informações permanente de entidades em defesa do Ipsc. E a Audiência Pública que realizamos em outubro passado e essa Audiência pública que foi realizada agora, pudemos ter uma noção do que fazer para o futuro do Ipsc. inclusive pudéssemos ter um documento elaborado com respostas para o Ipsc, e que com os candidatos ao governo do Estado nos meses subsequentes, se pudesse inclusive apresentar para eles de até debater com esses documentos. O Senhor Deputado Ivo Konell solicitando um aparte disse: Senhor Presidente, esse seu exemplo faz com que eu reafirme minha convicção de que o modelo empregado pelo setor público brasileiro está falido. Se quinhentas pessoas auferem cinquenta por cento das apostilas, os valores é pelo privilégio que tem hoje o setor público brasileiro. Todos os funcionários públicos brasileiros tem seus privilégios. É a única categoria que se aposenta pelo valor integral. Quando ele é de incentivo privado, o maior empresário tem que se aposentar com novecentos trinta reais, o funcionário público brasileiro, se ele ganha dois mil reais, ele se aposenta integral. Este é um grandes dos problemas nacionais, de todo o setor público. Eu acho um privilégio, e a minha posição já definida há muito tempo. Se fosse dado para toda a população, tudo bem, mas por que só para os funcionários públicos? Ai está o modelo falido, e sabe quando isso vai mudar? Quando falir tudo. Quando não tiver dinheiro para pagar nada. Ai as pessoas vão voltar à realidade. O Ipsc é um reflexo da má gestão do paternalismo e dos privilégios que tem os funcionários públicos. O pior de tudo que essas pensões, aqui em Santa Catarina foram aprovadas aqui. E me admiro que tem pessoas que ficam ainda defendendo este modelo. Eu não defendo o modelo, defendo o problemas desses privilégios. Porque (500) quinhentas pessoas no meio de (12.000) doze mil. Devíamos achar um mecanismo de derrubar isto, só que é um privilégio, um direito adquirido. Por isto este caos. O Ipsc pagava pensão até o valor do teto de seis mil reais. Mas na Justiça, foram todos derrubados. Se faltar caixa para cumprir este parcelamento do Ipsc, com os prestadores de serviços, como foi combinado, se faltar caixa o Ipsc pode, vai lançar mão, mais uma vez de não pagar essas pensões a partir do teto, e aí vai mais uma vez na Justiça, para rolar até segunda ordem. Eu queria fazer uma colocação. Naquele dia, quando o Presidente do Ipsc, esteve aqui e disse que naquela ocasião iria pagar um mês daquele, ele pagou uma parte e criou uma confusão tremenda, já que não sabemos direito e nem os prestadores de serviços sabem. Ele não pagou toda a fatura e o pior, ele escolheu determinados segmentos, disse que houve que houve falhas no processamento de dados ou qualquer outra coisa. Quando eu falei para ele das negociações, e que eles não vão fazer as negociações com os prefeitos. E disse para fazer nova sugestão, por que o máximo que ele quer negociar é sessenta parcelas, e por isso a maioria das prefeituras não fazem e uma não está conseguindo pagar, e fez a negociação. Tubarão também está com dificuldades de pagamentos. Pedimos a ele uma nova sistemática de pagamento. ele tem que achar uma saída e propor a Assembleia Legislativa, para que a gente aprove. O senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni agradecendo o aparte do Deputado Ivo Konell, disse que achava correto, e que faltava um pouco de criatividade. E o Presidente do Ipsc ficou de mandar esse tipo de negociação para cá e nós poderíamos aperfeiçoar. E

outro tema é uma Audiência Pública sobre o Aterro Industrial de Blumenau, que está marcado para o dia 11 de maio, segunda-feira, das 9:00 horas às 12:00 horas, e será na Câmara de Vereadores de Blumenau. A Comissão de Saúde e Meio Ambiente, mais a bancada dos deputados da Região Suprapartidária, já estiveram in loco, fazendo uma vitória, já reunidos com o Presidente da Comunidade, da Empresa Momento Engenharia, que executa a obra, e com representantes da Prefeitura de Blumenau. E a partir daí assumimos o compromisso de realizar esta Audiência Pública. E estou inclusive mantendo contato com a FATMA, pegando o tipo de roteiro que a Fatma utiliza nas Audiências Públicas. E vamos abrir espaço para as comunidades através de seus representantes. Estamos convidando as prefeituras e câmaras de vereadores, Associações Comerciais e industriais das regiões de Blumenau, Guarimirim e Massaranduba. Além daqueles órgãos envolvidos, convidamos as também o IBAMA, FATMA, Ministério Público Estadual, a Procuradoria de Blumenau, e os Senhores Deputados. E no final iremos elaborar um relatório, e este poderá servir de subsídio depois para o Ministério Público, para a Promotora pública, para a comunidade, para o Ibama. Com os depoimentos registrados e posteriormente assinados, como uma ata da Comissão e servirá como subsídio. E peço aos Senhores Deputados que vão adequando seus compromissos de agenda para que nesse dia 11, às nove horas, possamos dar início dentro do horário em Blumenau, e terminar dentro do horário previsto. E para finalizar tenho duas informações rápidas: Ontem tivemos uma reunião aqui na Comissão chamado pela Presidência e com a Comissão de Agricultura, propondo a partir da Confederação Nacional de Alimentos, um Seminário que deve acontecer nos dias 18 e 19, ou 24/25 de junho e seria uma promoção conjunta da Comissão de Agricultura e Saúde e Meio Ambiente. Um tema sobre Biotecnologia e Produtos Transgênicos. E a segunda é uma Audiência Pública sobre o Hospital Regional de Chapecó, onde a partir daí, poderemos debater sobre a situação dos Hospitais do Estado, como o de Rio do Sul, Araquari, Curitibanos, Araranguá, Itajai e outros hospitais do Estado que estão sendo terceirizados. E lá em Chapecó, foi feito um consórcio intermunicipal que a maioria dos municípios não aderiram. E andei verificando a questão das passagens aéreas para Chapecó, por que seria interessante que uma reunião desse nível fosse feita lá, para poder reunir os Prefeitos da região, Vereadores, Secretários Municipais e a comunidade para discutir situações para os demais consórcios de Hospitais do Estado. E ainda não tenho a data definida, mas irei estudar e analisaremos em conjunto. O senhor Deputado Udo Wagner, solicitando um aparte disse: acho produtivo fazermos nos locais, só que vamos ser cobrados por todas as comunidades. Se formos a Chapecó, e na hora que tivermos que fazer em Criciúma, Araranguá? Todo mundo vai se sentir preterido, pois vamos a um lugar e não vamos em outro. Acho que o Fórum legítimo para esta Comissão é na sede da Assembleia Legislativa. Não que eu seja o contrário, mas temos que pensar realmente sobre isto, senão daqui a pouco, nós vamos estar fora e cada um dos senhores deputados fazem parte de no mínimo três Comissões. O Senhor Presidente Deputado Volnei Morastoni, disse que: eu entendo isto, mais Chapecó seria o lugar ideal, pois é o único lugar onde há o consórcio intermunicipal de Hospitais, e além disso o nosso horário, a agenda não permite mais. E na próxima reunião discutiremos sobre estes assuntos. Não havendo mais nada a ser discutido, o Senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni, agradeceu a presença de todos. Para constar, eu, Itamar Pires Pacheco, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada correta, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros.

Sala das Comissões, em 29/04/98

Deputado VOLNEI MORASTONI - Presidente  
Deputado IVO KONELL - Membro  
Deputado LICIO MAURO DA SILVEIRA - Membro  
Deputado UDO WAGNER - Membro  
Deputado WILSON WAN-DALL - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1998**

As onze horas e dez minutos, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: **VOLNEI MORASTONI - Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e Deputados: SÉRGIO SILVA - Vice-Presidente, UDO WAGNER, IVO KONELL, LICIO MAURO DA SILVEIRA, WILSON WAN-DALL, como Membros da Comissão.** O Senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni, dando início aos trabalhos, perguntou aos Senhores Deputados-Membros da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, se havia algum projeto a ser relatado. O Senhor Deputado Udo Wagner solicitando um aparte, passou a relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº PD/0290.0/97. Colocado em discussão e votação. Aprovado por unanimidade. E o Senhor Deputado Lício Mauro da Silveira, passou a ler os pareceres dos Projetos de Lei nº s. PL/0188.8/98, PL/0231.5/98, PL/0122.0/98, relatados pelo mesmo. Colocados em discussão e aprovação pelo Senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni. Aprovados por unanimidade. E o Senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni, solicitou que o senhor Deputado Wilson Wan-Dall, relatasse os Projetos de Lei Parlamentar nºs. PL/0205.5/98 e PL/0303.4/97, colocados em discussão e aprovação, aprovados por unanimidade. Continuando os trabalhos o senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni, passou a palavra ao Senhor Deputado Ivo Konell, que passou a relatar verbalmente o Projeto de Lei Parlamentar PL/0275.0/98. Colocado em discussão e aprovação pelo Senhor Presidente. Aprovado por unanimidade. E o Senhor Deputado Ivo

Konell, passou a relatar o Projeto de Decreto Legislativo PD/0293.8/97, em que solicita o Sobrestamento. O Senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni, colocou em discussão e aprovação o Pedido de Sobrestamento do Projeto, solicitado pelo relator. Aprovado por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Deputado Ivo Konell passou a relatar o Projeto de Lei Parlamentar nº PL/0009.7/98. Colocado em discussão e aprovação. Aprovado por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni, solicitou que o Senhor Vice-Presidente, Deputado Sérgio Silva relatasse o Projeto de Decreto Legislativo PD/0276.9/97. Colocado em discussão e aprovação. Aprovado por unanimidade. Não havendo mais nada a ser relatado e discutido, o Senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni, agradeceu a presença de todos e para constar, eu, Itamar Pires Pacheco, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada correta, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros.

Sala das Comissões, em 17/04/98

Deputado VOLNEI MORASTONI - Presidente  
Deputado SÉRGIO SILVA - Vice-Presidente  
Deputado IVO KONELL - Membro  
Deputado WILSON WAN-DALL - Membro  
Deputado LICIO MAURO DA SILVEIRA - Membro  
Deputado UDO WAGNER - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

##### 13ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa

Às nove horas e quinze minutos, do dia nove do mês de dezembro do ano de hum mil, novecentos e noventa e oito, reuniram-se os Senhores Deputados: **VOLNEI MORASTONI - Presidente e LICIO MAURO DA SILVEIRA, UDO WAGNER E WILSON WAN-DALL, como Membros.** Configurado o quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni, abrindo os trabalhos agradeceu a presença dos Senhores Deputados-Membros e solicitou ao Senhor Deputado UDO WAGNER, que relatasse os Projetos de Lei Nº s. **PL/0308.8/98 e PL/0281.3/98, PL/0282.6/98 e PL/0203.0/98 e PL/0216.1/98.** Após o leitura do Senhor Relator, Deputado Udo Wagner, o Senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni, colocou em discussão, e não havendo quem quisesse discutir, colocou ambos em votação, sendo aprovados por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni, solicitou ao Senhor Deputado Licio Mauro da Silveira, que relatasse os Projetos de Lei Nºs. **PL/0414.5/97 e PL/0278.9/97, NºS. PL/0300.6/98 e PL/0301.9/98.** Após o leitura do Senhor Relator, Deputado Licio Mauro da Silveira, o Senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni, colocou em discussão, os Projetos de Lei acima citado e não havendo quem quisesse discutir, colocou os em votação, sendo aprovados por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente, colocou em discussão o Projeto de Lei **PL/0024.1/98**, lido pelo Senhor Deputado Ivo Konell, cujo relator era o Senhor Deputado Sérgio Silva, colocado discussão e votação, aprovado por unanimidade. Dando continuidade aos Trabalhos, o Senhor Presidente Deputado Volnei Morastoni, solicitou ao Senhor Deputado Udo Wagner, que relatasse o Projeto de Lei **PL/0181.9/98.** E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerrou a presente Reunião, a qual eu, Itamar Pires Pacheco, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada correta será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros.

Sala das Comissões, em 09/12/98.

Deputado VOLNEI MORASTONI - Presidente  
Deputado GILMAR KNAESEL - Membro  
Deputado IVO KONELL - Membro  
Deputado LICIO M. DA SILVEIRA - Membro  
Deputado UDO WAGNER - Membro  
Deputado WILSON WAN-DALL - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA.

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de março do ano de hum mil novecentos e noventa e nove, reuniram-se os Senhores deputados Jaime Mantelli, Onofre Santo Agostini, Moacir Sopelsa, Gelson Sorgato, Nelson Goetten, Milton Sander e Francisco de Assis Nunes, substituindo interinamente o deputado Neodi Saretta, sob a Presidência do deputado Onofre Santo Agostini, conforme determina o Regimento Interno, para a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia. Aberto os trabalhos, o Presidente solicitou aos membros candidatas a Presidente e Vice-Presidente, que fizessem suas inscrições para concorrer aos cargos. Foi apresentada uma chapa, na qual foi inscrito o deputado Gelson Sorgato para Presidente e o deputado Neodi Saretta para Vice-Presidente. Feita a chamada nominal, exerceram seu direito de voto todos os membros presentes, tendo sido eleitos os Senhores deputado Gelson Sorgato para Presidente e o Senhor deputado Neodi Saretta para Vice-Presidente, aos quais foi dada posse imediata, pelo Presidente. Logo em seguida, o deputado Gelson Sorgato, fazendo uso da palavra, agradeceu aos demais membros pela sua eleição. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, a qual eu, Carlos Vinicius Lannes Duering, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros. Sala das Comissões, em nove de março de hum mil novecentos e noventa e nove.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente  
Deputado Jaime Mantelli - Membro  
Deputado Milton Sander - Membro  
Deputado Moacir Sopelsa - Membro  
Deputado Nelson Goetten de Lima - Membro  
Deputado Gelson Sorgato - Membro  
Deputado Francisco de Assis Nunes - Membro substituto

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às oito horas e trinta minutos do dia nove do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e nove, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin na forma regimental e, presentes mais os senhores Deputados Reno Caramori, Onofre S. Agostini, Jaime Mantelli, Nilson Gonçalves, Jorginho Mello, Herneus de Nadal, Rogério Mendonça e Francisco de Assis Nunes, para a escolha do Presidente e Vice-Presidente, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, o senhor Presidente, comunicou a indicação dos senhores Deputados Onofre S. Agostini e Reno Caramori à presidência da Comissão. Assim, por unanimidade de voto, foi escolhido o senhor Deputado Onofre S. Agostini - Presidente e Reno Caramori - Vice-Presidente. Após a aprovação, o senhor Presidente Onofre S. Agostini, convocou todos os membros presentes da Comissão, para reunião do dia 16, terça-feira, às 9:00hs. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente, encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário, lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros e, posteriormente, será publicada no Diário desta Assembléia. Sala da Comissão, em 09 de março de 1999.

Deputado Onofre S. Agostini - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Vice-Presidente  
Deputado Ivan Ranzolin - Membro  
Deputado Jaime Mantelli - Membro  
Deputado Nilson Gonçalves - Membro  
Deputado Jorginho Mello - Membro  
Deputado Herneus de Nadal - Membro  
Deputado Rogério Mendonça - Membro  
Deputado Francisco de Assis Nunes - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA E VICE PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às doze horas e trinta minutos do dia nove de março do ano de hum mil novecentos e noventa e nove, reuniram-se no plenarinho do Palácio Barriga-Verde, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com base na resolução DP nº 009/99, os Senhores Deputados: Paulo Bornhausen, Cesar Souza, João Itamar da Silveira, Manoel Mota, Joares Ponticelli, Milton Sander e Ideli Salvatti, com a finalidade específica de eleger o presidente e vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Com base em dispositivos regimentais, a reunião foi presidida pelo Deputado Manoel Mota, por ser mais idoso, que procedeu de imediato a eleição da Presidência e Vice Presidência desta Comissão de mérito que assim ficou constituída: Presidente Deputado Joares Ponticelli, Vice-Presidente; Deputada Ideli Salvatti. Ato contínuo o Senhor Presidente eleito, usando da palavra agradeceu a confiança nele depositada, convocando uma reunião para a próxima quarta feira após Sessão Plenária. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Lauri Silva do Herval, Secretário em exercício, lavrei a presente ata que após lida e achada correta será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Plenarinho da Assembléia, em 09 de março de 1999.

Dep. Joares Ponticelli - Presidente  
Dep. Ideli Salvatti - Vice-Presidente  
Dep. Cesar Souza - Membro  
Dep. Paulo Bornhausen - Membro  
Dep. João Itamar da Silveira - Membro  
Dep. Manoel Mota - Membro  
Dep. Milton Sander - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

##### 14ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

Às doze horas e trinta minutos, do dia nove, do mês de março do ano de hum mil, novecentos e noventa e nove, reuniram-se os Senhores Deputados: **JAIME MANTELLI, CLÉSIO SALVARO, NARCISO PARISOTTO, GELSON SORGATO, VALMIR COMIN, IVAN RANZOLIN E IDELI SALVATTI.** Configurado o quorum regimental, e sob a presidência do Membro mais idoso, conforme o Art. 47, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, Senhor Deputado IVAN RANZOLIN, para instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente, Deputado IVAN

RANZOLIN, deu por instalados os trabalhos, solicitando aos membros candidatos ao cargo de Presidente que fizessem sua inscrição. E apresentou-se como candidato O Senhor Deputado JAIME MANTELLI. E o Senhor Presidente, Deputado IVAN RANZOLIN, colocou em discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, o nome do Senhor Deputado JAIME MANTELLI, como Presidente da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa. Então o Presidente continuando os trabalhos, solicitou a inscrição dos Senhores Deputados ao cargo de vice-presidente, e o Senhor Deputado VALMIR COMIN, apresentou-se como candidato. Colocado em discussão, e aprovação, aprovado por unanimidade o nome do Senhor Deputado VALMIR COMIN, para Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa. O Senhor Presidente eleito, agradeceu a confiança dos Senhores Deputados-Membros. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerrou a presente Reunião, a qual eu, Itamar Pires Pacheco, em substituição ao Secretário, lavei a presente Ata, que após lida e achada correta será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros.

Sala das Comissões, em 09/03/99.

Deputado IVAN RANZOLIN - Presidente (mais idoso)

Deputado CLÉSIO SALVARO - Membro

Deputado NARCIZO PARIZOTTO - Membro

Deputado GELSON SORGATO - Membro

Deputado VALMIR COMIN - Membro

Deputado IDELI SALVATTI - Membro

Deputado JAIME MANTELLI - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Aos 9 (nove) dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e nove, às 11,30 horas, compareceram no Plenarinho desta Assembléia Legislativa para participar da Reunião de Instalação da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo os seguintes senhores Deputados: Ciro Roza, Francisco de Assis Nunes, João Itamar da Silveira, Manoel Mota, Moacir Sopelsa, Wilson Wan-Dall e Nelson Goetten de Lima substituindo o Deputado Valmir Comin. De acordo com o parágrafo 3º do Art. 47 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o senhor Deputado Manoel Mota assumiu a Presidência da reunião, dando início aos trabalhos e ao processo de eleição. Indicados os nomes dos senhores Deputados Ciro Roza e Manoel Mota para os cargos de Presidente e Vice-Presidente respectivamente, foram os mesmos aprovados por unanimidade. O senhor Deputado Manoel Mota passou a palavra para o senhor Deputado Ciro Roza que agradeceu a confiança que lhe foi depositada e na certeza de produzir um trabalho intenso à frente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a presente Reunião de Instalação da qual, eu, Augusto Elling Parcias, Secretário "ad-hoc", lavei a presente Ata, que, depois de lida e achada em tudo conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

Florianópolis, 09 de março de 1999.

Deputado Manoel Mota - Presidente

Deputado Ciro Roza - Membro

Deputado Francisco de Assis Nunes - Membro

Deputado João Itamar da Silveira - Membro

Deputado Moacir Sopelsa - Membro

Deputado Nelson Goetten de Lima - Subst. o Deputado

Valmir Comin

Deputado Wilson Wan-Dall - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO

### OFÍCIO Nº 007/99

#### ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

##### Gabinete da Presidência

Florianópolis, 04.03.99

Do: Chefe de Gabinete da Presidência

Para: Diretor do Departamento Parlamentar

Assunto: Ofício nº 48/99/OE/TP do Desembargador Amaral e Silva: encaminha cópia do acórdão prolatado nos autos da ADIn 96.003354-8, de São Lourenço do Oeste.

Senhor Diretor,

Para os devidos fins, envio o material recebido e informo haver remetido a matéria também à Procuradoria Jurídica.

Atenciosamente,

Antonio Carlos Rodrigues de Moraes Camargo

Lido no Expediente

Sessão de 09/03/99

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ofício nº 48/99/OE/TP

Florianópolis, 26 de fevereiro de 1999.

Excelentíssimo Senhor

Dep. GILMAR KNAESEL

DD. Presidente da Assembléia Legislativa de SC

Nesta - SC

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 11º, do Ato Regimental nº 60/90 deste Tribunal encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, cópia do acórdão prolatado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 96.003354-8, de São Lourenço do Oeste, em que é requerente o **Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste.**

Valho-me da oportunidade para a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Desembargador Amaral e Silva

RELATOR

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETOS DE EMENDA CONSTITUCIONAL

### PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 002/99

#### GABINETE DO GOVERNADOR

##### MENSAGEM Nº 032

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência emanada do inciso II, do artigo 49, da Constituição do Estado, aprez-me encaminhar para a soberana apreciação, votação e promulgação do Poder Legislativo, o presente Projeto de Emenda Constitucional que "Dá nova redação ao art. 170 da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A anexa Exposição, assinada pela Senhora Secretária de Estado da Educação justifica plenamente, a importância e justiça da reforma do texto constitucional, ora pretendida.

Palácio Santa Catarina, 08 de março de 1999.

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 09/03/99

#### SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO

##### Gabinete da Secretária

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 019/99/SED

Florianópolis, 26 de fevereiro de 1999.

Senhor Governador,

Cumprimentando-o, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência Proposta de Emenda Constitucional indispensável à adequação do texto da Constituição do Estado à realidade presente e ao cumprimento de compromissos constantes do Plano de Governo para o período 1999-2002 e que dispõe sobre a educação superior.

Esclareço, Senhor Governador, que no Estado de Santa Catarina consolidou-se um modelo de oferta de educação superior, centrado na iniciativa dos Municípios e suas comunidades, que precisa ser permanentemente incentivado e valorizado pelo Poder Público Estadual.

Nos últimos anos tem-se constatado, no âmbito do sistema fundacional, um grave quadro de inadimplência dos estudantes universitários matriculados nas instituições que o compõe (média anual em torno de 20%). Por um lado, contribui para afastar largos contingentes de alunos das salas de aula ou os deixam em situação de desconforto, e, por outro, põe em risco a saúde financeira das universidades, cuja principal fonte é a cobrança de mensalidades.

O Plano de Governo estabelece como meta, a prestação de apoio aos estudantes universitários, pelo Estado, visando a expansão das possibilidades de acesso e a garantia de sua permanência nas instituições de educação superior.

Impõe-se reorientar o comando do artigo 170 da Constituição do Estado para que seu alvo direto seja o estudante, figurando a instituição de educação como sua beneficiária indireta.

Ressalta-se, porém, que ao Estado, na atualidade, cabe cumprir a prioridade maior de promover a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental, cuidando de assegurar a universalização de seu atendimento e a valorização do Magistério, conforme estabelece o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 5º da Emenda Constitucional nº 14, de 1996.

Isso significa dizer que, por imposição da Carta Magna, deve o Estado destinar à manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental, pelo menos 60% do mínimo de recursos constitucionais.

Esta circunstância exige que seja explicitado, no texto da Constituição Estadual, que os recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) não poderão ser considerados na base de cálculo da assistência financeira à educação superior, prevista no artigo 170.

Observe que a fórmula ora sugerida, não impedirá o Poder Público de efetuar parcerias com as Instituições de Ensino Superior, mediante programas específicos, o que aliás, está previsto nas ações governamentais contempladas no atual Plano de Governo.

No artigo primeiro, a Proposta de Emenda Constitucional dá nova redação ao artigo 170 da Constituição do Estado, remetendo à legislação infraconstitucional e ordinária a definição do atendimento assistencial ao estudante.

Assim, o compromisso consolidado durante o debate eleitoral de 1998, a partir da aprovação da presente proposta pela Assembléia Legislativa, carecerá de Lei que regulará a forma de, **democraticamente**, efetivar o objetivo em tela.

Isto posto, as circunstâncias permitirão que a lei, entre as quais se destaca a Lei de Diretrizes Orçamentárias, possa eleger as formas e os modos de atendimento ao educando e as áreas de estudo (educação, saúde pública, tecnológica, entre outras), que deverão ser melhor aquinhoadas, considerando o desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina.

No artigo 2º, a Proposta de Emenda Constitucional oferece tratamento adequado ao disposto no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, pelo tempo nela previsto.

Respeitosamente,

MIRIAM SCHLICKMANN

Secretária de Estado da Educação e do Desporto

**PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 002/99**

**EMENDA CONSTITUCIONAL**

Dá nova redação ao art. 170 da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 1º O art. 170 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 170. O Estado prestará, anualmente, na forma da lei, assistência financeira aos alunos economicamente carentes matriculados nas instituições de educação superior.

Parágrafo único. Os recursos relativos à assistência financeira não serão inferiores a 5% (cinco por cento) do mínimo constitucional que o Estado tem o dever de aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino."

Art. 2º Fica acrescentado ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado o seguinte artigo:

"Art. 46. Durante a vigência do disposto no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, da base de cálculo dos recursos a que se refere o art. 170 da Constituição serão excluídos aqueles relativos ao mínimo que o Estado deve destinar à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a valorização do magistério."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 003/99**

Dá nova redação ao artigo 170 da Constituição do Estado.

O Artigo 170, da Constituição do Estado, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 170 - O Estado prestará, anualmente, assistência financeira às fundações educacionais de ensino superior instituídas por lei municipal, a fim de custear bolsas de estudos a alunos carentes e programas de pesquisa científica e tecnológica.

Parágrafo Único - ...

I - ...

II - serão repartidos entre as fundações de acordo com os critérios fixados na lei de diretrizes orçamentárias e destinar-se-ão:

a) 80% a bolsas de estudo;

b) 20% aplicados em programas e projetos de pesquisa".

Sala das Comissões, 09 de março de 1999.

Deputado Pedro Uczai

Lido no Expediente

Sessão de 09/03/99

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 017/99**

**Dispõe sobre a concessão de anistia aos produtores rurais do total das dívidas provenientes do Crédito de Emergência e dá outras providências.**

Art. 1º Fica concedida anistia aos produtores rurais beneficiários em financiamento ao abrigo do PRONAF - Programa Nacional da

Agricultura Familiar, com recursos provenientes do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Art. 2º O Poder Executivo, através do Fundo de Desenvolvimento Rural, assumirá a responsabilidade pelos débitos remanescentes junto ao Banco do Brasil.

Art. 3º Para o cumprimento do disposto nesta Lei o Poder Executivo deverá adotar as formalidades de suplementação necessárias no Orçamento do Estado.

**Parágrafo Único:** Na impossibilidade de aplicação do previsto no "caput" deste artigo, as despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Deputado Gelson Sorgato

Lido no Expediente

Sessão de 08/03/99

**JUSTIFICATIVA**

Trazemos à consideração dos nobres pares deste parlamento Projeto de Lei que visa conceder anistia aos produtores rurais beneficiários do Crédito de Emergência.

Mediante a edição da Lei Estadual nº 10.080, de 15 de abril de 1996, ficou autorizado o Poder Executivo a prestar garantias nas operações de Crédito de Custeio para manutenção dos pequenos produtores rurais, hipótese que se concretizou, consoante autorização a nível Federal, no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Em virtude de vários fatores, grande parte dos agricultores não puderam honrar seus compromissos junto à Instituição Financeira - BESC. O Governo do Estado que concedeu o aval ao Crédito de Emergência deverá fazê-lo.

Entretanto, no orçamento da Secretaria da Agricultura para o exercício de 1999, foi confirmado recursos na ordem de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), visando a liquidação da dívida, condição não suficiente e que obrigará alocação diversa para se atingir o montante necessário. Já na época da elaboração da peça orçamentária neste Poder Legislativo as emendas apresentadas previam o valor R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

É premente frisar que a matéria reflete necessidade de análise profunda deste Parlamento, uma vez que estabelecerá condições suscetíveis de fomento da agricultura, com a conseqüente reativação do agricultor em suas atividades.

Vale ressaltar que os agricultores que socorreram ao Crédito de Emergência foram vítimas de, principalmente, conseqüências climáticas desfavoráveis, hipótese que os levou a verificar integralmente prejudicadas as possibilidades de afirmação na sociedade.

Ante o exposto, com o intuito de amenizar os diversos problemas oriundos no setor, inclusive com o resgate do crédito do agricultor, solicitamos aos Pares aprovação da presente proposta.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 018/99**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 027**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, o projeto de lei que "Cria o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM e estabelece outras providências".

Palácio Santa Catarina, 08 de março de 1999.

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 09/03/99

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 067**

Florianópolis, 08 de março de 1999

Excelentíssimo Senhor Governador

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência projeto de lei propondo a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o qual reputo de fundamental importância para o fortalecimento do exercício pleno da cidadania, compromisso esse inserido no Plano de Governo, que foi amplamente debatido e aprovado pela sociedade catarinense durante a campanha eleitoral de 1998.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher será um importante instrumento de interlocução entre o poder público e a sociedade civil catarinense, na busca de ações capazes de implementar políticas que assegurem proteção e maior inserção da mulher nos campos jurídico, social, cultural, econômico e político.

Isto posto, entendo que, com a instituição do Conselho Estadual do Direito da Mulher ora proposto, Vossa Excelência estará fortalecendo e ativando compromissos básicos da Carta Magna, ou seja, assegurando a todos os catarinenses o acesso à plena cidadania e garantindo-lhes o

livre exercício dos direitos humanos.

Assim, por se tratar de assunto relevante para o Estado catarinense, sugerimos a Vossa Excelência o encaminhamento do Projeto de Lei na forma em que se encontra redigido.

Respeitosamente

**CELESTINO ROQUE SECCO**

Secretário de Estado da Casa Civil

**PROJETO DE LEI Nº 018/99**

Cria o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM e estabelece outras providências.

#### **O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM, órgão colegiado, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, com a finalidade de promover no Estado políticas públicas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do Estado.

Art. 2º O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher é órgão vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com autonomia administrativa e financeira.

Art. 3º O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher terá a seguinte composição:

- I - Diretoria;
- II - Secretaria Executiva;
- III - Comissões Temáticas.

Art. 4º Compete ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher:

I - formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública direta e indireta, visando a eliminação da discriminação que atinge a mulher;

II - prestar assessoria ao Poder Executivo emitindo pareceres, acompanhando e controlando a elaboração e execução de programas no âmbito federal, estadual e municipal nas questões que atinjam as mulheres;

III - estimular, apoiar e desenvolver estudos e debates sobre a condição da mulher, bem como propor medidas de governo objetivando eliminar todas as formas de discriminação;

IV - sugerir ao Governador do Estado a elaboração de projetos de lei que visem a assegurar os direitos da mulher, assim como eliminar legislação de conteúdo discriminatório;

V - fiscalizar e exigir o cumprimento de legislação que assegure os direitos da mulher;

VI - promover intercâmbio e firmar convênios com organismos nacionais e estrangeiros, públicos e particulares, com o objetivo de implementar as políticas e os programas do Conselho;

VII - receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências efetivas;

VIII - manter canais permanentes de relação com movimentos de mulheres, apoiando o desenvolvimento de atividades dos grupos autônomos, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades;

IX - desenvolver programas e projetos em diferentes áreas de atuação, especialmente programas de geração de emprego e renda;

X - incentivar e promover a participação e integração social e política da mulher;

XI - elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 5º O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher será composto por 22 (vinte e dois) membros e respectivas suplentes, dentre mulheres que comprovadamente tenham contribuído na defesa dos direitos da mulher, na seguinte forma:

I - 11 (onze) mulheres integrantes efetivas e 11 (onze) suplentes, representantes da sociedade civil, indicadas pelos movimentos de mulheres;

II - 11 (onze) mulheres integrantes efetivas e 11 (onze) suplentes, representantes de órgãos governamentais do Estado.

§ 1º A designação das Conselheiras de que trata o inciso I deverá considerar nomes de mulheres de comprovada atuação na defesa dos direitos da mulher na forma do Regimento Interno.

§ 2º As Conselheiras de que trata o inciso II serão indicadas pelos dirigentes dos órgãos governamentais dentre mulheres de comprovada atuação na defesa dos direitos da mulher, na forma do Regimento Interno.

Art. 6º As Conselheiras e suas suplentes terão mandato de 02 (dois) anos, facultada a recondução por mais 02 (dois) anos.

Art. 7º O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher elegerá, dentre os membros que o compõem, a sua presidente, vice-presidente, primeira e segunda secretária e tesoureira, na data da posse.

Art. 8º As funções dos membros do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher não serão remuneradas, mas consideradas como de serviço público relevante.

Art. 9º Poderão ser convidadas a participar das atividades do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher pessoas ligadas à área, que formarão as comissões temáticas.

Art. 10. A estruturação, competência e funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher serão fixados em Regimento

Interno, aprovado por decreto do Poder Executivo.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 019/99**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 028**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Casa Civil, o projeto de lei que "Dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho de Governo".  
Palácio Santa Catarina, 08 de março de 1999.

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/03/99*

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 068**

Florianópolis, 08 de março de 1999

Excelentíssimo Senhor Governador

1. O Brasil é a quarta maior economia do Ocidente, com o Produto Interno Bruto (PIB), calculado pelo Banco Mundial, de US\$ 1.023.054.410,00 (número válido para o ano de 1996).

2. Santa Catarina integra a federação brasileira com 3% da população, 1,1% do território nacional emerso e 7,62% do território marítimo e respectiva plataforma. 11º em tamanho de população, foi em 1997, o quinto maior contribuinte de Imposto de Renda Pessoa Física, com R\$ 2,218 bilhões de tributo pago por 306 mil declarantes. 71,8% dos contribuintes eram do setor privado; 20,3% do setor público e 7,9% já estavam em fruição de aposentadoria.

3. Pela localização privilegiada no Atlântico Sul, Santa Catarina é o epicentro logístico natural do MERCOSUL. No seu litoral começa o caminho útil mais curto entre o Atlântico e o oceano Pacífico. Este litoral é consequentemente a porta de entrada e de saída dos imensos mercados da costa ocidental da América e dos países da bacia do Pacífico. O gás natural e os excedentes energéticos da Argentina têm em Santa Catarina a rota mais econômica de entrada no Brasil.

4. Os acervos de Santa Catarina - biossocial, ecológico, econômico, cultural e político - dão-lhe a oportunidade de vir a ser, em curto prazo, uma Suíça ou uma Bélgica, à sua escolha.

**Acervo biossocial**

• Os últimos dados do IBGE dão a Santa Catarina 4,9 milhões de habitantes **rurbanos**: aqui campo é igual à cidade - eletricidade, telecomunicações, escolas nos três níveis e serviços financeiros estão disponíveis ou ao alcance em todos os Municípios, Distritos e Localidades. 90% dos domicílios são servidos por eletricidade, 100% dotados de rádio, 87,5% com televisão, 90,8% com geladeira, 45,8% com freezer e máquina de lavar. O PIB por família era de US\$ 23.725, em 1997.

**Capital Natural**

• 1,1% do território nacional emerso e 7,62% do território marítimo.

• 9,5 milhões de ha. de área terrestre, 5 milhões utilizáveis; 2,2 milhões utilizados.

• 20,7 milhões de ha. de mar territorial, zona econômica exclusiva e plataforma continental.

• 561 Km de litoral e 2 ilhas: São Francisco do Sul e Santa Catarina, com perímetros de 370 Km.

• Mil milhões de barris de petróleo na plataforma; 2 poços em operação - 12.700 barris/dia de produção, por enquanto (dados a confirmar).

• 1,3 milhão de m³ de vazão potencial de gás/dia.

• 2,4 bilhões de toneladas de carvão mineral.

• 11,5 milhões de Kw de potência nos rios.

• Potencial eólico a avaliar.

• 2 milhões de ha. de floresta a plantar.

**Acervo Econômico**

• Mercado interno, constituído por 1.377.288 famílias.

• Consumo de eletricidade 1997: 10.362.317.483 Kwh, 2.130 Kwh per capita igual do da África do Sul, 86% do consumo da Espanha;

71,4% da Coréia; 51,8% da Alemanha e 27% dos Estados Unidos.

• 43.208 empresas industriais, consumo de 14.560 Kwh por empresa/ano.

• 119.400 empresas comerciais, consumo de 10.108 Kwh por estabelecimento.

• 236.000 empresas rurais, 212.400, 90% eletrificadas, consumo de 4.711 Kwh por empresa.

• 1.515.847 consumidores de eletricidade, consumo de 6.836 Kwh/ano por consumidor.

• 1.000 dependências bancárias.

• 720 empresas exportadoras: US\$ 2,852 bilhões de exportações, 5,52% das exportações brasileiras.

• PIB global: US\$ 32,7 bilhões.

- PIB industrial: US\$ 14,1 bilhões (43,07% do PIB global).
- PIB primário: US\$ 5,5 bilhões (16,71% do PIB global).
- PIB terciário: US\$ 13,2 bilhões (40,22% do PIB global).
- PIB per capita: US\$ 6.721.
- PIB familiar: US\$ 23.725.
- 2 bancos de fomento com decisão local e um banco comercial controlado pelo Estado.
- 1.838.700 Kwh/h de demanda máxima.
- 2.632.265 pessoas economicamente ativas, com 10 anos e mais de idade, distribuindo-se segundo os anos de estudo como a seguir.

Grupos de Anos de Estudo	Nº	%
Sem instrução e menos de 1 ano	161.810	6,15
1 a 3 anos	412.797	15,68
4 a 7 anos	1.158.868	44,03
8 a 10 anos	404.808	15,38
11 a 14 anos	345.898	13,14
15 anos ou mais	133.210	5,06
Não determinado e sem declaração	14.866	0,05
<b>TOTAL</b>	<b>2.632.825</b>	<b>100,00</b>

FONTE: PNAD 1995

**Acervo Cultural**

• Alto índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) 0,863 (4º melhor do país). 13 Municípios se inscrevem entre os 50 de mais elevado IDH.

• 1.275.724 pessoas, de 4 anos ou mais, freqüentando escolas, sendo:

Pré-Escolar	125.414	Pré-Vestibular	6.459
1º Grau	908.286	Superior	65.980
2º Grau	167.485	Mestrado/Doutorado	2.172

- 9 universidades, 2 públicas, 66.000 matrículas.
- 13 emissoras de TV, 110 de rádio AM e 62 FM.
- 7 escolas técnicas e agrotécnicas de 2º grau e pós-2º grau.
- 43 unidades de formação profissional industrial (SENAI).
- 100 mil portadores de diplomas universitários.
- 300 dias de trabalho em 300 dias úteis.

• Terceiro setor (ou setor independente) muito representativo, nas diferentes ações da cidadania - no biossocial, como no ecológico, no cultural, como no econômico e no político.

- 1.129.142 pessoas com 8 anos ou mais de escolaridade.
- 885.387 telefones instalados, equivalente a 152 telefones por mil habitantes.

**Acervo político**

• 6 mesorregiões, com a população como a seguir se vê em 1980 e em 1991.

- 293 municípios instalados.

Mesorregião	População 1991	Taxa de Crescimento Anual 1980-1991- (%)
Grande Florianópolis	618.201	3,00
Norte Catarinense	836.696	2,83
Oeste Catarinense	1.050.645	1,11
Serrana	374.662	0,72
Sul Catarinense	714.200	2,11
Vale do Itajaí	942.029	2,43

• 34 municípios na faixa litorânea, com 1,45 milhões de habitantes, 88,65% urbanos.

- 23 municípios com atividade industrial significativa.
- 270 municípios de economia agropecuária dominante.
- 3,5 milhões de eleitores aptos a votar em 4 de outubro de 1998. Em cada 1.000 habitantes 675 são eleitores.

• 2.650 Vereadores, 293 Prefeitos e Vice, 40 Deputados Estaduais, 16 Deputados Federais e 3 Senadores.

• No quinquênio 1992-1996 as despesas do Tesouro Estadual somaram R\$ 10.415.332.000.

• Os Governadores são eleitos para mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos.

5. O Governo Federal, através da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, estuda e desenha cenários para o Brasil 2020. Em 24 e 25 de novembro de 1998, aberto pelo Senhor Presidente da República, realizou-se Seminário Nacional para o estudo de Visões Estratégicas para um Cenário Desejável. Três cenários estiveram em debate - otimista, moderado, pessimista.

	Otimista	Moderado	Pessimista
PIB (US\$)	3,360 trilhões	2,330 trilhões	1,170 trilhão
Renda per capita (US\$)	17.000	11.800	5.930
Comércio exterior (US\$)	720 bilhões	400 bilhões	190 bilhões
Pobreza (US\$)	7	4%	14%
Desemprego (US\$)	6,50%	5%	8%

FONTE: Secretaria de Assuntos Estratégicos

6. Estudos prosseguem no sentido de se eleger o cenário

desejável, com a indicação e seleção das estratégias de consecução.

7. Santa Catarina não pode se excluir de buscar também caminhos que a orientem para os próximos 20 anos, tal como faz a União.

8. Para construir futuro sobre os acervos catarinenses, desenhar e propor cenários que o expressem é indispensável. Isto caberá em instância final ao Conselho de Governo. Nada para a Sociedade Catarinense é mais relevante, complexo e significativo do que o futuro embutido nos acervos que se construíram até agora. Globalização e sustentabilidade são variáveis exigentes que é preciso dominar para tê-las e não contra o processo de desenvolvimento de Santa Catarina.

9. Estes os argumentos eleitos para dar a regulação ao artigo 76 da constituição estadual de 5 de outubro de 1989.

Assim, por se tratar de assunto de maior importância para nosso Estado, sugerimos a Vossa Excelência o encaminhamento do Projeto de Lei na forma em que se encontra redigido.

Respeitosamente

**CELESTINO ROQUE SECCO**

Secretário de Estado da Casa Civil

**PROJETO DE LEI Nº 019/99**

Dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho de Governo.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho de Governo, órgão superior de consulta do Governador do Estado, tem sua organização e funcionamento estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º Compete ao Conselho de Governo pronunciar-se sobre:

- I - intervenção estadual;
- II - questões relevantes para o funcionamento regular das instituições democráticas e para a consecução dos fins colimados pelo Estado.

Art. 3º O Conselho de Governo é presidido pelo Governador do Estado e dele participam com direito a voto:

- I - o Vice-Governador do Estado;
- II - os ex-Governadores do Estado;
- III - o Presidente da Assembléia Legislativa;
- IV - os líderes das bancadas dos partidos políticos representados na Assembléia Legislativa;

V - o Procurador-Geral de Justiça;

VI - três cidadãos brasileiros maiores de trinta e cinco anos, de reputação ilibada e idoneidade moral, nomeados pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 1º A participação no Conselho de Governo é considerada atividade relevante e não remunerada.

§ 2º A primeira nomeação dos membros do Conselho a que se refere o inciso VI deste artigo deverá ser realizada até 30 (trinta) dias após a entrada em vigor desta Lei.

Art. 4º Incumbe à Secretaria de Estado da Casa Civil prestar apoio administrativo ao Conselho de Governo, cabendo ao titular daquela pasta secretariar-lhes as atividades.

Art. 5º O Conselho de Governo reunir-se-á por convocação do Governador do Estado ou pela iniciativa de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 6º As reuniões do Conselho serão instaladas e realizadas com maioria absoluta de seus membros.

Art. 7º O Conselho de Governo poderá requisitar dos órgãos da administração direta e indireta informações que se fizerem necessárias ao exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. As informações deverão ser prestadas no prazo estipulado pelo Conselho de Governo, constituindo-se infração disciplinar do servidor responsável, prevista no art. 137, inciso III, nº 8 da lei 6.745, de 28 de dezembro de 1985, o retardamento injustificado de resposta à requisição.

Art. 8º Decreto do Chefe do Poder Executivo homologará o Regimento Interno do Conselho de Governo.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 020/99**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 029**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Casa Civil, o projeto

de lei que "Dispõe sobre a permanência e ingresso de cães-guia nos locais que especifica e estabelece outras providências".

Palácio Santa Catarina, 08 de março de 1999

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/03/99*

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 069**

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado

Submeto à consideração de Vossa Excelência o projeto de lei anexo, que "Dispõe sobre a permanência e ingresso de cães-guia nos locais que especifica e estabelece outras providências".

O projeto busca acima de tudo melhorar a qualidade de vida dos portadores de deficiência visual, proporcionando-lhes excepcional independência ao permitir maior facilidade, segurança e rapidez na locomoção.

Atendendo esta reivindicação da Associação Catarinense Amigos de Cães-Guia-ACG, creio que Vossa Excelência estará uma vez representando os anseios da sociedade catarinense.

Respeitosamente

**CELESTINO ROQUE SECCO**

Secretário de Estado da Casa Civil

**PROJETO DE LEI Nº 020/99**

Dispõe sobre a permanência e ingresso de cães-guia nos locais que especifica e estabelece outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Toda pessoa portadora de deficiência visual acompanhada de cão-guia, bem como treinador ou acompanhante habilitado, poderá ingressar e permanecer em qualquer local público, meio de transporte ou em qualquer estabelecimento comercial, industrial, de serviços ou de promoção, proteção e recuperação da saúde, desde que observadas as condições impostas por esta Lei e seu regulamento.

Parágrafo único. Entende-se por deficiência visual aquela caracterizada por cegueira ou baixa visão.

Art. 2º Todo cão-guia portará identificação e, sempre que solicitado, o seu condutor deverá apresentar documento comprobatório do registro expedido pela Escola de Cães-Guia, acompanhado do atestado de sanidade do animal fornecido pelo órgão competente.

Art. 3º Atenta contra os direitos humanos quem impede qualquer pessoa conduzida por cão-guia a ter acesso a locais públicos, meios de transportes municipais, intermunicipais e interestaduais ou estabelecimentos aos quais outras pessoas têm direito ou permissão de acesso.

Art. 4º Os estabelecimentos, empresas ou órgãos que derem causa à discriminação serão punidos com pena de interdição até que cesse a discriminação, podendo cumular com pena de multa.

Art. 5º É admitida a posse, guarda ou abrigo de cães-guia em zona urbana e em residências utilizadas por pessoas portadoras de deficiências, desde que tais ambientes sejam mantidos limpos e desinfetados.

Art. 6º Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - cão-guia: o animal portador de certificado de habilitação fornecido por uma escola filiada à Federação Internacional de Escolas de Cães-Guia e que esteja a serviço de uma pessoa portadora de deficiência dependente inteiramente dele ou que se encontre em estágio de treinamento;

II - local público: é aquele aberto e utilizado pela sociedade, com acesso gratuito ou mediante pagamento de taxa de ingresso;

III - estabelecimento: propriedade privada sujeita ao cumprimento das normas e posturas municipais.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 021/99**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 030**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Florianópolis".

Palácio Santa Catarina, 08 de março de 1999

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/03/99*

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SEA/GAB Nº 26/99**

Florianópolis, 26 de fevereiro de 1999

Excelentíssimo Senhor

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Digníssimo Governador do Estado

**NESTA**

Senhor Governador

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto solicita a aquisição pelo Estado, mediante compra, de um imóvel destinado à construção de uma quadra de esporte para o Grupo Escolar Intendente José Fernandes.

Essa Secretaria pretende transformar o referido estabelecimento de ensino em Escola Básica e como condição essencial e legal, deve ampliar a área para construir a quadra de esportes.

O imóvel lideiro a ser adquirido, possui uma área de 2.400 m<sup>2</sup> e está avaliado em R\$ 44.700,00 (quarenta e quatro mil e setecentos reais). A SED dispõe dos recursos financeiros e a Senhora Secretária de Estado da Educação e do Desporto, Professora Miriam Schlickmann, é favorável à aquisição, conforme Informação nº 001/99 às fls. 44, do Processo SEAP 578/975.

Diante do acima exposto, submeto à sua apreciação o incluso projeto de lei que, se aprovado por Vossa Excelência, poderá ser encaminhado à Assembléia Legislativa para a autorização legal, conforme estabelece o § 1º, do Art. 12, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Respeitosamente

**UBIRATAN SIMÕES REZENDE**

Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 021/99**

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Florianópolis.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, mediante compra, o imóvel com a área aproximada de 2.400,00 m<sup>2</sup> (dois mil e quatrocentos metros quadrados), devidamente transcrito às fls. 238 sob o nº 2.677, às fls. 239 sob o nº 2.678 e às fls. 167 sob o nº 2.428 do Livro 3/A no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital.

Art. 2º O imóvel mencionado no artigo anterior destina-se à ampliação do Grupo Escolar Intendente José Fernandes e à edificação da sua quadra de esportes.

Art. 3º A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Educação e do Desporto - Elemento de Despesa - 4110.00.00 - Obras e Instalações - Fonte de Recursos 06 - Salário Educação.

Art. 5º É vedada a aquisição por preço superior ao da avaliação prévia feita por comissão designada pelo Secretário de Estado da Administração.

Art. 6º O Estado será representado no ato da transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração, ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 022/99**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 031**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóveis no Município de Blumenau".

Palácio Santa Catarina, 08 de março de 1999

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/03/99*

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SEA/GAB Nº 25/99**

Florianópolis, 26 de fevereiro de 1999

Excelentíssimo Senhor

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Digníssimo Governador do Estado

**NESTA**

Senhor Governador

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que por meio da Lei nº 2.053, de 10 de dezembro de 1974, alterada pela Lei nº 2.548, de 14 de abril de 1980, o município de Blumenau doou ao Estado dois imóveis contíguos para a instalação do atual 10º Batalhão de Polícia Militar.

Transcorridos mais de 20 (vinte) anos, esses imóveis ainda não foram transferidos, em cartório, para o patrimônio público. São eles os matriculados sob nºs. 5.494, ambos no 2º Ofício do Registro de Imóveis de Blumenau.

Na verdade, trata-se de mera regularização da propriedade pública e como atualmente, a Constituição Estadual, a teor do seu artigo 39, IX, considera indispensável a autorização legislativa, determinei a elaboração de projeto de lei, em anexo, que submeto à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente

**UBIRATAN SIMÕES REZENDE**

Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 022/99**

Autoriza a aquisição de imóveis no Município de Blumenau.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Blumenau, os seguintes imóveis:

I - parte do terreno matriculado sob o nº 5.920 no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau, decorrente do plano de desmembramento averbado sob nº 1/5.920, letra "a", com a área de 2.545,30 m² (dois mil quinhentos e quarenta e cinco metros e trinta decímetros quadrados);

II - parte do terreno matriculado sob o nº 5.494 no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau, decorrente do plano de desmembramento averbado sob nº 1/5.594, letra "n", com a área de 1.844,28 m² (mil oitocentos e quarenta e quatro metros e vinte e oito decímetros quadrados).

Art. 2º Os imóveis mencionados no artigo anterior foram utilizados para abrigar o 10º Batalhão de Polícia Militar sediado em Blumenau, tendo sido a doação autorizada pela Lei municipal nº 2.053, de 10 de dezembro de 1974, alterada pela Lei nº 2.548, de 14 de abril de 1980.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4º O Estado será representado no ato da transmissão da propriedade pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for por ele legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 023/99**

Dispõe sobre as formas de apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino superior, previstas no Art. 171, da Constituição do Estado.

Art. 1º - As empresas privadas ficam obrigadas, consoante determinação do Artigo 171 da Constituição do Estado, a repassar para a manutenção e desenvolvimento do ensino superior do Estado:

I - 2% (dois por cento) dos recursos ou benefícios fiscais e financeiros, captados em programas de apoio e desenvolvimento da empresa catarinense e demais programas e apoios creditícios com recursos financeiros do Estado, instituídos na forma da Lei.

II - 1% (um por cento) do valor do contrato de pesquisa firmado com órgão ou entidade estatal, ou financiada diretamente pelo Estado, para o desenvolvimento de pesquisa de seu interesse.

Art. 2º - Os programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais, seus contratos, assim como os programas de apoio creditício e de financiamentos de pesquisas e tecnologias, executados sob responsabilidade dos Agentes Financeiros ou Secretarias do Estado, deverão prever o disposto nesta Lei.

Art. 3º - O órgão estatal responsável pela liberação dos recursos, incentivos e benefícios de que trata o Art. 1º desta Lei, poderá celebrar convênio com a Associação Catarinense das Fundações Universitárias - ACAFE para que esta coordene, gere e repasse os recursos às Fundações Universitárias e à UDESC.

Art. 4º - No ato da liberação dos recursos às empresas privadas, se fará o repasse do percentual de que trata o Art. 1º. desta lei, de forma automática para conta corrente específica, mantida na rede bancária pela entidade responsável pelo gerenciamento dos recursos.

Parágrafo Único - O repasse às Instituições Universitárias beneficiadas se fará de acordo com os seguintes critérios:

I - 10% (dez por cento) para a administração central do Crédito Educativo Estadual, de que trata a Lei 10.641, de 06 de janeiro de 1998;

II - 30% (trinta por cento) à Universidade Para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC;

III - 60% (sessenta por cento) para as Fundações Universitárias instituídas por lei municipal.

§ 1º - A UDESC aplicará seus recursos prioritariamente em projetos de construção, ampliação, manutenção e desenvolvimento de novos cursos e novos campi no interior de Estado.

§ 2º - Os recursos destinados às Fundações Universitárias instituídas por lei municipal, serão distribuídos dentro dos seguintes critérios:

I - 40% (quarenta por cento) em partes iguais;

II - 60% (sessenta por cento) proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ano em que ocorrer a transferência do recurso.

Art. 5º - A prestação de contas dos recursos recebidos se fará na forma da legislação vigente.

Art. 6º - São condições para o recebimento dos recursos por parte das Instituições de Ensino Superior:

I - gestão democrática do ensino conforme Artigo 169 da Constituição Estadual;

II - manter e elaborar projetos de pesquisa nas diversas áreas de conhecimento;

III - manter bolsas de pesquisa com recursos próprios;

IV - possuir curso de pós-graduação;

V - definir em regulamento a aplicação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos em bolsas de estudo para alunos carentes, selecionados conforme estabelece a Lei 10.641, de 06 de janeiro de 1998.

Art. 7º - O chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1999.

Deputado Pedro Uczai

Partido dos Trabalhadores - PT

Lido no Expediente

Sessão de 09/03/99

**JUSTIFICATIVA**

Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados,

O presente Projeto de Lei tem por objetivo único, regulamentar o Artigo 171 de nossa Constituição Estadual.

É necessário, de imediato, reconhecer que nossos Constituintes de 1989 foram sobremaneira sensíveis com o ensino superior em Santa Catarina. Tomaram decisões altamente elogiáveis, pois, creio, que nenhuma outra constituição estadual, em toda a Federação, deu tamanho destaque e apoio efetivo às necessidades das instituições de ensino superior no Estado.

Falando especificamente sobre Santa Catarina foram dois artigos decisivos: o conhecido e fartamente comentado Artigo 170, que constitucionalmente garante percentual do orçamento do Estado às Instituições de Ensino Superior criadas por lei municipal e o Artigo 171, nem tão comentado e muito pouco lembrado.

E o que estabelece o Artigo 171?

**"A Lei disciplinará as formas de apoio à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior que as empresas privadas deverão prestar, sempre que se beneficiarem:**

**1 - de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais;**

**2 - de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do Poder Público estadual."**

Ocorre senhores deputados que esta lei não existe. E já se vão 9 (nove) anos da promulgação de nossa Constituição. De lá para cá temos lutado apenas pelo cumprimento do Artigo 170, que tem sido, aliás, sistematicamente descumprido...

Para resolver este problema, de uma determinação constitucional impossível de ser executada por falta de regulamentação pelo Poder Legislativo, apresento o presente Projeto de Lei, que, estou certo, vem acompanhado de uma grande expectativa de todos aqueles que lutam pela ampliação e desenvolvimento do ensino superior em nosso Estado.

Quanto ao mérito, a responsabilização das empresas privadas e de economia mista para com a educação de nossa juventude é inquestionável e é dever do Estado estabelecer esta exigência a todas as empresas, porém, de modo particular àquelas beneficiárias de recursos públicos para seu crescimento.

Os senhores que conhecem a realidade de nossas famílias e de modo especial de nossos jovens que buscam, diariamente, nos gabinetes legislativos e executivos apoio para a manutenção de seus estudos superiores, vão perceber no nosso Projeto as prioridades que assumimos:

a) a ampliação e o desenvolvimento da UDESC - nossa única universidade estadual totalmente pública e gratuita. É preciso que a UDESC leve suas unidades e seus cursos para o interior de nosso Estado, possibilitando assim, mais vagas e acesso gratuito ao 3º grau à maioria da juventude;

b) percentual dos recursos devem ser aplicados, obrigatoriamente no Crédito Educativo, conforme assim já define a lei de sua criação, a Lei 10.641, de 06 de janeiro de 1998;

c) percentual do recebido pelas Fundações Universitárias, criadas por lei municipal, deve, obrigatoriamente, ser transformado em bolsas de estudo a alunos carentes da própria Universidade ou Fundação.

Assim, senhora deputada e senhores deputados, após várias discussões, debates, consultas a direções das Universidade, professores, estudantes e técnicos que atuam em pesquisas, na EPAGRI e EMBRAPA, apresento esta proposta para a análise e apreciação dos senhores, acreditando na abrangência social e nos efeitos favoráveis a grande parte de jovens que concluem o segundo grau e estão impossibilitados de continuar suas carreiras.

Obrigado,

Florianópolis, 09 de março de 1999.

Deputado Pedro Uczai

Partido dos Trabalhadores - PT

\*\*\* X X X \*\*\*